



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**MEMÓRIAS DO SÍTIO CACHOEIRA DE AURORA-CE: TRADIÇÕES E
HISTÓRIAS SUBMERSAS PELAS ÁGUAS DE UM PROJETO POLÍTICO
(1989-2000)**

JOALYSSON SEVERO BATISTA
ORIENTADOR: DR. SERGIO MURILO SANTOS DE ARAUJO

CAMPINA GRANDE

2020

JOALYSSON SEVERO BATISTA

**MEMÓRIAS DO SÍTIO CACHOEIRA DE AURORA-CE: TRADIÇÕES E
HISTÓRIAS SUBMERSAS PELAS ÁGUAS DE UM PROJETO POLÍTICO
(1989-2000)**

Dissertação apresentada à banca do curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof^o. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo

CAMPINA GRANDE

2020

JOALYSSON SEVERO BATISTA

**MEMÓRIAS DO SÍTIO CACHOEIRA DE AURORA-CE: TRADIÇÕES E
HISTÓRIAS SUBMERSAS PELAS ÁGUAS DE UM PROJETO POLÍTICO
(1989-2000)**

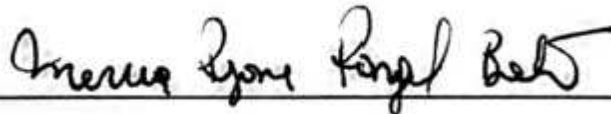
Dissertação apresentada à banca do curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa em *Cultura e Cidade*.

Dissertação defendida e aprovada em 02 de junho de 2020.

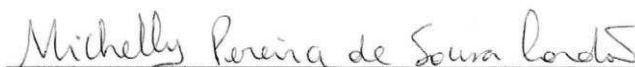
BANCA EXAMINADORA



Prof.^o. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo
Orientador



Prof.^ª. Dr.^ª. Mércia Rejane Rangel Batista
Examinadora externa



Prof.^ª. Dr.^ª. Michelly Pereira de Sousa Cordão
Examinadora interna

B333m Batista, Joalysson Severo.
Memórias do sítio Cachoeira de Aurora-CE: tradições e histórias submersas pelas águas de um projeto político (1989-2000) / Joalysson Severo Batista. – Campina Grande, 2020.
99 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação: Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo".
Referências.

1. História e Memória. 2. Cultura e Sociedade. 3. Atingidos por Barragem – Resistência – Aurora-CE. I. Araújo, Sérgio Murilo Santos de. II. Título.

CDU 930.85(043)

*Aos moradores das comunidades de
Cachoeira, Poço do Couro, Jatobá e
Currais Novos.*

AGRADECIMENTOS

Com o encerramento dessa pesquisa, devo gratidão a diversas pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, afinal de contas não conseguiria trilhar todo esse caminho sozinho, muitos diálogos se cruzaram e tudo isso foi importante para a conclusão desse período. Portanto, nesse espaço mencionarei o nome de pessoas com quem pude contar nesses anos de pesquisas e que foram importantes para a concretização desse grande momento da minha história enquanto pesquisador.

Primeiramente quero agradecer aos moradores das comunidades atingidas pela construção do açude Cachoeira, os moradores do sítio Cachoeira, sítio Poço do Couro, Jatobá e Currais Novos, (em especial ao Seu João, por me auxiliar em diversos momentos da pesquisa) pois sem a contribuição de vocês, tendo a paciência de me receber, “abrir” seus corações e me contarem suas angústias e alegrias vividas naquele espaço, não teríamos construído essa importante narrativa.

Agradeço aos meus pais, o senhor José Maria e a senhora Benedita Severo, por saber que posso contar com o apoio de vocês. O amor de ambos foi e sempre será primordial nos caminhos que eu busque trilhar.

Aos meus tios, em especial a Assis Severo, que me ajudou de diversas formas nesse período, suas contribuições foram importantes, os longos diálogos acerca da pesquisa em história foram bases para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus irmãos Janyllo Severo e Janaelbya Severo, e sobrinhos Yohana Emanuely e Horácio Gabriel, vocês são partes dessa conquista.

Agradeço imensamente a Sonara de França, a quem tenho um carinho especial, por não medir esforços e me apoiar nessa caminhada. Obrigado por seu companheirismo, pelo carinho afetuoso e pela paciência.

Quero agradecer ao meu orientador, o professor Sérgio Murilo, por ter “abraçado” a pesquisa e me ajudar a materializar essa ideia. Suas orientações foram fundamentais para o nosso trabalho, suas críticas fizeram dessa escrita uma importante pesquisa interdisciplinar, trazendo elementos da geografia para a narrativa.

Nessa perspectiva, quero agradecer às professoras presentes na banca examinadora, a professora Michelly Cordão, que muito contribuiu com críticas e sugestões acerca do conhecimento no campo da história, e a professora Mércia Batista, a quem tive o prazer de conhecer nesse período de pesquisa, por trazer perspectivas das

ciências sociais para a narrativa, além de ser muito prestativa em meus questionamentos, sempre solícita, suas críticas foram relevantes não só para a narrativa, mas para minha formação como pesquisador.

À professora de português, Débora Leite, por ler meus textos e me auxiliar em todo o processo de escrita, desde o projeto de pesquisa à conclusão da dissertação.

Agradeço aos meus colegas de turma do mestrado, em especial aos integrantes da linha de pesquisa “*Cultura e Cidade*”, com quem pude construir laços de amizade. A companhia de vocês foi muito importante durante o período que estive na cidade de Campina Grande.

Aos professores e funcionários do PPGH da Universidade Federal de Campina Grande, agradeço pelas orientações, momentos de aulas, e por todo o conhecimento transmitido nesse período.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa, pois foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Todos vocês foram importantes na concretização desse sonho, assim como tantas outras pessoas que durante essa jornada contribuíram para a conclusão. Aos que não citei neste pequeno espaço, pois é impossível abranger todos os nomes, fica o meu sincero obrigado por fazer parte dessa trajetória.

*Si o senhor não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse adifício alto
Era uma casa velha um palacete assobradado*

*Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mais um dia nem quero lembrar
Veio os homens com as ferramentas
o dono mandô derruba*

*Peguemo todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que eu sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração*

*Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei
Os homes está 'cá razão
Nós arranja outro lugar*

*Só se conformemos quando o Joca falou
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega a páia nas grama do jardim*

*E pra esquecê-nóis cantemos assim:
Saudosa maloca, maloca querida
Que dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida*

(Adoniran Barbosa)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as tramas que se desenvolveram no município de Aurora com a construção do reservatório hídrico na comunidade do sítio Cachoeira. O desenvolvimento da obra representou a integração na rota do progresso a partir do programa político do então governador Tasso Jereissati, o “caminho das águas”, símbolo de modernização do Estado. No entanto, a construção causou impactos devastadores na vida dos moradores da comunidade do sítio Cachoeira e localidades próximas, representando a perda do espaço simbólico. O objetivo desse trabalho é compreender como a construção do açude Cachoeira, símbolo da modernidade do governo Jereissati no município de Aurora, impactou o cotidiano dos habitantes das comunidades do sítio Cachoeira, Poço do Couro, Jatobá e Currais Novos. Nessa perspectiva, buscamos analisar como se deu a ascensão do governo “mudancista”, representado por Jereissati, ao cenário político cearense e o desenvolvimento da política de Recursos Hídricos, como também analisar as narrativas desenvolvidas acerca do processo de construção da obra, envolvendo o poder do estado e as formas de resistências organizadas pelos moradores atingidos, e por fim compreender o espaço do açude Cachoeira como o lugar da saudade para os remanescentes, conhecendo os lugares atingidos a partir da memória. Dessa forma, utilizou-se como metodologia o uso da história oral, além da análise de documentos impressos, periódicos de jornais, fontes audiovisuais, que contribuíram para o desenvolvimento da presente pesquisa. Na perspectiva teórica utilizaram-se autores para compreensão do aspecto sociocultural da narrativa, Thompson (1998), Certeau (2012), Scott (2002) contribuíram para a discussão, assim como Santos (2014) e Haesbaert (2003), na compreensão do espaço geográfico e suas representações. A construção do açude Cachoeira mudou completamente o cenário local, a obra proporcionou o abastecimento de água para a zona urbana do município, no entanto, duas décadas após a inauguração do reservatório os moradores atingidos lutam por melhores condições de vida, como a que antes o sítio Cachoeira proporcionara.

Palavras-chave: atingidos por barragem; resistência; Aurora-CE.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how features develop in the municipality of Aurora with the construction of the water reservoir in the community of the Cachoeira countryside. The development of the work represented an integration in the progress route based on the political program then Governor Tasso Jereissati, the "way of the waters", a symbol of modernization of the State. However, a construction caused damage to the lives of the residents of the Cachoeira community and nearby places, representing a loss of symbolic space. The objective of this work is to understand how the construction of a reservoir in Cachoeira, a symbol of the modernity of the Jereissati government in the municipality of Aurora, impact the daily lives of inhabitants of the communities of the local Cachoeira, Poço de Couro, Jatobá and Currais Novos. In this perspective, we seek to analyze how the "changeist" government, represented by Jereissati, gave rise to the Ceará political scenario and the development of the Water Resources policy, as well as analyzed as narratives about the construction process of the work, about the power of work state and forms of resistance organized by the residents, and finally understand the space of the Cachoeira weir as the place of longing for the remnants, to know the places reached from memory. Thus, use as a method or use of oral history, in addition to the analysis of printed documents, newspaper journals, audiovisual sources, which contributed to the development of this research. In the theoretical perspective, we used authors to understand the socio-cultural aspect of the narrative, Thompson (1998), Certeau (2012), Scott (2002) contributed to the discussion, as Santos (2014) and Haesbaert (2003), in the use of geographic space and their representations. The construction of the Cachoeira weir completely changed the local scene, a work provided or the supply of water to the urban area of the municipality, however, two decades after the inauguration of the reservoir or the affected residents struggle for better living conditions, as before Waterfall had provided.

Keywords: dam affected; resistance; Aurora-CE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1 – Antônio Nogueira Accioly.....p. 27**
- Imagem 2 – Comício de Tasso Jereissati, em Juazeiro do Norte.....p. 37**
- Imagem 3 - Divisão das Bacias Hidrográficas do Ceará.....p. 42**
- Imagem 4 - Manifestação de atingidos por barragens. (1979).....p. 52**
- Imagem 5 - Imagem aérea da Agrovila do Açude Cachoeira.....p. 66**
- Imagem 6 – Vista do Rio Salgado datada de 1960.....p. 73**
- Imagem 7 – Local de distribuição de água para a Agrovila, próximo a parede do açude Cachoeira, município de Aurora.....p. 80**
- Imagem 8 – Morador da Agrovila carregando água.....p. 87**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Candidatos, coligações e legendas – Ceará 1986.....p. 38

Tabela 2 – Detalhes sobre a desapropriação do sítio Cachoeira.....p. 60

Tabela 3 – Plano de plantações desenvolvidas pela SRH.....p. 68

Tabela 4 – Característica açude do Mocó.....p. 77

Tabela 5 – Características açude Cachoeira.....p. 78

LISTA DE ABREVIATURAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra.
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A DISPUTA PELO PODER NA POLÍTICA DO CEARÁ: DOS “CORONÉIS” AOS EMPRESÁRIOS.	23
1.1.A SECA COMO CARACTERÍSTICA E REPRESENTAÇÃO DO CEARÁ	24
1.1.2. OS PACTOS NO CENÁRIO DA POLÍTICA CEARENSE	27
1.1.3. UMA “NOVA POLÍTICA” NO CEARÁ: A DISPUTA ENTRE CORONÉIS E EMPRESÁRIOS.....	32
1.2 “MENOS MISÉRIA E MAIS PARTICIPAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO GOVERNO.....	39
1.3. CONHECENDO A ORIGEM DO CACHOEIRA.....	45
2. A OBRA CHEGOU, DESTRUINDO VIDAS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA OBRA E DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS	48
2.1 “FOI QUANDO CAIU EM CIMA DE NÓS A MAIOR DESGRAÇA QUE UM POVO PODE VIVER PRA VER”: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS MORADORES.....	51
2.2 AS INDENIZAÇÕES: MORADORES E PROPRIETÁRIOS.....	60
2.3 A CONSTRUÇÃO DA AGROVILA: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA COTIDIANA.....	65
3. O REFLEXO DA OBRA DO AÇUDE CACHOEIRA NA VIDA DOS CACHOEIRENSES	71
3.1. O AÇUDE CACHOEIRA SOB UMA ÓTICA EXTERNA: A CONSTRUÇÃO NA VISÃO DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE AURORA.....	72
3.2. O AÇUDE CACHOEIRA.....	76
3.3. O AÇUDE CACHOEIRA SOB UMA ÓTICA INTERNA: A CONSTRUÇÃO NA VISÃO DOS MORADORES ATINGIDOS.....	81
3.4. UMA SAUDADE CHAMADA SÍTIO CACHOEIRA.....	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

As belas águas do Açude Cachoeira, na cidade de Aurora¹, proporcionaram à população daquele município o alívio da diminuição dos impactos ocasionados por constantes secas, visto que por décadas os aurorenses sofreram com a falta de água. Os períodos de secas levaram os moradores de Aurora a buscarem abrigos em outras regiões, pois a falta de água implicava nas plantações – boa parte da economia do município gira em torno da agricultura – e conseqüentemente, afetava o município. Olhando por essa ótica, podemos imaginar que a obra estabelecida pelo então governador Tasso Jereissati (1998-2002), foi de toda benéfica para o desenvolvimento da cidade, pois a construção do açude levou água potável não só ao centro urbano, visto que em períodos de cheias os sítios que atravessam o percurso da água entre a zona urbana e a área de construção do açude foram beneficiados.

Pela falta de adutora, constantemente o reservatório libera água que abastece os riachos, como também o espaço gerou economia para o município, servindo inclusive como ponto turístico, pelos detalhes presentes na obra, tais como os letreiros expostos na parede do açude, a grandiosidade que permite aos turistas navegar e conhecer as ilhas que emergiram em consequência do reservatório, como também conhecer a piscicultura² desenvolvida na região, atrativo para os visitantes e sustento para os moradores da comunidade. No entanto, o que muitos não sabem é que, junto às profundezas daquele mar de água, se calaram muitas histórias de vida, muitas comemorações, a sociabilidade de uma comunidade que teve suas vidas abaladas em prol da modernidade, do progresso estabelecido por esse projeto político. A inquietação de conhecer as histórias e vivências desses personagens que não entram em cena no discurso do progresso foram os motivos que me desafiaram a desenvolver essa pesquisa sobre a história da comunidade do Sítio Cachoeira e comunidades vizinhas. Através das narrativas orais, reconstituir seus lugares de memórias, discutir os embates que se desenvolveram entre as ações dos homens assentados no poder político estatal, representado pelo então governador Tasso Jereissati,

¹Município do estado do Ceará, distante 470 km da capital Fortaleza, está situado na mesorregião do Sul Cearense, microrregião de Barro, região político-administrativo do Cariri. Localizada na divisa do Cariri cearense com o Sertão paraibano.

² Refere-se ao cultivo de peixes, principalmente de água doce.

e as ações do homem ordinário, representado pela população que habitava o espaço social analisado.

A curiosidade por essa temática surgiu desde quando criança, quando contava com a idade de 6 anos. No ano de 2000, a cidade de Aurora se agitou com a visita do governador, já citado, para a inauguração da obra em destaque. Aquela cena me chamou atenção, pessoas indo ao encontro de Jereissati, os discursos de conquistas alcançadas pelo município, os aurorenses se deslocando ao açude para contemplar aquela obra que se tornou símbolo de uma nova Aurora, me admirei com aquela cena, pois era algo raro para o cotidiano dos moradores aurorenses, até então eu não havia presenciado cena parecida, queria eu entender o porquê de toda aquela festa.

Passando-se 13 anos, esse assunto voltou aos meus questionamentos, já agora com um olhar mais crítico, com 19 anos de idade. Este novo momento, já sabendo que aquele episódio se tratava da inauguração do reservatório de água construído no município, queria agora saber como era o município antes do açude, onde as pessoas conseguiam água para manutenção do dia a dia? E ainda mais, por que, aquele espaço, foi escolhido para a construção? O que havia naquele local antes do açude? Diante desses questionamentos fui compreendendo que naquele espaço havia uma comunidade, com diferentes histórias que foram silenciadas e que, coincidentemente, meus pais participaram de uma festa comemorativa na capela da comunidade do sítio Cachoeira e eu, com apenas 2 (dois) anos de idade, também me confraternizei naquele momento.

Enquanto graduando do curso de história, na Universidade Regional do Cariri – URCA, matriculado na disciplina “Pesquisa em história” (2014), deveria eu buscar uma temática e problematizar um objeto de estudo, atividade parte do cronograma da disciplina. Percebi então a oportunidade de pesquisar e conhecer as trajetórias vivenciadas pelos habitantes da comunidade estudada, as diversas histórias vividas pelos moradores, o surgimento da comunidade e o fim do espaço físico, desconhecidos por muitos e silenciados pela modernidade imposta pelas ações do governo, pois a situação me proporcionava à oportunidade de problematizar tais inquietações. Durante dois anos trabalhei para o desenvolvimento desta pesquisa, entre leituras, entrevistas, transcrições, junto à imaturidade de um graduando, com pouco conhecimento e muitos questionamentos. Durante as orientações que tive com o professor Dr. Iarê Lucas Andrade, ao qual tenho muito a agradecer, o objetivo de estudo foi amadurecendo, assim como minhas leituras sobre a temática; dessa forma, consegui agregar a informações que consegui quando fui à campo, junto com a percepção e o olhar de historiador, que me

levaram a realizar o trabalho de conclusão de curso. Com o fim da graduação e a apresentação do trabalho aprovada, recebi do professor a orientação de que o tema era relevante e que merecia um estudo maior, sugerindo e impulsionando minha caminhada para o mestrado.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar numa perspectiva micro, como o discurso de modernização vivenciado nos anos de 1986, pós ditadura militar, afetou comunidades subalternas no Ceará, colocando-as à margem desse progresso. Nessa perspectiva, buscamos compreender as estratégias e as lutas dos diversos personagens envolvidos no processo de construção do açude Cachoeira, no município de Aurora, as formas de reconstrução da vida dos moradores, e compreender as comunidades atingidas como o lugar da saudade, estudando as transformações ocorridas entre o antes (terra, barulho, rotina) e o depois (água, silêncio, acaso) da comunidade do sítio Cachoeira, retratado no “agora” da pesquisa.

Para discutirmos o impacto que as ações do governo causaram na vida das pessoas que habitavam a comunidade do sítio Cachoeira, fez-se necessário compreender como se desenvolveu o projeto político construído pelo chamado “Grupo mudancista”, liderado por Tasso Ribeiro Jereissati.

Na perspectiva da política desenvolvimentista do governador Jereissati, que teve como principal característica as construções voltadas para os recursos hídricos, aquela obra significou a inserção do município de Aurora na rota do progresso. No entanto, para os habitantes da comunidade situada no local escolhido para construção, representou a destruição de suas sociabilidades, de seus laços comunitários e de suas memórias, que faziam parte da identidade do lugar. Aliado a isso, surgiu o medo de perder suas terras, os sonhos, os conflitos, as promessas por melhorias, os sacrifícios em favor da modernidade, a esperança, a frustração dos personagens, um misto de esperança de uma vida melhor e o desespero de tal mudança.

O norte para o desenvolvimento de nossa pesquisa sobre a temática envolvendo os moradores do sítio Cachoeira surgiu da perspectiva de entender a *desterritorialização* dos personagens da trama com a construção do açude. Nossa narrativa se iniciou a partir do ano de 1989 quando, de acordo com alguns moradores, surgem os primeiros boatos de que o sítio Cachoeira seria afetado pela construção de um açude. Posteriormente foi necessário entender de que forma as medidas adotadas pelo governo serviram para alavancar a imagem do governo denominado “Mudancistas”, centralizado na figura do Tasso Jereissati. Compreender a ideia de como os políticos que estavam no poder se

apoiavam no discurso de progresso e modernidade como sendo benéfico para a sociedade e, partir desse discurso, conseguiram estabelecer uma imagem positiva do governo e conquistar maior popularidade frente aos eleitores. No entanto, essa modernidade das águas trazidas pelo “Governo Mudancista”, surgiu como um vendaval para os moradores da comunidade do sítio Cachoeira, como nos mostra Walter Benjamin (2012).

...Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval. (BENJAMIN, 2012, p. 9).

O discurso de progresso foi construído como sendo positivo para a humanidade, pois nos é imposto que o progresso vem para melhorar, surge como mudança de algo em desuso. Presente no Brasil desde o início da Primeira República, o pensamento positivista de progresso está presente na bandeira que simboliza o país, a frase “Ordem e Progresso” principal lema da República brasileira, surge do pensamento da filosofia política de *Augusto Comte* e trazia como principais requisitos para a compreensão de uma sociedade moderna. Porém, quando o progresso surge, vem para beneficiar os interesses de quem o estimula, a exemplo do fim do Império do Brasil, no qual a luta pelo progresso que deu início a República brasileira não foi baseada na perspectiva de mudança, mas partiu do descontentamento político e econômico com o governo do Império, em decorrência das leis que, aos poucos, aboliu à escravidão.

Em síntese, tratamos dos transtornos causados na vida dos antigos moradores da comunidade do sítio Cachoeira. A partir das entrevistas, buscamos relatar o cotidiano dos moradores do sítio, a convivência da comunidade, repleta de pessoas humildes, e com histórias a serem contadas, a geografia do lugar, a trajetória de vida de alguns moradores, entre idas e vindas à comunidade, em busca de melhorias, a saudade do espaço que habitavam, e que agora se encontra presente apenas na memória.

A finalização e inauguração da obra aconteceram no ano de 2000. Naquele evento os “olhos” do governo estavam voltados para o município de Aurora, autoridades políticas locais e do Estado do Ceará se encontravam reunidos para a inauguração de mais uma construção “revolucionária” para a imagem do estado, que há tempos era conhecido pela falta de água. O açude Cachoeira representava mais um feito do governo Jereissati, objetivando a prevenção contra as secas. No entanto, aquele fato marcou o contraste estabelecido entre o início de uma “nova” Aurora e o fim de uma antiga comunidade.

Compreender as trajetórias e histórias vividas pelos moradores do sítio Cachoeira constituiu-se um desafio para o ofício do historiador, pois poucos são os documentos que registram as histórias daquela comunidade, documentos como atas de reuniões que ocorriam na associação comunitária talvez nos mostrassem, superficialmente, quais assuntos foram relevantes para o desenvolvimento e convivência naquele espaço. Mas, para compreendermos o cotidiano daquelas pessoas, as relações entre famílias, compreender as festividades, a fé que pregavam e a educação que recebiam, para reconstituir as vivências daquele lugar, foi necessário o diálogo com os moradores, ouvir aquelas pessoas que compartilharam diversos momentos juntos e que vivenciaram o transtorno de ter que se mudar para outro espaço e se desenraizar de sua comunidade, ter que se adaptar em outro ambiente, seja ele bom ou ruim. Para isso, fizemos da história oral o principal trajeto para essa caminhada.

A história oral (HO) começou a ser utilizada como método de pesquisa na década de 1950, em países como o México, Estados Unidos e também parte da Europa. Em 1973, a partir da criação do Programa de História Oral do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas juntamente com a Fundação Ford, a metodologia passou a se desenvolver no Brasil, no qual foram organizados encontros que contavam com pesquisadores nacionais e também estrangeiros com o intuito de disseminar a produção nacional sobre história oral. No entanto, foi nos anos 1980 que a história oral ganhou notoriedade nas pesquisas brasileiras. Utilizada como metodologia da pesquisa em história, teve importância no processo de redemocratização do país, pois foi considerada como o principal método para se compreender a sociedade da época. Com o desenvolvimento e a popularidade da história oral na década de 1980, buscaram-se meios de tornar o método de pesquisa como alternativa no meio acadêmico. A partir de então, foram organizados encontros objetivando a inserção da HO nas academias. Em 1983, aconteceu o primeiro encontro formal de história oral, ocorrido na cidade de Salvador, capital da Bahia; no ano de 1994, ocorreu o segundo encontro, sediado na Universidade de São Paulo, nesse encontro foi fundado a Associação Brasileira de História Oral - ABHO, tendo como principal objetivo organizar e realizar eventos que contribuíssem para o desenvolvimento da história oral como recurso metodológico na pesquisa acadêmica.

Trabalhar a história oral como metodologia de pesquisa é desafiante para o historiador, vai muito além que uma simples conversa gravada e utilizada como fonte, requer um envolvimento maior por parte do pesquisador em seu objeto, a forma como

tratar cada pessoa entrevistada é particular, não há uma fórmula concreta para se realizar a pesquisa oral, "reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é ... como cortejar seguindo uma fórmula ... as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando." (MORRISSEY, 1970).

De acordo com Philippe Joutard, para se dialogar com a história oral

é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono. (JOUTARD, 1998, p. 33).

Dessa forma, podemos destacar que o principal objetivo da história oral é dar voz aos excluídos, é contar uma história ainda não contada. No entanto, a oralidade abrange outras possibilidades a serem exploradas, “mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o ‘indescritível’” (JOUTARD, 1998).

A história Oral (HO) está imersa no campo da História do Tempo Presente, pois mesmo quando se narra o passado, o narrador faz referências aos acontecimentos presentes. Para Portelli (2010), a história oral é uma narração dialógica que tem o passado como assunto e que brota do encontro de sujeitos que ele chama de *narrador* e *pesquisador*.³ Esse filósofo italiano também diz que: “Costuma-se falar na empatia e na confiança entre entrevistado e entrevistador, mas o que realmente torna significativa a história oral é o esforço de estabelecer um diálogo entre e para além das diferenças”.⁴

É importante se trabalhar com história do tempo presente, pois podemos contar ativamente com suas fontes, uma vez que não é necessário que a história tenha passado séculos para que seja analisada, pois:

Acreditava-se que o trabalho do historiador só poderia começar verdadeiramente quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços do passado pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade dos estudos. (DELGADO; FERREIRA. 2014. p. 22).

A história oral foi, por décadas, criticada pelo fato de se duvidar sobre a originalidade da memória como fonte histórica, pois segundo os críticos, a memória

³ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 210.

⁴ Ibidem, p. 213.

poderia ser deteriorada fisicamente com o passar do tempo. O fato é que a importância que nos incentivou a pesquisar por meio das narrativas orais foi compreender como aqueles personagens vivenciaram e construíram suas memórias a partir de um determinado acontecimento.

A pesquisa histórica recorre ao uso das fontes orais por meio de entrevistas que possibilitam ao pesquisador o acesso às memórias das pessoas a quem entrevista. Isso requer muita atenção, pois se trata de um trabalho minucioso, no qual o pesquisador entra em contato com o íntimo do entrevistado, buscando assim obter uma leitura sobre o passado deste, colhendo dados, instigando o depoente a reviver a partir das memórias trajetórias marcante da sua vida (isso pode ser bom ou ruim), uma trajetória que lhe remete bons pensamentos ou sentimentos de frustrações. Nem sempre o depoente pretende expor tudo o que lembra com medo que suas palavras sejam usadas contra si. Portanto,

a metodologia da história oral, em que as pessoas não revelam informações sobre elas mesmas a menos que queiram, porque está baseada na luta por igualdade e na busca do diálogo, significa também uma defesa dos direitos das pessoas de não revelar tudo a respeito delas próprias. (PORTELLI, 1998, p. 70).

Pensando assim, a história oral se consubstancia em um elemento fundamental para os historiadores do tempo presente, pois além de nortear metodologicamente uma pesquisa ela oferece a memória como fonte para o conhecimento histórico do passado, assim “a história interessou-se pela “oralidade” na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”. (AMADO, 2006. p. 16). Em consonância com tal pensamento Jorge Eduardo Aceves afirma que “o historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos ‘sem voz’, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica...”

Nessa perspectiva que se situou a nossa pesquisa, organizadas em três capítulos. Nosso objetivo foi construir uma narrativa historiográfica acerca das realidades vivenciadas pelos moradores da comunidade do sítio Cachoeira contra as ações do governo, onde hoje é situado o açude que abastece a cidade de Aurora-CE.

O primeiro capítulo tem como título “*A disputa pelo poder na política no Ceará: dos “coronéis” aos empresários*”. Para se compreender o impacto sociocultural que a construção do açude causou na comunidade atingida, faz-se necessário, antes de tudo,

compreender a construção do projeto político que atingira a comunidade. Pensando dessa forma, buscamos analisar como se desenvolveu na política cearense o grupo dos empresários, baseando no discurso de modernização do Estado e no combate à miséria. Jereissati teve como principal opositor Aduino Bezerra, personagem influente na política cearense e que fazia parte do chamado “Ciclo dos coronéis”, nome que fez Jereissati se utilizar do discurso de “coronelismo” para atacar seu opositor. A partir disso buscamos analisar os mecanismos utilizados pelos principais grupos políticos do Estado como forma de manutenção do poder. A partir de documentos do governo, periódicos de jornais, entrevistas gravadas, compreendemos como se deu a disputa pelo poder no governo cearense e como a narrativa sobre a “seca” e o “coronelismo” esteve presente na corrida política cearense ao longo dos anos.

Nosso segundo capítulo consistiu em compreender os conflitos existentes entre o governo do Estado do Ceará e os moradores do sítio Cachoeira e das comunidades de Poço do Couro, Jatobá e Currais Novos, locais atingidos pela construção do açude. Nossa discussão se concentrou em analisar a trajetória da construção do açude, que se iniciou com a assinatura da ordem de serviço pelo governador Tasso Jereissati até a inauguração da obra em julho de 2000. Nesse período aconteceram conflitos organizados que marcaram a resistência das comunidades atingidas.

Com a narrativa dos atingidos, a partir da história oral, pudemos compreender como se deu o mecanismo de resistência por parte das comunidades, desde movimentos organizados à resistência cotidiana. Discutimos os mecanismos de dominação desenvolvidos pelos órgãos do governo cearense e o impacto na convivência social e no aspecto cultural que atingiram os moradores das comunidades inundadas.

Por fim, no terceiro capítulo, que tem como título *“Pra aurora esse açude foi muito bom. Mas pra gente num valeu nada”*: o reflexo da obra na vida dos cachoeirenses”. Teve por objetivo analisar o ideal de progresso proposto pelo governo de Tasso Jereissati, na medida em que visava integrar o município de Aurora, desenvolvendo construções, excluía grupos subalternos que se espelharam diante da “modernização”.

Nossa discussão se deu em compreender como a construção do açude Cachoeira mudou a vida dos moradores das comunidades atingidas, provocando deslocamentos compulsórios, destruindo seus espaços de convivência, a perda dos lugares especiais para estes. Com a construção da obra, as comunidades foram inundadas e, de certa forma,

deixaram de existir fisicamente, restando somente a saudade do lugar e a memória viva para perpetuar as histórias vivenciadas nas comunidades do sítio Cachoeira.

Para o desenvolvimento dessa dissertação utilizamos como principal fonte as narrativas contadas pelos nossos personagens, que são os antigos moradores do sítio Cachoeira e das demais comunidades atingidas. A partir da memória dessas pessoas, buscamos compreender a trajetória das comunidades atingidas, as sociabilidades existentes, a cultura estabelecida naquele lugar e que hoje não existe mais na forma material, mas continua acesa na memória de desses atores sociais. Para isso, dialogamos com autores como Maurice Halbwachs (2003), desenvolvendo um estudo que estabelece relações entre a memória individual e memória coletiva. Para o autor “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

Como forma de preservar a identidade de nossos personagens, visto que para parte deles foi doloroso falar do assunto e por isso não gostariam de ter seus nomes revelados, também por evitar problemas que possam surgir com o tempo, uma vez que a temática se faz uso de história do tempo presente, optamos por atribuir pseudônimos aos entrevistados. Dessa forma, decidimos relacionar nossos entrevistados com os personagens retratados nas poesias do saudoso artista e compositor Adoniran Barbosa⁵, pois suas músicas são repletas de personagens humildes, como Joca, Mato Grosso, Eugênia, reprimidos por ações políticas e sociais, mas que não perdem o brilho de viver. Sempre com lindas histórias, Adoniran Barbosa, retratou a classe subalterna, a história dos excluídos, denunciando os problemas sociais impostos pela modernidade.

Pesquisar sobre uma comunidade envolve, além dos aspectos sociais, culturais e econômicos, o espaço geográfico. Trabalhar com o deslocamento dos moradores do sítio Cachoeira e localidades vizinhas implica trabalhar a história ambiental, a modificação, a transformação do espaço no qual se habita, bem como o processo de desterritorialização, que vai além do fato de sair de um lugar para o outro, mas consubstancia o caráter simbólico, geográfico e social de um território. Rogério Haesbaert (2003), em um artigo sobre desterritorialização “*Da desterritorialização à multiterritorialidade*”, nos mostra o conceito de território em três principais aspectos: jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado

⁵ Nome artístico de João Rubinato, que foi um compositor, cantor, humorista e ator brasileiro, natural de Valinhos (São Paulo), nasceu em 6 de agosto de 1910 e faleceu em 23 de novembro de 1982, com a idade de 72 anos.

poder, muitas vezes como poder político do Estado; cultural(ista) , no qual se prioriza o caráter simbólico-cultural, nessa perspectiva, o território é visto como valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; e terceiro, econômica, no qual se prioriza a dimensão espacial das relações econômicas e as discussões que envolvem as classes sociais.

Analisar o território, desde uma pequena comunidade a um país, estar para além de compreendê-lo simplesmente como um meio físico, pois este envolve aspectos simbólicos, culturais, materiais e imateriais, no qual determinados grupos sociais atribuem ao espaço físico suas características como forma de domínio simbólico do espaço onde vivem. É importante compreender as diferentes concepções sobre território, para analisar as definições que se entendem por desterritorialização.

O processo de desterritorialização, em alguns casos surge atrelado a uma ideia de progresso, visto como modernidade para determinado espaço, que envolve desenvolvimento na perspectiva econômica e atinge, de forma impactante, na perspectiva simbólica-cultural.

Ao longo de anos de estudos, Milton Santos se dedicou a estudar a relação entre o espaço e os seres humanos, na forma de habitação e modificação do espaço. A relação que o Estado tem com a metamorfose do espaço. Para o autor, as intervenções promovidas pela ação governamental tenderam a favorecer alguns grupos e prejudicar outros, mantendo um desequilíbrio entre as partes. Em “Espaço e método”, Milton Santos estabelece uma relação entre o *velho* e o *novo*. O *velho* sendo os grupos sociais preexistentes e as suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. (SANTOS,1980). O *novo* como as comunicações modernas, os mecanismos modernos de captura da acumulação e da poupança, os transportes modernos etc., assim conclui: o *velho* e o *novo* se encontram ambos, permanente, em estado de mudanças, que é dialética. Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta. (SANTOS, 1980).

Podemos destacar os trabalhos escritos por James C. Scott, que retrataram as lutas diárias vivenciadas por camponeses e o seu cotidiano como forma de resistência, coletiva e individual, as lutas não visíveis na estrutura social, sem deixar de lado os conflitos ativos entre massa popular e governo. Scott afirma que as lutas diárias vivenciadas pelos camponeses são consideradas formas de resistências, bem como os movimentos sociais organizados, estes não diferem no sentido de resistir, mas no sentido de articulação. Os movimentos sociais tendem a serem mais organizados, formalizados, vivenciados por

ações coletivas, enquanto que as práticas cotidianas de resistências são, na maior parte, ocultas, informais e exigem pouca ou nenhuma organização. De acordo com Scott, essas ações chamadas de formas cotidianas de resistências são frequentes nos movimentos rurais, as barreiras que se evidenciam para a formação dos movimentos sociais fazem com que os camponeses se articulem individualmente, de maneira que não confronte os dominantes de maneira direta, ações que vão desde dissimulação, falsa obediência, “fazer corpo mole” à saques de plantios, incêndios premeditados.

Trazemos para a discussão da temática que envolve ações governamentais e comunidades atingidas por essas, a narrativa que se desenvolve no filme “Narradores de Javé” (2003), produzido por Eliane Caffé⁶. Na trama do filme os moradores do povoado de Javé foram pegos de surpresa com a notícia de que o espaço habitado pela comunidade seria inundado pela construção de uma Usina Hidrelétrica. Diante dessa notícia, os habitantes de Javé buscaram alternativas para que a pequena vila não viesse a ser engolida pelas águas. Depois de tempos discutindo o assunto, os moradores chegaram à conclusão de que a solução seria escrever a história da origem de Javé em documento científico. Porém, por se tratar de um lugar onde a maioria era analfabeto, Javé não possuía nenhuma história escrita. A partir de então se inicia uma busca pela construção da história de Javé, onde os moradores, através da oralidade, contam as diversas histórias que se ouviam sobre o surgimento da comunidade. Embora os moradores tenham feito grandes esforços para manter a comunidade, Javé não resiste e acaba sendo atingida pelas águas da usina hidrelétrica, e à população de Javé somente restaram as histórias contadas como forma de permanecer viva a memória da comunidade.

É importante destacar Michel de Certeau como de relevância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Analisar as ações do *homem ordinário*, presente na obra “A Invenção do Cotidiano”. Para Certeau:

Na aurora da modernidade, no século XVI, o homem ordinário aparece nas insígnias de uma desventura geral que ele transmuda em derrisão. Assim como é desenhado em uma literatura irônica, aliás típica dos países do Norte e de inspiração já democrática, “embarca” na apertada nau humana dos insensatos e dos mortais, inversão da Arca de Noé, pois leva ao extravio e à perda. Fica aí encurralado na sorte comum. (CERTAU, 2012, p. 57-58).

E continua,

⁶Cineasta brasileira. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1985, e cursou o mestrado no Instituto de Estética y Teoria de las Artes da Universidade Autónoma de Madrid em 1992. Diretora dos filmes “Narradores de Javé” e “Era o Hotel Cambridge”.

No entanto, mesmo neste teatro humanista, ele ainda ri. E nisto é sábio e louco ao mesmo tempo, lúcido e ridículo, no destino que se impõe a todos e reduz a nada a isenção que cada um almeja. (CERTAU, op. cit., p. 58).

Em outro ponto, destacaremos da obra “A invenção do cotidiano” de Certeau os conceitos de *estratégia* e *tática* para explicar ações promovidas pelo Estado do Ceará na perspectiva de dominante da trama, pois suas ações refletem como ideias de superioridade aos dominados, que são os habitantes das comunidades atingidas. Estes, por sua vez, desenvolvem táticas dentro do campo das estratégias desenvolvidas pelo Estado, como forma de defesa aos atos que lhes são impostos.

Para Certeau, estratégia significa

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado... As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizante), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. (2012, p. 93)

Consideremos as medidas tomadas pelo Estado do Ceará como estratégias, visando submeter os habitantes das comunidades atingidas. No entanto, esses atores desenvolvem meios para combater as ações governamentais, no qual autor denomina táticas.

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio... a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha... Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas... Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTAU, 2012, p. 94).

Sabemos da importância dos estudos desenvolvidos por Michel de Certeau para o desenvolvimento dessa pesquisa, tais como seus conceitos, que utilizei para nortear a trama que envolve pessoas simples na condição de dominados e os homens de poder, na condição de dominantes.

Dessa forma, nossa pesquisa se situa na perspectiva de desenvolver um olhar crítico acerca dos movimentos sociais organizados nas comunidades subalternas que, na maior parte da história nos foi apresentados de forma inerte aos grandes feitos políticos e que são silenciadas pelos projetos de construções, no qual mereceriam lugar de destaque nas narrativas. Como também compreender como os discursos de “modernização”

vivenciados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 impactaram os grupos menos favorecidos, como a comunidade do sítio Cachoeira.

1 – A DISPUTA PELO PODER NA POLÍTICA DO CEARÁ: DOS “CORONÉIS” AOS EMPRESÁRIOS.

Outro ciclo em diferentes fases, vivendo de outra forma, com outros interesses, outras ambições mais fortes, somadas com as anteriores. Mudança de prioridades, mudança de direção. Alguns ainda caem por terra, pra outros poderem crescer.

Pitty⁷

No dia 15 de março de 1987, o então jovem empresário Tasso Ribeiro Jereissati, vindo de uma família influente no meio industrial cearense e filho do Deputado Federal Carlos Jereissati, e que fora eleito na eleição do ano anterior, assume o cargo de governador do estado do Ceará, dando início a um novo ciclo na política estadual. Com o grupo denominado “Mudancista”, a equipe liderada por Tasso Jereissati instituiu uma hegemonia política que permaneceu, por décadas, no poder. Com o discurso de “progresso”, o grupo “Mudancista” conseguiu eleger Tasso Jereissati por dois mandatos à governador do Estado do Ceará e elegendo sucessores que duraram até o final de 2010.

A ascensão do “Governo Mudancista” na política cearense se deu a partir da década de 1980, e teve relações diretas com as mudanças políticas que vinham ocorrendo no país naquele período, com o fim da Ditadura Militar e o processo de redemocratização na política brasileira. A partir desse contexto, pretendemos, nesse capítulo, discutir como o grupo dos empresários, liderados por Jereissati, na política do Ceará, pôs fim à hegemonia de seus principais opositores, o grupo dos Coronéis, que estavam assentados no poder naquele período, a partir das transformações que ocorreram no período de redemocratização do país. Em se tratando de grupos que permaneceram por duradouros tempos na política, analisaremos suas estratégias governamentais, de um lado baseados no discurso saudosista, de gratidão, e do outro lado, baseado em mudanças, em progressos.

⁷ Nome artístico de Priscilla Novaes Leone, cantora e compositora brasileira, natural de Salvador- Bahia.

1.1. A SECA COMO CARACTERÍSTICA E REPRESENTAÇÃO DO CEARÁ.

O fantasma da seca se fez presente no imaginário da população cearense por séculos, desde o Brasil colonial, quando o solo seco e a falta de chuva foram encarados como principais obstáculos para a tardia ocupação e desenvolvimento da região, passando pelos séculos XIX e XX, o Ceará enfrentou diversos períodos de grandes estiagens. A partir de então, o fenômeno passou a fazer parte da história como uma forte característica da região, tornando-se objeto de pesquisa científica em diversas áreas como a geografia, na qual se buscou compreender as condições climáticas, o relevo do espaço, a característica do solo; a biologia, que procurou analisar os seres vivos daquela região; ciências sociais e história, analisando os aspectos sociais naquele espaço geográfico.

A seca também serviu de cenário para grandes obras que ganharam destaques nacionais na literatura brasileira, a exemplo do romance “*O Quinze*”, escrito por Rachel de Queiroz, publicado em 1930. Cearense, Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza, porém mudou-se, com poucos dias de nascida, para a cidade de Quixadá. Em seu primeiro romance, a autora retratou a grande seca ocorrida em 1915, narrando à trajetória dos retirantes que tentavam escapar dos sofrimentos que a estiagem causara na região. Com trechos marcantes, a autora dialoga a respeito do fenômeno da seca, como mostra o trecho a seguir.

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. Depois, o mundo é grande e no Amazonas sempre há borracha.... Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumiava mal, combinou com a mulher o plano de partida. Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas. Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte. (QUEIROZ, 2006, p.31).

A obra literária de Rachel de Queiroz é composta por forte teor social, pois destaca narrativas vivenciadas por pessoas daquela época retratando a fome e a miséria, características dos retirantes que fugiam da seca e buscavam a capital Fortaleza como esperança.

Frederico de Castro Neves (2000)⁸, em sua tese de doutorado em História Social intitulada “*A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*”, apresentada na Universidade Federal Fluminense no ano de 1998 e que posteriormente, em 2000, fora publicado em livro, com o mesmo título, desenvolveu pesquisa no qual trabalhou o fenômeno da seca e as ações da população flagelada em torno dos saques provocados pela fome. A miséria em que viviam as pessoas fazia com que ocorressem diversas invasões em armazéns e, conseqüentemente, saques em algumas cidades cearenses. No entanto, o ponto principal que merece destaque na obra “*A multidão e a História*”, são as ações da multidão, interpretadas como sujeitos políticos, desconsiderando os casos de invasões como “espasmódicas e irracionais”.

A seca também foi inspiração para artistas da música e da poesia brasileira, muitas vezes cantada de forma romântica a esperança do sertanejo que, mesmo com o solo seco e com a falta de chuva, se apegava à religião e se mantém na esperança de permanecer em seu território. Destacamos a música “*Último pau de arara*”, letra de Marcos Cavalcanti Albuquerque, o Venâncio⁹, lançada em 1973:

A vida aqui só é ruim quando não chove no chão. Mas se chover dá de tudo, fartura tem de montão. Tomara que chova logo, tomara meu deus, tomara. Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara. Enquanto a minha vaquinha tiver o couro e o osso e puder com o chocalho pendurado no pescoço eu vou ficando por aqui, que Deus do céu me ajude, quem sai da terra natal em outros cantos não para. Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara. Só deixo meu Cariri no último pau-de-arara. (ALBUQUERQUE, 1973)

Portanto, considerado um fator determinante para as condições climáticas e geográficas da região, os períodos de estiagens passaram a ser absorvidos em diversos aspectos nas esferas sociais, culturais e políticas, não só no estado Ceará, mas em praticamente todo o Nordeste. No território onde atualmente se situa o município de Aurora (Antiga Venda), foram registrados casos onde se relacionava a fome, em decorrência da seca, como principal causa, destacamos alguns trechos expostos no livro

⁸Professor do departamento de história da Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁹Fez parte da dupla “Venâncio e Corumba”, formada em Pernambuco no início da década de 1940, que apresentava um repertório de variedades, como a moda de viola, o repente e performances cômicas. Nasceu em Recife, no dia 07 de outubro de 1909 e faleceu no dia 18 de setembro de 1981.

“*Venda Grande d’Aurora*”¹⁰, encontrados nos registros do livro de óbitos da Paróquia de São Vicente Férrer de Lavras da Mangabeira.

Aos vinte de novembro de mil oitocentos e setenta e sete, faleceu de fome o adulto Joaquim Gomes, pardo, de idade de doze anos, foi envolto em branco e sepultado no campo (calumby), sendo depois encomendado por mim. E para constar fiz este e assignei. O vigário Meceno Clodoaldo Linhares. (2012, p78)

Aos vinte e nove de novembro de mil oitocentos e setenta e sete, faleceu de fome a párvula Úrsula, de idade de quatro anos, filha legítima de Antônio dos Santos e Rita Maria de Jesus, foi envolto em branco e sepultada no Cemitério da Venda, sendo depois encomendada por mim, etc(...) (2012, p78)

Aos seis de dezembro de mil e oitocentos e setenta e sete, faleceu de fome o párvulo José, de idade de dois anos, filho legítimo de Vicente Monteiro e Maria Joaquina, foi envolto em branco e sepultado no Cemitério da Venda, sendo depois encomendada por mim, etc (...) (2012, p78-79)

As consequências dos períodos secos fizeram com que esse fenômeno natural fosse associado aos fatores sociais, como a miséria e mortes que eram atribuídas à fome. No entanto, até meados do século XVIII a seca não era associada a ações que degradassem a condição humana. As perdas materiais eram as mais relatadas, tais como a perda do gado, principal vítima da seca naquele período. Somente a partir do século XIX, a seca passou a ser considerada a principal causadora da “*tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e morticínio, e mais logo a peste da bexiga*”¹¹, como afirma Frederico de Castro Neves.

Por todo o século XIX, as obrigações dos proprietários de terras no âmbito da relação de “reciprocidade desigual” – submissão *versus* proteção – foi se tornando um encargo cada vez maior. As heranças dos períodos anteriores da colonização haviam se transformado. As condições em que a ocupação do território aconteceu favoreciam a implantação de um modelo de relacionamento baseado na mutualidade. (2000, p.42).

Como nos mostrou Neves, exposto no trecho acima mencionado, o fator seca fora associado as perdas da condição humana, isso serviu para fortalecer a relação de trocas mútuas entre latifundiários e trabalhadores, no qual muitos desses fazendeiros se

¹⁰Escrito pelo biólogo João Tavares Calixto Júnior, no qual retrata, cronologicamente, a história do município de Aurora desde a revelação do território à comemoração do Centenário de criação do mesmo.

¹¹A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará.

utilizaram de seu capital social e econômico e formaram pactos que introduziram na política cearense.

1.1.2. OS PACTOS NO CENÁRIO DA POLÍTICA CEARENSE

A conexão seca e miséria emergiram a partir do modelo político baseado na troca mútua de favores desiguais, na qual os donos de terra exploravam seus moradores pela manutenção do poder, em troca do trabalho e de moradia, numa relação paternalista que ficou conhecida como coronelismo em todo o país.

Imagem 1 – Antônio Nogueira Accioly.



Fonte: <http://Cariricangaco.blogspot.com/2014/01/o-ceara-de-nogueira-accioly-parte-1.html>

A imagem acima representa um dos poucos registros de um dos principais coronéis do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Accioly, que comandou de 1896 a 1912, de forma direta ou indiretamente, o estado do Ceará. Com grande influência na política de completamente todo o estado, Nogueira Accioly conseguiu se manter no poder, comandando a Oligarquia Acciolyna. Nesse período, a cidade de Aurora começou a dar seus primeiros passos como município, quando por força da lei 2.047 de 1883 se desvencilhou do município de Lavras da Mangabeira, ganhando *status* de vila, passando

a se chamar de “Vila de Aurora”¹². Entre idas e vindas, Aurora conseguiu no ano de 1889, definitivamente, se tornar município.

Para compreender o *Coronelismo* e como essa expressão se faz parte, por décadas, da história do Ceará como característica na política é interessante destacar dois principais momentos em que o termo se desenvolveu ao longo do processo histórico cearense. O termo Coronelismo surgiu no Império, nesse período os grandes proprietários de terras faziam parte da Guarda Nacional e, com isso, ganhavam o título de coronel¹³. Já no período Republicano, com o fim da Guarda Nacional esses coronéis se tornaram principais chefes políticos regionais, controlando a vida social das pessoas que viviam próximos de si, em troca oferecia assistência àquelas pessoas, mantendo-as em seu poder, desde a sua família aos agregados (trabalhadores das fazendas), baseado na troca de favores, principalmente o voto, como nos mostra Manuel Rodrigues de Melo.

Para êle (o coronel), favor é dar um dia de serviço quando o pobre está passando fome; é não deixar que vá prêso quando se embriaga e tenta subverter a ordem pública; é dar a roupa e o calçado para votar; é dar o remédio e o médico quando o pobre está doente; é afiançá-lo na loja do comerciante para comprar a roupa; é dar-lhe terra e fornecer dinheiro para plantar e limpar o roçado. Em troca desses favores exige, naturalmente, outros favores. Exige que leve e traga os recados. Exige que vá à feira comprar e trazer as mercadorias. Exige respeito e acatamento às suas ordens. Exige que açoite ou mate o adversário quando lhe ofende. Exige que bote água e lenha em casa. Exige, finalmente, o voto. O voto que é o instrumento poderoso com que o chefe mantém o seu prestígio, o seu domínio, a sua posição de líder. Sem isso estaria terminado o seu ciclo, a sua gestão, o seu feudo. (MELO, 1954 p.135-6).

A partir do excerto acima, conseguimos compreender como se desenvolviam as práticas coronelistas na política em boa parte do país, entre o fim do século XIX e o início do século XX. É importante destacar que o coronelismo acima mencionado, faz parte de um contexto da história brasileira marcada por uma sociedade agrária e com latifundiários com poder excessivo sobre seus subordinados.

Vitor Nunes Leal, em sua obra clássica sobre o coronelismo, intitulada “*Coronelismo, enxada e voto*”, considerou o coronelismo como uma troca de benefícios

¹²O título seria em homenagem a uma comerciante local, que na memória dos habitantes figurava como uma mulher que se instalara nos arredores do Rio Salgado, a fim de abastecer aqueles que percorriam o sul cearense, pelas margens do rio, em direção a vila do Crato ao Icó.

¹³A participação na Guarda Nacional no Brasil era estipulada pela renda do indivíduo. Durante o período regencial, os títulos militares de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel (o posto mais alto) foram vendidos pelo governo imperial.

entre o poder público, paulatinamente fortalecido, juntamente com o poder e influência social dos chefes (fazendeiros) locais, dos senhores de terras. Para Leal, o “coronelismo” pode ser classificado como “*resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social adequada*”. (2012, p.24)

De acordo com Leal (2012), podemos entender o coronelismo como a manifestação do poder arcaico, que se apresenta de acordo com a realidade econômica e social de determinada região, fazendo com que o poder privado se relacione com as bases públicas, causando dependência dos menos favorecidos aos patrões. Dessa forma, os donos de grandes latifúndios, os fazendeiros foram considerados como lideranças locais, chefes de determinadas regiões, logo coronéis.

Em outro momento da história surgiu um novo sentido para o “*coronelismo*” no Ceará. No início da década de 1960 o pacto político organizado pelos partidos PSD¹⁴ (Partido Social Democrático), UDN¹⁵ (União Democrática Nacional) e PTN¹⁶ (Partido Trabalhista Nacional), com o intuito de “barrar os avanços de novas forças”, referindo-se aos grupos de esquerdas.

Os diretórios regionais do PSD, UDN e PTN, em manifesto dirigido ao povo cearense, afirmavam que uniam suas forças para a disputa eleitoral, com candidatos comuns aos postos de governador e vice-governador e senadores da República, com o objetivo de: 1) preservação das instituições democráticas, visada pela crescente onda demagógica que pretende alcançar o poder para, de posse dele, sacrificar o regime de liberdade em que vivemos; e 2) atender a um plano de trabalho solidamente estruturado, tendo em vista o progresso econômico e a harmonia social. (MONTENEGRO, 1980, p. 174)

O acordo “União pelo Ceará” acima mencionado lançou a candidatura de Virgílio Távora, do UDN em parceria com o PTN, ao governo do estado, no qual conseguiu vitória expressiva sobre a candidatura de Adail Barreto, do PTB¹⁷ (Partido Trabalhista

¹⁴ Partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

¹⁵ A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo.

¹⁶ Partido político de âmbito nacional fundado em 1945 por elementos diretamente vinculados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo organizar a massa sindicalizada independente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob inspiração de Getúlio Vargas.

¹⁷ Partido político nacional fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1945, e extinto em outubro de 1965 em decorrência da aplicação do Ato Institucional Nº 2.

Brasileiro). A partir de então, se iniciou o novo grupo político que comandou o Ceará, entre os anos de 1963 a 1986, e que mais tarde ficou conhecido como “*O ciclo dos Coronéis*”¹⁸, período em que o governo permaneceu sob domínio de três principais nomes: Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra.

Embora o ciclo dos coronéis se caracterize pelos três principais nomes, quando não estavam no poder, participavam indiretamente apoiando outros candidatos, a exemplo do governo de Gonzaga Mota (PDS¹⁹) que esteve como governador do Ceará no período 1983-1987, com o apoio de Adauto Bezerra.

Vindo de uma família tradicional de políticos, Virgílio de Moraes Fernandes Távora estudou desde cedo em escolas militares, em 1939 ingressava em definitivo no setor militar, quando passou a fazer parte do 1º Batalhão de Pontoneiros (Minas Gerais) como comandante. Em ascensão na carreira militar, Virgílio Távora adentrou na política, quando em 1950 foi eleito deputado federal no Ceará, nesse período Távora tinha o título de Major, três anos depois viria a se tornar tenente-coronel.

César Cals iniciou sua carreira como militar no ano de 1943 quando ingressou na Escola Militar de Realengo (Rio de Janeiro). No ano de 1949, Cals foi promovido a Primeiro-Tenente, nesse período se tornou professor de álgebra na Escola Preparatória de Fortaleza. Em 1958 recebeu o título de Major. Cals teve participação no golpe político-militar que em 31 de março de 1964 depôs o então presidente João Goulart e, anos depois, foi promovido tenente-coronel. Ingressou na política no ano de 1970, quando foi nomeado pelo Presidente Militar Emílio Garrastazu Médici para assumir o governo do Ceará.

Adauto Bezerra, natural de Juazeiro do Norte, oriundo de família influente e tradicional na política do Cariri cearense, iniciou a carreira como militar na Escola Militar de Realengo, no ano de 1943. Com ascensão efêmera, logo se tornou capitão, em 1954.

¹⁸Tal ciclo de coronéis, de acordo com Nogueira (2005), começou com César Cals (1971-1975) que assumiu o governo do Ceará no dia 15 de março de 1971 e logo revelou suas inclinações partidárias, com a criação do ‘Cesismo’ ou formação de tendência política em torno de sua liderança. Inaugurou desse modo o “novo coronelismo”, propriamente dito, ou deu início à formação da Trindade do poder do coronelismo no Ceará: ‘Cesismo’ de César Cals; o ‘Adautismo’ do Coronel Adauto Bezerra (1975-1978); e o ‘Virgilismo’ do Coronel Virgílio Távora (1978-1982). De acordo com Nogueira (2005) esses governos foram marcados por práticas eminentemente coronelistas e pela realização de obras monumentais que resultaram em mais uma fonte de corrupção administrativa.

¹⁹ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Sucessor direto da Arena, o PDS foi o destino das principais lideranças que apoiavam o regime militar.

Adentrou na política aos 32 anos, quando eleito deputado estadual do Ceará pela legenda União Democrática Nacional (UDN) em 1958. Tornou-se coronel em 1968, Aduino foi governador do Ceará no ano de 1974, designado pelo General Ernesto Geisel, presidente no período da ditadura militar.

Nesse contexto, o termo coronel foi empregado no sentido literal, já que os três nomes faziam parte da ala militar e possuíam o título de coronel, originário na carreira militar e diz respeito ao posto ocupado por um indivíduo do Exército ou Aeronáutica.

No período em que o Ceará fora governado pelo ciclo dos coronéis, o Brasil vivia o período da ditadura militar, portanto, com exceção do primeiro mandato de Virgílio Távora e o mandato de Gonzaga Mota, todos os demais governadores foram nomeados pelos presidentes da ditadura, sem a participação do voto direto popular, em decorrência da aplicação do Ato Institucional nº 3²⁰, instituído por Castelo Branco.

Os anos que se seguiram desde o primeiro mandato de Virgílio Távora (1963) ao final do seu segundo e último (1982) como governador do Ceará, a política brasileira seguiu os ritmos da Ditadura Militar, marcado pelas repressões de diversos movimentos sociais, baseado numa política autoritária governada a partir de Atos Institucionais. Por outro lado, nesse período, o município de Aurora estava, aos poucos, se desenvolvendo. No ano de 1967, com o apoio da Igreja Católica, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aurora (STR), em 1971 foi elaborado o projeto de Lei nº 140 que estabelecia uma nova delimitação da zona urbana auroreense, dessa forma:

Art.1º - Fica estabelecido que o perímetro urbano da Sede do Município de Aurora, CE, terá as seguintes delimitações: Ponto inicial – lado norte, no Alto da Cruz, lugar Corte Grande, de onde, acompanhando a estrada de ferro no sentido poente até encontrar a Rua Bela Vista, pela qual, obedecendo a mesma direção, vai à Rodovia Aurora – Caririáçu declinando para Sudeste, passando pelo campo de esporte Romão Sabiá pelo lado nascente, e alcançando as águas do açude do sítio Aurora, de propriedade do Sr. José Dácio Leite, de onde vai, margeando o referido reservatório, rumo à parede do mesmo sobre que passa a estrada de ferro; desse ponto em linha reta para a Capela de São Vicente no Bairro São Benedito, tomando rumo nascente em linha reta, cortando o Rio Salgado até alcançar o último poste da instalação elétrica no local onde fica o prédio residencial de Francisco Torquato Leite na Vila Paulo Gonçalves, tomando a direção nordeste em linha reta, ultrapassa a CE-160, até o corte grande da mesma rodovia, ou seja, Matadouro Público Municipal, inclinando em rumo noroeste, já em linha reta, atingindo as residências de propriedade de

²⁰ Em 5 de fevereiro de 1966 o presidente Castelo Branco editou o **Ato Institucional Número Três** (ou **AI-3**), que estabelecia que os governadores e vices seriam eleitos indiretamente por um colégio eleitoral, formado pelos deputados estaduais. Também estabeleceu que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas. Estabeleceu o calendário eleitoral, com a eleição presidencial em 3 de outubro e para o Congresso, em 15 de novembro.

Pedro Tavares e Josefa Fernandes até o Alto da Cruz, no chamado corte grande da estrada de ferro, ponto de partida. (CALIXTO JUNIOR, 2012, p. 258).

Entre as décadas de 1960-70 o município de Aurora passou a se estruturar enquanto cidade. As alianças feitas entre o poder local e os governadores do Estado cearense trouxeram, ao município, obras que representavam o progresso e o desenvolvimento para a população aurorense, dentre elas, podemos destacar a construção da rodovia que liga Aurora à BR-116, pois, de acordo com o prefeito da cidade na época, “nos trouxe grandes benefícios, uma vez que é a principal via de acesso e também, quando lembramos que Aurora ficava isolada do resto do Estado na época invernososa, basta isto, para se avaliar o quanto a rodovia nos é importante” (Jornal “O Povo”, 1981).

1.1.3. UMA “NOVA POLÍTICA” NO CEARÁ: A DISPUTA ENTRE CORONÉIS E EMPRESÁRIOS

Em meados da década de 1970, com o fim do “milagre econômico”²¹, a crise na economia e os diversos movimentos sociais abalaram o sistema autoritário vigente, e assim surgem novos atores. No Ceará, a política que se seguiu com o apoio dos presidentes do regime já não tinha mais tanto prestígio. A conjuntura política nacional da época, no qual se buscavam mudanças nos setores públicos proporcionou o surgimento de um novo grupo político que se iniciou na política cearense através do CIC (Centro Industrial Cearense).

O CIC foi criado em 1919 e foi, por décadas, vinculado ao FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), onde muitas vezes a figura do presidente dos órgãos era a mesma pessoa. O Centro Industrial Cearense tinha como objetivo a abertura para setores industriais que possibilitassem o desenvolvimento do estado. No ano de 1978, ocorreram eleições para presidente das entidades, José Flávio Costa Lima fora eleito, mas optou por assumir somente a FIEC, negando o cargo de presidente do CIC, que passou a ser

²¹ Milagre Econômico ou "milagre econômico brasileiro" corresponde ao crescimento econômico ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 a 1973. Esse período foi caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e inflação baixa. Contudo, por trás da prosperidade, houve o aumento da concentração de renda, corrupção e exploração da mão de obra. Foi no governo do presidente Emílio Médici (1905-1985), que o milagre econômico chegou ao ápice.

comandado por Clayton Veras Alcântara²², esse fato proporcionou uma ruptura entre os dois grupos, passando a ser governado por um grupo de jovens empresários, com idade média de 40 anos, formação universitária e líderes nas empresas familiares. Entre os principais presidentes do CIC tivemos Amarílio Macêdo (1980-81), Tasso Jereissati (1982-83), Sérgio Machado (1984-85). Com a inserção do grupo dos empresários na presidência do CIC, a instituição passou a um importante centro de debates que se opunham as práticas do governo federal, que contava com a presença de empresários com destaque nacional, como Cláudio Bardela e José Mindlin, participantes do “Grupo dos Oito”²³.

Nas eleições de 1982, os representantes do CIC decidiram apoiar o economista Luiz Gonzaga Mota pelo Partido Democrático Social (PDS) ao governo do Estado do Ceará, que também contava com o apoio dos “coronéis” – Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra -, e tinha como opositor Mauro Benevides, candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB²⁴), Gonzaga Mota conseguiu uma ampla vitória sobre Mauro Benevides, mas sua eleição já significava mudanças na política cearense, pois, como destaca Linda Gondim (1995, p.4), “sozinho, nenhum dos três ‘coronéis’ teria condições de eleger o novo governador”. Iniciado em 15 de março de 1983, o governo de Gonzaga Mota ficou marcado pelo acordo estabelecido entre o governador e os coronéis que o apoiaram, conhecido como o “*Acordo dos Coronéis*”, que se uniram para a eleição de Gonzaga Mota e em troca seria destinado partes do governo – entre cargos e verbas – para os coronéis.

Na eleição seguinte, em 1986, o CIC apresentou a candidatura de Tasso Ribeiro Jereissati à governador do Estado, e contou com o apoio de partidos como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido ao qual era filiado, PCB²⁵

²²Conhecido como Beni Veras, foi um dos fundadores do PSDB, atuava nas esferas política e empresarial e contribuiu com o desenvolvimento do Centro Industrial do Ceará, do qual foi vice-presidente. Ele também foi um dos articuladores do movimento conhecido como “projeto das mudanças”, nos anos 1980, sendo assessor especial do governo de Tasso (1987-1990).

²³Em junho de 1978, por exemplo, apareceu no jornal Folha de São Paulo o manifesto do “Grupo dos Oito”, assinado por alguns dos empresários mais representativos do Brasil, defendendo menor intervenção do Estado e o retorno à democracia.

²⁴ Partido político nacional criado em janeiro de 1980 para suceder ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar que foi extinto em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo.

²⁵ Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, sigla PCB. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência

(Partido Comunista Brasileiro), PDC²⁶ (Partido Democrata Cristão) e PC do B²⁷ (Partido Comunista do Brasil), partidos considerados de esquerda. Tasso apresentava sua candidatura como uma alternativa ao “coronelismo e a miséria” que, segundo seus relatos, há tempos se estabelecia no Ceará. Duas palavras foram essenciais na campanha de Jereissati ao governo, “miséria e participação. Acabar com uma e promover a outra” (JEREISSATI Apud MOTA, 1992 p.31). De acordo com Alexandre Barbalho, a candidatura de Tasso Jereissati soou como novidade na política cearense.

Tasso era o “candidato da mudança” que sinalizava com a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada. Seu nome virou uma marca construída com base na figura do jovem e bem-sucedido empresário decidido a entrar na política por amor à causa pública. Uma marca que se mostrou vitoriosa. (BARBALHO, 2007, p.112).

Durante sua campanha, o então jovem empresário e candidato a governador, Tasso Jereissati, argumentava que o Ceará vivia anos de atraso e miséria e culpava os gestores anteriores, em especial o grupo dos coronéis, pelos atrasos que afetavam toda a população cearense e, em contrapartida, trazia sua experiência em administração de empresas e o não pertencimento à classe política como capacidade para transformar e trazer rumos positivos à máquina pública cearense. Naquela eleição, as maiores lideranças políticas do Ceará – “os coronéis” - se uniram e lançaram a candidatura de Adauto Bezerra, pelo PFL²⁸ (Partido da Frente Liberal), principal opositor de Tasso naquele ano²⁹.

Como mencionado anteriormente, ao longo da história o termo coronel pôde ser entendido em dois diferentes aspectos. Em primeiro momento, discutimos os senhores

nacional realizada em agosto de 1961, e teve como finalidade facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais por que passou o Brasil desde a década de 1920.

²⁶ Partido político nacional fundado em 1985. Em abril de 1993 fundiu-se com o Partido Democrático Social (PDS), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR).

²⁷ Partido político de âmbito nacional criado em fevereiro de 1962 por ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), afastados dessa organização em 1961 em decorrência da crise provocada pelo debate em torno das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956.

²⁸ Partido político nacional criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 28 de março de 2007 passou a se chamar Democratas (DEM).

²⁹Outros nomes foram lançados na disputa para Governador naquele ano, tais como: Francisco Aires Quintela (PSC) e José Haroldo Bezerra Coelho (PT).

donos latifundiários que adquiriam o título de coronéis e que usavam de seus bens particulares para obter o poder; em um segundo momento, a partir do período da ditadura militar, agentes militares com o título de coronel passaram a fazer parte da política e assumiram o governo cearense.

Nas eleições de 1986 o termo “*coronel*”, nos discursos de Tasso, passou a ser utilizado no sentido de atacar seus opositores, associando-os ao primeiro significado que citamos, de grandes latifundiários que possuíam domínio econômico e social aos habitantes rurais, relacionados a forma de trocas, características de currais eleitorais, característica de uma política arcaica e que promovia a miséria do Estado. No entanto, vale ressaltar que a atuação política dos coronéis do Ceará se diferenciava, parcialmente, do sentido destacado, uma vez que no período em que permaneceram no governo, o estado passou por inovadoras mudanças sociais e econômicas, passando de “um Nordeste eminentemente agrário para uma região com população cada vez mais urbana e economia voltada, principalmente, para a indústria e o serviço” (BARBALHO, 2007, p.4).

No período em que governou o estado, Virgílio Távora buscou transformar a economia do estado, adotando medidas que favorecem os centros urbanos e industriais. Podemos destacar o PLAMEG (Plano de Metas Governamentais), cujo objetivo era dar o máximo de racionalidade ao Estado em relação aos avanços da industrialização inseriu o Estado no programa de eletrificação da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco); estabeleceu o Serviço de Imprensa e Relações Públicas, conseguiu levar ao interior do estado a TV Ceará, emissora na qual mantinha um programa semanal. Realizações como essas proporcionaram um maior desenvolvimento econômico no Ceará, no entanto, ainda era possível destacar características do clientelismo, como a troca de apoio por cargos, o empreguismo, a utilização de bens públicos para fins particulares, como podemos perceber a partir da exposição de Barbalho, quando afirma que,

Se, de um lado, persistem as práticas clientelistas e autoritárias (que não são exclusivas do coronelismo, mas características do autoritarismo da sociedade brasileira), de outro, novos elementos e valores, afinados com o ideário da modernização, são agregados por estes políticos: burocratização do poder público, planejamento governamental, desenvolvimento econômico por meio da industrialização etc. (BARBALHO, 2007, p.4).

Assim se desenvolveram os governos de Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, até o governo de Gonzaga Mota. Tasso utilizou ao seu favor tais práticas vivenciadas nos governos anteriores. Em seus discursos o candidato enfatizava os acordos

estabelecidos e com isso se promovia como a mudança que o Ceará precisava. Em uma de suas falas, Tasso Jereissati exclamou’:

O acordo de Brasília quando dividiu o Estado em três partes, cabendo 33% para cada coronel agravou o quadro de miséria do Estado. E só podemos mudar alguma coisa a partir da mudança das estruturas administrativas e políticas. Para isso, precisa mudar também a mentalidade que se estabeleceu nos últimos vinte e cinco anos por causa da ditadura, da falta de reflexão e liberdade de imprensa, entre outros fatores: a do clientelismo, do "favor" (Conferência de Tasso Jereissati na Escola Técnica do Ceará em 05.09.86; apud MOTA, 1992, p. 31).

Contraopondo-se aos discursos de seu opositor, Aduino Bezerra buscou enaltecer as realizações que ocorreram em seu governo e partir da prática, despertar nos eleitores o sentimento de “gratidão” e “lealdade”, o saudosismo pelas conquistas alcançadas pelo governo. Em junho de 1986, o jornal “O Povo” publica um artigo no qual Aduino Bezerra rebate às críticas feitas por seu principal opositor e enaltece a “lealdade” de seus eleitores.

Ninguém vai votar com os coronéis porque vive em curral, mas porque sabe que, com eles no poder, o Ceará experimentou seus melhores dias de progresso e bem-estar. E isso mata de raiva quem não tem prestígio. O que o senhor Jereissati chama de curral é a gratidão do povo. E essa não se acaba nunca. (O POVO apud BARREIRA, 1996, p. 38).

Assim se desenvolveu a eleição no ano de 1986, os debates políticos se estabeleciam em torno de dois lados antagônicos: de uma lado a “lealdade”, as conquistas, o benemérito, a gratidão, e negação a novidade que estava por vir; do outro lado, a miséria, o atraso, clientelismo, o retrocesso, pontos a serem superados a partir de novas escolhas que deveriam ser feitas.

Durante as eleições daquele ano, os coronéis reconheciam que a popularidade de Tasso Jereissati na capital Fortaleza era vantajosa, mas confiavam em suas alianças estabelecidas no interior do estado que garantiriam a vitória. No entanto, os jornais noticiavam que a popularidade do jovem empresário estava crescendo no interior do Ceará, em uma das manchetes do jornal O Povo retratou a presença do candidato em Juazeiro do Norte como de grande importância para os juazeirenses, pois o título da reportagem fazia alusão a um dos maiores eventos que ocorriam no Cariri, as Romarias.

Imagem 2 – Comício de Tasso Jereissati, em Juazeiro do Norte.



Reportagem do Jornal "O POVO" de 9 de novembro de 1986.

Em outra ocasião, o mesmo jornal noticiou o apoio de Patativa do Assaré, poeta do interior cearense, ao candidato Jereissati. Na matéria publicada no dia 8 de novembro, o jornal O Povo enalteceu a imagem do poeta cearense e mostrou o apoio de Patativa ao candidato “mudancista”. Segundo o jornal: “O maior gênio do Ceará..., com seus quase 80 anos, vai votar em Tasso e não se cansa de recomendar o nome do jovem futuro Governador a todos os seus amigos e a sua legião de admiradores” (Jornal O POVO, 1986). Em seguida publicou uma poesia que o poeta havia criado para o seu candidato. Destaco abaixo, os versos dessa poesia:

“Meu Ceará flagelado, Ceará martirizado, Tu tens que mudar agora, Tasso é a nossa esperança, É a estrela da bonança, É a luz da nossa Aurora. Pelo prazer que tu tens, recebe meus parabéns, meu Ceará sofredor. Depois de grande debate Dr. Tasso Jereissati será seu governador”. (JORNAL “O POVO”, 1986)

Assim como o jornal O POVO mostrou, principal veículo de notícias no Ceará, muitos dos habitantes do Cariri cearense estavam em sintonia com os ideais dos empresários na política cearense, a popularidade do jovem candidato cresceu nos períodos de campanha eleitoral, embora os coronéis ainda estivessem otimistas com suas alianças no interior.

As eleições para novo governador do Ceará ocorreram no dia 15 de novembro de 1986, além de governador, ocorreram eleições para senador, deputados federais e estaduais. Para o cargo de governador havia 4 coligações formadas disputaram a eleição: Coligação Pró-Mudanças (PMDB, PDC, PCB e PCdoB) que tinha como candidato Tasso Ribeiro Jereissati; Coligação Democrática (PFL, PDS e PTB) tendo como candidato Adauto Bezerra; Coligação PT-PSB, lançando a candidatura de Haroldo Coelho; e União Liberal Cristã (PSC, PL) tendo Francisco Quintela como candidato.

Embora existissem quatro candidatos que objetivavam o cargo de governado do Estado, aquela eleição ficou em disputa entre os candidatos da coligação “Pró-Mudanças” e “Coligação Democrática”. De acordo com o TRE, o Ceará contava com um total de 2.847,057 (dois milhões oitocentos e quarenta e sete mil e cinquenta e sete) eleitores.

Mencionamos abaixo os eleitores votantes e o resultado de cada candidato.

Tabela 1 – Candidatos, coligações e legendas – Ceará 1986.

Candidatos a Governador do Estado	Candidatos a Vice-Governador	Legenda	Coligação	Votação	Percentual
Tasso Jereissati (PMDB)	Castelo de Castro (PMDB)	15	Pró-Mudanças (PMDB, PDC, PCB e PCdoB)	1.407,693	61,46%
Adauto Bezerra (PFL)	Aquiles Mota (PDS)	25	Democrática (PFL, PDS e PTB)	807,315	35,25%
Haroldo Coelho (PT)	Walton Miranda Leitão (PSB)	13	PT – PSB	68,044	2,97%
Francisco Quintela (PSC)	Hugo Martins Lessa (PSC)	20	União Liberal Cristã (PSC, PL)	7,304	0,32%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de informações contidas no site do TRE-CE, <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201986.pdf> acesso em: 27 de junho de 2019.

Analisando a tabela acima, os dados contidos mostram o resultado da votação para governador do Ceará naquele ano. Com um total de 2.690.314 votantes, Tasso Jereissati obteve 1.407.693 votos, 61,46%; seu principal opositor conseguiu 807.315 votos, não suficientes para impedir a vitória da coligação “Pró-Mudanças”, o candidato pela coligação PT-PSB somou 68.044 votos; Francisco Quintela (Coligação União Liberal Cristã) somou 7.304 votos, além de 156.743 abstenções, 293.271 votos brancos e 106.687 votos nulos. Nos resultados da eleição, Tasso Jereissati saiu vitorioso não somente em Fortaleza, mas, como os jornais mostravam, também se consagrou vitorioso em Juazeiro do Norte, principal polo eleitoral de Adauto Bezerra, além do mais, a coligação do PMDB conseguiu eleger dois senadores, 12 deputados federais e 24 deputados estaduais. Tasso era, a partir de então, o escolhido para governar o Ceará, pondo fim ao “ciclo dos coronéis”, que governou o Estado por 24 anos, de 1963 com Virgílio Távora, a 1987 com o fim do mandato de Gonzaga Mota.

1.2 “MENOS MISÉRIA E MAIS PARTICIPAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO GOVERNO

Em março de 1987, o governador eleito tomou posse em seu novo cargo. Tasso Jereissati havia conseguido, juntamente com o grupo do CIC, chegar ao governo do Ceará, impulsionado pelo caráter mudancista em que o país se encontrava, e por meio de tal discurso produziu toda sua campanha, tendo como lema de campanha o seguinte slogan: “*O Brasil mudou. Mude o Ceará*”. O governo representava uma nova era na política cearense.

O historiador Altemar Muniz (2007), professor de História da Universidade Estadual do Ceará, descreveu em sua tese a trajetória do então governador cearense no dia de sua posse. Segundo Muniz, um dia marcado por emoções por parte de eleitores, quando o autor descreve que um agricultor, “de Brejo Santo, sobe num dos bancos e improvisa um discurso: ‘Pelas mudanças Tasso vai governar. É a nova administração que chega. Tasso é gente da gente[...]’” (MUNIZ, 2007, p.11). Em outra ocasião o autor descreve a indignação de um grupo de servidores públicos que protestavam contra o governo, em umas das mensagens trazidas, dizia: “Tasso, não faça como o Gonzaga: pague em dia os servidores do Estado[...]” (MUNIZ, 2007, p.12). Assim se iniciava o ciclo do “governo mudancista”.

Logo em seu discurso de posse, Tasso Jereissati enfatizou o que havia prometido em campanha, de acabar com a miséria que afetava o Ceará e afastar da máquina pública o clientelismo que estava presente nas gestões anteriores. Já como governador, Jereissati argumentou que;

O governo das mudanças será um governo voltado pra toda população, sobretudo, para os mais necessitados. Vamos assumir, em toda sua inteireza, a obrigação do Estado no suprimento dos serviços básicos de saúde e educação, que são direitos de toda população. O governo não vai se omitir diante do imenso contingente de adultos analfabetos, das milhares crianças sem escolas, dos índices alarmantes de mortalidade infantil e da incidência de doenças tecnicamente evitáveis...Ao longo dos anos houve recursos para obras suntuosas, e para manter o sistema de apadrinhamento que sustenta falsas lideranças à custa dos sacrifícios de todo o povo, mediante a distribuição de benefícios e empregos com sacrifícios do estado. Nossa falta de experiência nos permitiu ver que o povo estava farto dos seus padrinhos e que não entendia como seus líderes se mantinham tão próximos e em meio à sua vida tão sem esperança. (JEREISSATI, 1987).³⁰

Com as palavras proferidas em seu discurso, Tasso sinalizava para as práticas que alegava fazer parte dos governos dos coronéis, e que seriam abolidas em seu governo. Segundo Barbalho (2007), a gestão do governo de Tasso Jereissati foi responsável por um processo de modernização do Estado, com a implantação de obras públicas que promovessem o desenvolvimento urbano e industrial do Ceará, tais como “burocratização do poder público, planejamento governamental, desenvolvimento econômico por meio da industrialização etc.” Dentre os investimentos públicos implantados pelo governo, citamos o desenvolvimento de política no combate à seca, pois foi a partir das construções voltadas para a escassez de água que o governo ficou marcado para muitas comunidades, muitas vezes como “herói”, em outros casos como “vilão”.

O Governo de Tasso Jereissati passou a investir em programas e obras, cujo o intuito seria minorar o problema da falta de água no Ceará. Em 1987, o governo criou a Secretária dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH -, e, firmando parceria com o Governo Federal, conseguiu construir açudes de grande, médio e pequeno porte em diversas regiões do Estado com financiamentos do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da CEF (Caixa Econômica Federal).

Com política da SRH, voltada para o desenvolvimento dos recursos hídricos, o Estado foi dividido em 12 regiões (bacias) hidrográficas, visando identificar as áreas mais

³⁰ Discurso retirado do portal G1: <http://g1.globo.com/ceara/bom-dia-ce/videos/v/confira-o-discurso-da-posse-de-tasso-jereissati-eleito-governador-do-ce-em-1987/3871567/> acessado em 10 de Junho de 2018.

afetadas pelas secas e, a partir de análises, implantar obras, gerenciar recursos e a prover a manutenção das águas.

Destacarei abaixo o mapa do Estado do Ceará, com sua divisão e nomeação das bacias hidrográficas:

Imagem 3 - Divisão das Bacias Hidrográficas do Ceará.



Fonte: Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará

A partir da divisão das bacias hidrográficas desenvolvidas no mapa do Estado, podemos nos situar e compreender como se implantou a política realizada pela Secretaria de Recursos Hídricos referente às construções de açudes, no período dos governos de Tasso Jereissati.

Entre os anos de 1987 e 1991, período em que Tasso Jereissati governou o Ceará pela primeira vez, a Secretaria de Recursos Hídricos realizou a construção de 15 reservatórios de água, distribuídas entre as bacias hidrográficas, algumas com recursos financeiros próprio do Estado, outras com parcerias de bancos, que financiavam tais construções. Na Bacia do Acaraú foram construídos o açude do Flamengo (1988), na cidade de Santa Quitéria e o açude do Bom Jesus I (1990), na cidade de Sobral, ambas realizações da SRH com recurso próprio; na Bacia do Alto Jaguaribe foram construídos 4 açudes, sendo um com parceria entre o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e o Estado; na Bacia de Banabuiú foram construídos 2 açudes, Capitão Mor no município de Pedra Branca e açude São José I, em Boa Viagem, ambos em 1988; na Bacia do Curu, o açude Ipueira da Vaca (1988), na cidade de Canindé; na Bacia do Litoral, foi construído o açude do Quandu (1990) no município de Itapipoca; no Médio Jaguaribe foi construído o açude Tigre, em Solonópole, no ano de 1991; na Bacia Parnaíba foram construídos 3 açudes, nas cidades de Crateús (1990), Poranga (1990) e Tamboril (1988), esse último teve parceria com o BIRD e BNDES; e por último a Bacia do Salgado, recebeu o açude Mocó (1989), em Aurora.

Nos anos seguintes o governo mudancista conseguiu eleger outros governadores, dando continuidade aos projetos e obras iniciadas por Tasso Jereissati. Entre os anos de 1991 e 1994, o Ceará fora governado por Ciro Gomes, jovem político que também fazia parte do grupo CIC, na secretaria de Recursos Hídricos, deu continuidade ao processo de construção de açudes, no qual foram construídos outros 14 açudes, entre as bacias hidrográficas de Banabuiú, Acaraú, Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Metropolitana e Coreaú.

Tasso foi eleito novamente em 1995 retornando ao posto de governador do Ceará e em seu novo mandato conseguiu realizar outras obras que envolviam a SRH, foram mais 22 açudes iniciados ao longo do segundo mandato e que foram distribuídos pelas bacias hidrográficas, entre esses, 4 foram destinados à bacia do Salgado, o açude Olho D'água, no município de Várzea Alegre; Tatajuba, em Icó; Ubaldinho, na cidade do Cedro e açude Cachoeira, no município de Aurora.

As obras realizadas pelo governo do Estado colocavam o Ceará nos rumos de um progresso, onde levava água às regiões mais castigadas pelas secas, a “modernidade hídrica” estava mudando o aspecto do Estado, que antes fora conhecida por uma região castigada pela estiagem. O Ceará passou a ser destaque nos recursos hídricos, no entanto, essa modernidade gerou dubiedade, proporcionando felicidade para alguns e tristeza para outros.

De acordo com Berman (1986), a modernidade

promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor... As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso... Embora muitas delas tenham provavelmente experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições... (BERMAN, Marshall, 1986. p 15).

A partir do exposto acima, podemos relacionar o diálogo de Berman com a política desenvolvimentista do governo de Jereissati. Percebemos a dicotomia presente entre a aceitação da população do Estado acerca dos projetos que estavam se desenvolvendo no governo. Se por um lado, essa modernidade que fora apresentada aos cearenses trazia aspectos de progresso, de desenvolvimento, de felicidade no combate à falta de água das regiões mais secas, por outro ameaçava a paz de comunidades e até mesmo municípios. A política dos recursos hídricos desenvolvida foi a legitimação daquele governo e também o declínio de algumas comunidades sociais, arrasando histórias, destruindo espaços geográficos, inundando esperanças.

A obra do açude Cachoeira, no município de Aurora, região caririense do Ceará, foi aprovada no início do ano de 1998. Naquele ano, o município se encontrava em um momento difícil, a falta de chuva e, conseqüentemente, a falta do desenvolvimento das plantações de anos anteriores, obrigavam moradores da zona rural a invadirem espaços públicos em busca de alimentos, assim como o município de Aurora, localidades vizinhas também sofreram com ataques de pessoas famintas que buscavam alimentos pela sobrevivência, municípios como: Lavras da Mangabeira, Santana do Cariri, Mauriti, Granjeiro foram saqueadas por pessoas em busca de comida. Um dos principais veículos de comunicação no Cariri, o “*Jornal do Cariri*”, noticiou, em março de 1998, as seqüências de invasões sofridas pelos municípios. Dentre essas matérias, destaco um dos fatos ocorridas no município de Aurora.

A polícia Federal foi chamada para resolver o caso do saque à merenda escolar no município de Aurora, no Cariri. Na semana passada, cerca de 400 homens entraram na cidade e levaram 4.500 quilos de alimento que iriam servir de lanche para três escolas, cerca de cinco mil crianças. O pintor aposentado... viu tudo. Ele conta que ouviu primeiro gritos dizendo “Nós queremos comer”. Depois o grupo saiu para o prédio da REFSA, que serve como depósito para a prefeitura, botaram a porta abaixo e levaram tudo. (JORNAL DO CARIRI, 1998).

A reportagem conduzida pelo Jornal do Cariri, mostrava uma invasão ao armazém da prefeitura de Aurora, que aconteceu no início do ano de 1998. Outros ataques ocorreram na região. Dessa forma, esses acontecimentos incomodavam o governo, uma vez que os projetos desenvolvidos pelo governador Tasso Jereissati seriam de acabar com a miséria, principal motivo de tais notícias, principalmente no interior do Estado, onde obteve maioria dos votos nas eleições.

Naquele mesmo ano, dias após o ocorrido em Aurora, o governo conseguiu autorização, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, e deu início a organização para a construção do açude Cachoeira. De acordo com a Secretária de Recursos Hídricos, diversos lugares no município foram avaliados afim de conseguir o melhor lugar que pudesse manter a água por um longo período sem chuva e, com isso, conseguir abastecer os aurorenses pelo maior período possível. O local escolhido se localizava na bacia do Salgado, onde se situava a comunidade do sítio Cachoeira e adjacentes - sítios Poço do Couro, Currais Velhos e Jatobá –, lá moravam centenas de pessoas. O início do projeto “açude Cachoeira” foi o declínio da comunidade do sítio Cachoeira.

1.3 - CONHECENDO A ORIGEM DO SÍTIO CACHOEIRA

O sítio Cachoeira era uma região ampla situada na bacia do Salgado, localizada entre os municípios de Caririaçu e Aurora, que ficava há 20 quilômetros de distância da última, seguindo caminhos feitos por habitantes da região. No período em que estive no desenvolvimento desta pesquisa, uma das respostas que busquei, ao longo das entrevistas, foi saber qual a origem da comunidade do sítio Cachoeira, pois para a nossa dissertação é importante conhecer a origem da comunidade, porém, não encontramos documentos oficiais que pudessem comprovar tal origem. No entanto, a partir de relatos de antigos moradores e de fatos do município de Aurora, pude compreender como a história da comunidade era narrada por gerações acerca da origem daquele lugar.

O início da comunidade do sítio Cachoeira remonta para os finais do século XIX. Uma narrativa elaborada por Calixto Júnior (2012), contou a história de Francisco Bezerra França, conhecido como Padre França, natural do município de Aurora e que teve influência para o desenvolvimento da cidade nas décadas de 1970 e 1980. Padre França nasceu em 1912, na comunidade do sítio Cachoeira, dez anos após a união de seus pais, o senhor José Amaro de França e Vicência Maria de Jesus, no qual tiveram outros três filhos. O casal Amaro de França e D. Vicência se conheceram ainda pequenos, na capela de Santa Rita, namoraram por tempos e decidiram se casar no ano de 1902, José Amaro de França com 30 anos e Vicência Maria de Jesus com 21.

Durante as entrevistas com antigos moradores da comunidade, conversei com o Senhor Arnesto, que viveu sua infância, adolescência e parte da vida adulta tomando banho nas pequenas barragens do sítio Cachoeira. Seu Arnesto recebeu-me em seu local de trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no qual faz parte da diretoria, e relatou as histórias que ouvia de seus pais sobre o surgimento da comunidade. De acordo com seu Arnesto, o nome Cachoeira surgiu em homenagem a uma pequena cachoeira de pedra que fazia parte do sítio, a queda das águas formavam um pequeno poço que, mesmo nos períodos de longas secas, não faltava água. A pequena cachoeira que batizou a comunidade, perdeu-se nas águas do açude.

Na história da comunidade também passou um conhecido personagem da história nacional. Em diálogo com Seu Narciso, um dos mais antigos moradores ainda em vida, da comunidade, o mesmo nos contou das histórias que ouvia de seu pai, no período em que um grupo de cangaceiros chefiados por Virgulino Ferreira, o Lampião, quando andavam pelo Cariri cearense, passou pelas terras do sítio Cachoeira quando voltavam de Juazeiro do Norte, terra de Padre Cícero. A seguir, trechos dos relatos de Seu Narciso:

Meu pai contava as histórias que no tempo que ele era pequeno, as secas eram maior que o mundo, mas o pai dele tinha uns primos no Maranhão e veio buscar ele, veio buscar o pai dele (avô de seu Narciso) com a família pra ir pro Maranhão, a cavalo. O pai dele tinha umas bestas, então botaram as coisas nas bestas, o “caçua”, e foram escapar as secas no Maranhão... só vieram quando tava de inverno aqui...E nesse tempo tinha os cangaceiros de Lampião que vinham roubando. Quando os cangaceiros passavam, as casas todas fechadas, então um dos cangaceiros disse: essa casa toda fechada, não tem nada, nós vamos ao menos dá um tiro na porta.

Lembrando daquela história contada por seu pai sobre o bando de Lampião passando pela Cachoeira, seu Narciso sorriu e continuou a narrativa.

Era a casa do meu avô. Na porta velha lá de casa tinha um buraco de uma bala de fuzil. Aí eles (os cangaceiros) desciam roubando, roubavam galinhas. Aí o chefe do cangaceiro, que morava em Juazeiro, disse que quando eles passassem na casa de seu Casseiro Bezerra, que é na Cachoeira, vocês não mexam em nada lá, o cavalo dele come debaixo do pé de Juá.

De acordo com Seu Narciso, Casseiro Bezerra era avô do Padre França, e foi o patriarca da comunidade. No relato do nosso personagem, o cangaceiro roubou o cavalo e foi punido com morte, o que mostrava o poder de influência e respeito que aquela pequena comunidade tinha na região. Seu relato revelou um fato histórico que remonta ao ano de 1927, período em que Lampião esteve no município de Aurora. Na ocasião, o cangaceiro planejara invadir Mossoró e orquestrou toda a ação na Fazenda Ipueiras, território que ficava próximo ao sítio Cachoeira.

O principal ponto de encontro para os moradores da comunidade era a capela de Santa Rita, construída entre o final do século XIX e início do século XX, de acordo com antigos moradores. A capela, para os cachoeirenses, era muito mais que um lugar de oração, nela as crianças aprendiam a ler e escrever, davam seus primeiros passos na educação escolar. A capela também era ponto de encontros mensais dos associados da Associação “Amaro França”. Por trás da capela se localizava o posto de saúde, que fora conseguido pelos moradores. Cerca de 1 km de distância da capela se situava a casa de farinha, outro lugar admirado pelos habitantes daquele lugar, lá os casais costumavam se encontrar em períodos de farinhada, para uma diversão que não tinha período certo, podia durar uma semana ou um mês, dependendo da safra da mandioca. No mês de maio os moradores do Cachoeira celebravam a padroeira de sua capela, Santa Rita, novamente um período de festa onde a comunidade se reunia para arrecadar dinheiro e reformar a capela ou engrandecer as comemorações. Assim permaneceu a comunidade do sítio Cachoeira até fevereiro de 1998.

2 – A OBRA CHEGOU, DESTRUINDO VIDAS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA OBRA E DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS

Feche a porta, esqueça o barulho. Feche os olhos, tome ar, é hora do mergulho.

Humberto Gessinger³¹

Estudos que relacionam os deslocamentos compulsórios de pessoas e comunidades em decorrência da instalação de grandes obras, principalmente voltadas para as construções de Usinas Hidrelétricas e Barragens, como trabalhos desenvolvidos por Aurélio Vianna Jr³² (1994), nos instiga a analisar como se comportam os principais personagens envolvidos nessas tramas, que são os atingidos por essas construções, pois para estes ao serem notificados de tal acontecimento surge, respectivamente, uma mescla de sentimentos, desde a tristeza de ter que sair de suas casas à esperança de que, a partir daquela “tragédia”, possa surgir uma nova vida.

Com base nos relatos que foram registrados nas entrevistas com alguns antigos moradores da comunidade do sítio Cachoeira e de localidades vizinhas que foram atingidos pela construção do açude pude perceber o impacto que foi causado no cotidiano dessas pessoas, restando somente as lembranças guardadas na memória como forma de amenizar e constantemente reacender a saudade sentida pelas riquezas simbólicas e socioculturais que existiam naquele lugar, pois “ela (a memória) é retenção afetiva e ‘quente’ dos ‘traços’ inscritos na tensão tridimensional do tempo que permanentemente a tece” (CATROGA, 2015).

Durante meses me dediquei a ouvir os moradores das comunidades que foram afetadas pela construção do açude. Busquei o diálogo com outras pessoas que moravam na zona urbana do município de Aurora e que, direta ou indiretamente, estiveram ligadas

³¹ Músico e escritor brasileiro, natural de Porto Alegre.

³² Possui graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996).

ao processo de construção do açude Cachoeira. Ao visitar a agrovila³³, entre uma casa e outra, aos poucos, misturados aos goles de café, fui conhecendo as histórias desses personagens que foram reassentados na agrovila, embora alguns tenham deixado suas casas tempos depois. Seu Joca foi o primeiro com quem conversei a respeito da temática, uma das lideranças da comunidade, Joca me recebeu com bastante entusiasmo em sua casa e me contou sua trajetória de vida desde o nascimento, no sítio Poço do Couro (comunidade que também foi desapropriada) até a mudança para a agrovila. Falou também das dificuldades de sua vida, na infância e juventude, e da saudade da antiga casa. Segundo o depoimento de seu Joca, alguns moradores não resistiram ao dano causado em suas vidas, muitos ficaram doentes, outros chegaram até a falecer, pois não seria fácil reconstruir a vida longe de seus lugares, como nos contou Seu Joca:

Toda minha história eu tive que deixar lá. Muita gente de lá mesmo, o povo mais idoso, muito apegado nas coisas que deixaram lá, muitos deles fez foi adoecer quando saiu de lá, porque tinha que sair mesmo, né? Muitos adoeceram, foram morar na cidade e outros vieram morar mais pra cá, teve deles que adoeceu e até morreram logo, e teve deles que não teve mais saúde não. Acho que se impressiona de ter que deixar aquilo ali, onde nasceram e se criaram lá e já com a idade bem avançada ser obrigado a sair, quer queira quer não, porque quando a pessoa sai de um canto por livre vontade, né? Mas o caba sair obrigado a sair, ver que é obrigado sair, lugar que você trabalhou tanto pra construir aquilo lá e ser obrigado deixar tudo de uma hora pra outra. Teve Amaro França, esse foi embora pra cidade, adoeceu e pronto, num ficou bom mais não, morreu, deu logo um AVC nele. Outro foi Duca, adoeceu. Teve muitos.

A construção do açude mudou completamente a vida dos habitantes das comunidades dos sítios Cachoeira (principal comunidade atingida), Poço do Couro, Currais Velhos e Jatobá, afetando a sanidade mental, saúde e causando mortes de alguns moradores, como foi exposto no relato acima. O desenvolver da obra provocou danos irreparáveis na vida dos habitantes das comunidades estudadas, pois a migração de um espaço para outro vai muito mais além do que a simples mudança de espaço geográfico. Estabelece-se nesse momento um rompimento dos laços socioculturais que há muito essas pessoas mantinham, as relações de parentescos e vizinhanças, as brincadeiras em conjunto, as épocas festivas, relações que faziam com que essas pessoas tivessem o sentimento de pertencer àquela comunidade, formando uma identidade em comum. Ao deixar a comunidade, os habitantes passaram a não mais se sentirem pertencentes àquele

³³ Núcleo de povoamento, com serviços integrados de comunidade, planejado e construído para abrigo e prestação de assistência aos construtores de estradas de penetração e as suas famílias.

espaço, pois o território persistia em “um ‘laço espiritual’ ou uma ‘ligação psicológica’ ao solo... criado no ‘costume hereditário’ de co-habitação, no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior”. (HAESBAERT, 2003, p. 14) Para estes, com a saída da comunidade houve um rompimento na convivência social da comunidade, proporcionado pelo processo de *desterritorialização*. De acordo com Haesbaert, a *desterritorialização* consiste no movimento de

desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais... perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades. na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a reclamação com um espaço de referência identitária. (HAESBAERT, 2003, p. 17)

No trecho, autor buscou discutir o processo de *desterritorialização* dando ênfase ao aspecto cultural. Nesse sentido, a migração atinge o aspecto cultural e social dos moradores atingidos. A *desterritorialização* proporcionada pelas ações governamentais consistiu em transformar o território – que muitas vezes se confundiu com o conceito de lugar³⁴, caracterizado por conter laços afetivos e simbólicos – e o transformou em “não lugar”.

Trazendo a discussão para a nossa pesquisa, compreendendo os moradores dos locais atingidos pela construção do açude, o desenraizamento proporcionado pela obra afetou uma rede de ligação entre sociedade e natureza que ultrapassa o aspecto econômico, ligando-se ao aspecto sociocultural. Na medida em que a construção foi se desenvolvendo, as famílias foram se deslocando para os mais variados lugares, desde a Agrovila, que fez parte do projeto elaborado pelo governo, aos sítios próximos a área do açude, ao centro urbano do município de Aurora. Com o passar do tempo foi se perdendo as relações que eram mantidas nas comunidades atingidas, as pessoas já não se viam mais com tanta frequência, já não fazia mais parte do cotidiano dialogar com os vizinhos, as novenas, a comunidade foi morrendo aos poucos.

³⁴ Lugar pode ser definido como o espaço percebido, ou seja, uma determinada área ou ponto do espaço da forma como são entendidos pela razão humana. Seu conceito se identifica ao espaço afetivo, aquele espaço em que uma determinada pessoa possui certa familiaridade ou intimidade, como uma rua, uma praça ou a própria casa.

2.1 “FOI QUANDO CAIU EM CIMA DE NÓS A MAIOR DESGRAÇA QUE UM POVO PODE VIVER PRA VER”: O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS MORADORES

A frase acima contida no título deste tópico foi dita por Zaqueu, personagem da história contada em “Narradores de Javé”, filme brasileiro lançado em 2004. No trecho, o personagem se refere à construção que atingiu o povoado de Javé, comunidade onde Zaqueu morava. Na trama, a comunidade entrou na rota do que Vado (também personagem do filme) chamou de “Caminhos das águas”, e que só através das grandes histórias de origem da comunidade, ouvidas ao longo dos anos e contadas pelos seus próprios moradores, é que Javé poderia ser preservada da inundação. Para se manter firme, Javé precisava ter um patrimônio cultural e as grandiosas histórias de origem do povoado seria o patrimônio desse lugar. Infelizmente, Javé não se sustentou e foi inundada.

O enredo da história apresentada em “Narradores de Javé” retrata o desespero dos habitantes ao receber a notícia da construção da barragem, e também mostra a criatividade dos moradores ao contarem as histórias para construir materialmente o patrimônio comunitário. A trama se assemelha ao nosso objeto, visto que as comunidades estudadas também entraram no “Caminho das águas” e foram atingidas pela obra do açude Cachoeira, fruto do projeto político que objetivou suprir as necessidades hídricas na região semiárida do Ceará.

Em 26 de Março de 1998 o projeto do açude Cachoeira foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA. A partir de então as comunidades do sítio Cachoeira, sítio Poço do Couro, Currais Velhos e Jatobá se uniram ao serem informadas que seriam afetadas pela construção, em busca de um propósito comum, conseguir preservar as comunidades para não serem atingidas pela obra. As comunidades tiveram inicialmente o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aurora e, seguidamente, conseguiram o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, vinculada à Igreja Católica, parcerias que foram essenciais na luta pela preservação do território. A CPT participou ativamente em diversos movimentos rurais por todo o Brasil, como movimentos de sem terras, assentamentos, secas, tráfico de trabalhadores, ocupações de movimentos sindicais e movimentos de “atingidos por barragem”. A Comissão da Pastoral da Terra agia como *“uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e*

afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo³⁵”.

Imagem 4 - Manifestação de atingidos por barragens. (1979)



Fonte: Arquivos Comissão Pastoral da Terra.

A imagem acima representa um movimento de “atingidos por barragem” que foi liderado com o apoio da CPT. A imagem foi retirada do acervo digital disponibilizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Beduino, registrada no ano de 1979, porém o município é desconhecido. Nos arquivos não foi possível encontrar fotografias que registraram a construção no município de Aurora, durante a pesquisa procurei encontrar fotografias do período da construção, algo que não foi possível, nem por parte do poder público, como também por parte dos moradores. Isso me fez questionar sobre tal fato, pois os principais movimentos que ocorreram na comunidade do sítio Cachoeira foram gravados em vídeo, mas não registrados por fotografias.

No Ceará, a CPT se opôs à política implementada pelo Governo de Tasso Jereissati e seu protagonismo foi importante para os movimentos que ocorreram ao longo da construção do açude Cachoeira. Em um vídeo produzido na comunidade, entre os anos de 1997 e 1998 (período em que se deu os primeiros movimentos definitivos em prol da

³⁵Retirado de texto elaborado em novembro de 1998, por agentes que participam da CPT há mais de dez anos e revisto e aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001. <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>.

obra), no qual tive acesso no período em que estive a campo realizando as pesquisas, colhendo entrevistas, mostra a ação da comissão em apoio aos atingidos. Naquela ocasião, a CPT se reuniu com os habitantes das comunidades que foram atingidas, para dar auxílio e se organizarem contra as ações promovidas pelo governo. Destacarei algumas narrativas que foram importantes para a negociação e articulação dos moradores atingidos, como a do Padre Vileci, na época padre de Juazeiro do Norte, que acompanhou os moradores do Cachoeira.

Trabalho na paróquia Nossa Senhora Aparecida, Juazeiro do Norte, e também acompanho as comunidades eclesiais de base e formamos a comissão Pastoral da Terra, na Diocese do Crato. E nós estamos assim, a Diocese, preocupados com algumas áreas onde o governo está construindo barragens, açudes, porque a política do governo é uma política assim, que ele chega, escolhe e faz e não fala nada com ninguém, não conversa com a comunidade, e depois a comunidade tem que se mobilizar pra ver se consegue ter aquilo que lhe é de direito... e essa reunião aqui é pra gente trocar ideias, é pra gente sentir como é que está se criando, como foi criado esse problema da questão aqui, o que a comunidade sabe a respeito da construção, se a comunidade sabe a respeito do que lhe é de direito e como a gente se organizar pra que a gente também possa, como cidadãos, reivindicar aquilo que deve fazer os representantes em função da comunidade. (1998)

A partir do trecho acima mencionado, podemos perceber que a CPT não era de acordo com a política dos recursos hídricos desenvolvidas pelo governo cearense. Para a Comissão, tais políticas não levavam em consideração o lado social e cultural dos moradores, pois ao retirar de seus lugares, o governo não dava o devido amparo para essas pessoas, somente os recursos financeiros eram ofertados como forma de indenização pelo lugar e, para a CPT, isso não era suficiente, pois os atingidos precisavam de maiores assistências para o deslocamento, o reassentamento durante todo o processo de construção.

Nas entrevistas pude perceber o cuidado dos depoentes em fortalecer o discurso de que eles nunca foram contra a construção da obra, sempre tiveram a consciência de que o açude era muito importante para o município. Então nos perguntamos: por que os movimentos? Os moradores comentaram que os movimentos que aconteceram no decorrer da obra foram para conseguir as indenizações, pois a construção havia iniciado e nenhum morador havia recebido indenização. Mas ao analisar o percurso da trama, percebemos que houve conflitos desde a chegada da empresa responsável pela construção na comunidade, em 1998, até a inauguração do açude no ano 2.000, o que mostra que as resistências por parte dos moradores foram constantes. Talvez o medo de se submeterem

a uma vida incerta em outras localidades, inclusive na cidade, fez com que os moradores lutassem pela permanência de seus espaços, pelo conforto proporcionado pelo ambiente já estabilizado. Em “*A formação da classe operária Inglesa*”, no livro II, “A maldição de Adão”, Thompson (1988) destacou o medo dos trabalhadores em emigrar para ambientes incertos, quando expõe que

Os jovens e os solteiros – ou os artesãos das vilas – poderiam aventurar-se nas cidades, trabalhar nos canais (ou nas ferrovias, mais tarde) ou emigrar. Mas o trabalhador adulto e sua família tinham o receio de perder a segurança de seu “assentamento”; esse temor, aliado ao seu apego à comunidade e aos costumes rurais, inibia a sua disposição de competir com os irlandeses miseráveis (ainda mais infelizes, por não terem nem mesmo este direito) no mercado de trabalho industrial. (THOMPSON, 1988, p.55)

O contexto abordado por Thompson se refere às mudanças proporcionadas pelo surgimento das indústrias, em certo modo diferente de nossa abordagem. No entanto, as mudanças evidenciadas pelo surgimento de um novo modelo de trabalho ameaçavam a permanência de uma categoria de trabalhadores que foram obrigados a migrar e se aperfeiçoar para adequação ao novo sistema, porém, o medo da mudança impediu com que muitos trabalhadores se sentissem desamparados em outra realidade. Dessa forma, podemos destacar as ações de conflitos organizados pelos habitantes da comunidade do sítio Cachoeira e localidades vizinhas como táticas para permanecer os espaços das localidades, não somente como forma de preservar o aspecto cultural, mas também o medo de não se enquadrar em uma nova realidade que estava em ascensão para estes.

No início de outubro de 1998 a empresa *Construtora R. Furlani*, responsável pela construção do reservatório, chegou à comunidade do sítio Cachoeira para iniciar as atividades, porém, o contrato com a empresa só foi assinado no final do mesmo mês. Podemos destacar a ação desenvolvida pelo governo cearense como *estratégia*³⁶ do próprio, visando amedrontar os moradores, impondo a ideia de subordinação por parte dos habitantes, que representavam o outro, pois de acordo com Certeau:

³⁶Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado... As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizante), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. (CERTEAU, 2012).

O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. E um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo. (CERTAU, 2012, p. 94).

A partir do pensamento de Michel de Certeau, podemos compreender as ações desenvolvidas pelo Governo do Ceará, como forma de coibir manifestações futuras dos moradores, uma vez que, ao permitir a chegada da empresa na comunidade sem que houvesse um diálogo formal com os habitantes, fez com que os moradores se sentissem pressionados e abandonassem suas casas por medo das consequências, como aconteceu com o Seu Mato Grosso, morador que residia próximo ao lugar escolhido para a parede do açude, sua casa foi atingida pelas primeiras explosões de pedras chegando a atingir sua residência. Seu Mato Grosso sentiu-se pressionado pela ação e saiu de sua casa antes do previsto, recebendo uma quantia em dinheiro da empresa para que pudesse procurar outro lugar para morar. Decidiu ir de vez para a cidade, mas até então não havia negociado com o governo, o valor referente à indenização. Esse fato reforça a narrativa empregada pelo padre Vileci a respeito das ações do governo. Os documentos comprovam que a saída de seu Mato Grosso ocorreu antes dos acordos previstos para indenizações.

A chegada da Construtora R. Furlani (responsável pela obra) no sítio Cachoeira gerou sentimento de revolta por parte dos habitantes, para eles, a atitude representou a invasão do espaço do outro. Não só pelo fato da chegada inesperada da empresa, mas também a maneira de como se deu essa chegada, causando estragos nas propriedades, invadindo territórios de propriedade privada, deixando os moradores sem reação no momento. Sobre a vinda da empresa de forma repentina, seu Arnesto nos contou que o primeiro lugar onde os representantes visitaram foi a sua casa, e que a partir daquela visita, a comunidade já não era a mesma.

eu tava lá em casa, tava deitado até no chão, e chegou um carro bem bonito, lembro como se fosse hoje. Aí perguntou: É aqui que mora Arnesto? Eu saí assim na porta e disse que era e voltei, eu tava sem camisa, vesti a camisa e disse: sou eu! Aí ele disse: eu queria que você fosse mostrar aqui onde é o eixo da barragem pra nós. Então eu disse: vamos, é pertinho. Aí eles olharam, olharam, tiraram umas fotos. Aí eu perguntei, quando eles iam saindo eu perguntei: tem previsão de quando começa esse açude? E ele disse: se a comunidade deixar, nós começaremos ele agora, no máximo próxima semana! E isso foi verdade, pois na outra semana começou a chegar às máquinas, fazer as limpezas.

Os relatos de seu Arnesto condizem com os relatos contidos nos personagens presentes no documentário elaborado pela comunidade no fervor da construção, em 1998.

Eu nem sabia, quando eu vi o carro chegando lá, eu desci pra lá e me disseram: é a cantina (da empresa) que tá chegando. E eu disse: Meu Deus do céu, como é que pode? Eles nem indenizaram ainda e já tão tomando posse das coisas da gente? Tiraram as nossas coisas de dentro (do galpão), como os tambores, essas coisas, deixaram na calçada e funcionando a cantina deles. (Presidenta da comunidade, 1998).

Na propriedade do Senhor Humberto, onde eles conseguiram passar, abriram a cerca e deixaram os arames abertos e destruídos. Eles entraram, quebraram também a calçada da capela e placa que tinha de sinalização também ficou destruída. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1998).³⁷

Esses relatos foram extraídos de documentário de vídeo já citado anteriormente e que fora preservado há décadas pela comunidade. As comunidades em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Comissão Pastoral da Terra fizeram esse documentário relatando os abusos empregados pela empresa ao entrar na comunidade, mostrando os estragos feitos em cercas, a invasão ao armazém onde se guardavam os produtos da associação. Contrapondo as estratégias elaboradas pelo governo, como forma de dominação, os habitantes elaboram conjunto de *táticas*³⁸ como forma de defesa aos atos que lhes foram impostos, através das imagens gravadas, apresentar de forma a transmitir uma imagem negativa da obra e das atitudes do Estado, mostrar o descaso e a falta de respeito com os moradores, em outras palavras, “a tática é o movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’... e no espaço por ele controlado.” (CERTEAU, 2012). Os moradores se articularam dentro do campo de estratégias organizadas pelo Estado.

Os apelos dos moradores não foram suficientes para que a empresa parasse as atividades, elas continuaram em ritmo acelerado, modificando o aspecto geográfico que não mais pertencia aos habitantes daquela localização. Aquele espaço cujo valor simbólico é abstrato. Para o pensamento dominante do Estado, aquela obra simbolizava

³⁷Trechos retirados do documentário em vídeo cedido pela Associação da Agrovila e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

³⁸Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio... a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha... Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas... Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 2012).

a inserção do município nos caminhos para o progresso, no entanto, para as comunidades atingidas representava o fim das estruturas daquele espaço.

À medida que a obra continuava, seguiam as reivindicações por parte dos moradores, pois, de acordo com os relatos, a construção seguia prejudicando os habitantes, atingindo casas, fazendo com que os moradores saíssem de suas residências sem a indenização ou poderiam ser afetados fisicamente pela construção. O relato abaixo foi de uma moradora que expressou, no documentário, a aflição de ter sua casa atingida.

Ontem eu cheguei e tava o rombo aí, as lamparinas não ficou nenhuma, eu não dormi no escuro porque a irmã de Vicente me emprestou uma. Tava o rombo, a peda arrombou as lamparinas e o gás caiu no feijão, o feijão não prestou mais pra nada, porque eu não vou comer feijão com gás. (1998).

As explosões de pedras para alicerçar a parede do açude lançavam resquícios para vários lados e, conseqüentemente, atingiam as casas de moradores que viviam próximos ao local, assim como o Mato Grosso, a casa de outra moradora também foi atingida, mas esta não entrou em acordo com a empresa e ficou à espera da indenização para só então sair da área.

Podemos pensar resistência como o ato de uma pessoa ou determinado grupo que reage e não sucumbi às ações de outra pessoa ou um grupo dominante. Na maioria das vezes pensamos os movimentos sociais e as formas de resistência como sendo um evento organizado, onde há confrontos diretos entre os dominantes e os dominados e acabamos por não valorizar as pequenas ações individuais e não programadas como práticas de resistências e que acontecem com mais frequência. Segundo James C. Scott (1999), “na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.” Mas não esqueçamos dos movimentos sociais, pois estes são essenciais para a luta do camponês.

Para James C. Scott nas lutas camponesas são comuns os movimentos sociais que têm como características o confronto direto entre dominantes e os dominados, importância em valor simbólico para os camponeses, pela luta, pelo conflito, porém, enfrentando mais obstáculos para a organização das ações coletivas, surge como armas aos camponeses a resistência simbólica, tendo como características as ações individuais, sem necessidade de organização prévia. No decorrer da trama que envolveu o Governo do Ceará e os habitantes atingidos pelo açude Cachoeira conseguimos destacar ambas as

formas de resistências, desde a resistência simbólica (fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento da deferência) como nos depoimentos citados anteriormente, aos movimentos sociais organizados, no qual destacaremos adiante.

Como a construção do açude já estava bastante avançada, próximo da conclusão da obra e nenhum morador ainda havia sido indenizado, isso dificultava a saída dos habitantes do local, pois não poderiam sair sem ter para onde ir. Foi organizado um movimento que conseguiu paralisar a obra.

Houve uma manifestação aí por causa que eles começaram a fazer o açude, já trabalhando, bem adiantado já e sem pagar indenização a ninguém. Aí o pessoal ficou com medo deles fecharem o açude mesmo e não pagar, aí a gente ia ficar lá dentro da água sem ter direito a nada? A gente fez uma manifestação junto com o sindicato (dos trabalhos rurais de Aurora), parou a obra do açude, todo mundo foi pra cima da parede lá e paremos a obra lá, ficou parada. Até que o pessoal do Estado vieram negociaram com a gente e continuaram, aí eles pagaram logo as indenização. (Seu Joca, morador atingido).

A negociação comentada por Joca no depoimento acima, se refere à reunião com representantes da Secretaria de Recursos Hídricos junto aos moradores das comunidades atingidas, que também contou a participação da prefeita do município e outros representantes políticos, como o Deputado Raimundo Macedo e o vereador Antônio Landim. A reunião aconteceu no dia 10 de março de 1999, e teve como pauta assuntos referentes aos valores das indenizações, o projeto de reassentamento dos atingidos. A partir da interação social estabelecida entre os agentes representantes do Governo e os moradores atingidos firmaram o acordo para que a empresa continuasse a construção e que os moradores seriam indenizados e reassentados à medida que a obra fosse se aproximando de suas residências.

Em 23 de Setembro do ano de 1999 os moradores realizaram um novo movimento questionando o não cumprimento do acordo estabelecido entre a SRH e os atingidos, feito em março do mesmo ano. A segunda paralisação teve proporções maiores que a primeira, com a elaboração de folhetos feitos pela FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Ceará - e distribuídos no município de Aurora, nos sindicatos dos trabalhadores rurais das cidades vizinhas, de forma que o manifesto rapidamente se tornou conhecido. Podemos destacar trechos que foram expostos no folheto que tinha o seguinte título “Trabalhadores (as) rurais paralisam construção de barragem em Aurora-CE”

Cerca de 300 trabalhadores (as) rurais ocuparam hoje (23/09) pela manhã a parede da barragem do Sítio Cachoeira, situado a 09 km da sede do município de Aurora-CE. A paralisação da citada obra aconteceu por vários motivos: O não pagamento da indenização das famílias atingidas pela obra (segundo informações do STR de Aurora, são 85 famílias prejudicadas até agora. Somente 10 foram indenizadas. De 1.102.000,00 somente 198.000,00 foram pagas, ou seja, 18% do montante); a não distribuição dos lotes de terra para os trabalhadores fazerem os seus plantios; a não construção da estrada; o não cumprimento do acordo feito entre a Secretaria de Recursos Hídricos e os atingidos pela barragem em março de 1999, onde assegura a indenização imediata das famílias na que medida que fossem atingidas pela obra. (FETRAECE, 1999).

O folheto também expressava os motivos que levaram os moradores a paralisarem a obra não significava que estes fossem contra a construção do açude, pois isso poderia fazer com que os aurorenses se voltassem contra os atingidos, levando em consideração que a construção era esperada há décadas pelos moradores do município. Dessa forma, a FETRAECE destacou que:

Vale salientar que em momento algum os manifestantes se colocam contra a construção da obra. **“...acho que a mesma é importante e servirá para abastecer a cidade...”** Essa paralisação é somente para agilizar o pagamento das indenizações e exigir o cumprimento do acordo feito em março / 99, com a Secretaria de Recursos Hídricos.(1999).

O segundo movimento organizado na parede do açude, como mostra trechos do folheto elabora pela FETRAECE, durou quase um dia inteiro. Depois de horas de paralisação, representantes da SRH e também da empresa responsável pela obra buscaram amenizar os conflitos através do diálogo e foram ouvidos pelos moradores, a fim de solucionar os problemas, percebemos esse diálogo na fala do seu Joca:

Passamos o dia lá todinho em cima da parede, passamos o dia todo lá. Aí eles vieram negociar e disseram: é, rapaz, ainda tem que colocar mais uma camada de terra nessa parede e a gente vai botar amanhã. Aí a gente disse: a gente combina. Agora se botarem e continuarem trabalhando e não pagarem, a gente vem de novo pra cima, e se nós vier, nós não sai mais não, só sai quando pagarem. Mas aí eles continuaram, botaram a camada de terra em cima e depois vieram o pessoal do governo e negociou com a turma e pagou as “indenização” e continuou fazendo.

A partir do depoimento do nosso entrevistado, compreendemos o diálogo entre os moradores e os representantes do Estado, como forma de resistência, pois apesar da conversa aparentemente tranquila, ambos estavam buscando conseguir seus objetivos, o

que podemos definir como uma transcrição pública que, Segundo Scott (1990) “são as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram”.

Embora o segundo movimento social que levou os moradores a ocuparem e paralisarem a construção do açude tenha durado pouco menos de um dia, teve grande repercussão positiva e fez com que o Estado voltasse a negociar com os moradores, comprometendo-se a cumprir com os compromissos estabelecidos. Com isso, alguns moradores que já estavam sendo prejudicados pelas águas receberam suas indenizações e passaram a desapropriar em definitivo as áreas que, aos poucos, iam sendo ocupadas por seus novos habitantes, as águas do açude Cachoeira.

2.2 AS INDENIZAÇÕES: MORADORES E PROPRIETÁRIOS

No final do ano de 1998, a Secretaria de Recursos Hídricos fez o levantamento geral das comunidades dos sítios Cachoeira, Currais Velhos, Poço do Couro e Jatobá, mapeando as áreas que seriam desapropriadas, os lotes que, parcialmente e totalmente seriam atingidos. Os moradores atingidos foram divididos entre proprietários - residentes e não residentes - e moradores - com benfeitorias e sem benfeitorias.

Tabela 2 – Detalhes sobre a desapropriação do sítio Cachoeira.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	
DETALHES – DESAPROPRIAÇÃO/REASSENTAMENTO: CACHOEIRA	
• LOCALIZAÇÃO	
Açude	Cachoeira
Município	Aurora
Área desapropriada	1.241,00
• LOTES	
Parcialmente atingidos	93
Totalmente atingidos	2
Total de lotes	95
• PROPRIETÁRIOS	
Proprietários residentes	17
Proprietários não residentes	42

Espólio	36
Total de propriedades atingidas	95
• MORADORES	
Moradores com benfeitorias	67
Moradores sem benfeitorias	15
Nº Total de famílias atingidos	99

A tabela foi elaborada pelo autor a partir de dados coletados na Secretaria de Recursos Hídricos.

A tabela acima mostra como a SRH se organizou na divisão do quadro de atingidos pelo açude. Essa divisão foi importante para definir os valores totais das indenizações previstas para os habitantes. Foram considerados proprietários, pessoas que tinham comprovações de que possuíam terras nas áreas atingidas. Dessa forma, foram desapropriadas 95 (noventa e cinco) propriedades, sendo 17 (dezessete) proprietários residentes na área; 42 (quarenta e dois) não residentes na área; e 36 (trinta e seis) áreas de espólio³⁹. Foram considerados moradores as pessoas que não tinham terras e que moravam como rendeiros, alugados - geralmente essas pessoas eram filhos ou parentes próximos dos proprietários, como não tinham terras foram categorizados como “com benfeitorias e sem benfeitorias”, pois suas benfeitorias nos terrenos (plantações, construções) iriam definir os valores das indenizações. Foi apontado um total de 82 (oitenta e dois) moradores, sendo 67 (sessenta e sete) moradores com benfeitorias; e 15 (quinze) moradores sem benfeitorias.

A partir desses dados a SRH-CE estabeleceu valores a serem indenizados de acordo com o tamanho da propriedade e a quantidade de benfeitorias – no caso dos moradores, sendo gasto um total de R\$ 1.212.340,00 (Um Milhão Duzentos doze mil e trezentos e quarenta reais) nas indenizações.

Apesar dos valores recebidos pelos moradores não conseguirem reparar os danos (simbólicos, culturais, econômicos) que a obra causou na vida dos habitantes das comunidades e a perda da identidade que fazia daquele lugar próprio deles, alguns moradores conseguiram reconstruir suas vidas em outros lugares, a exemplo de seu Narciso quando, durante o período em que estive dedicado à pesquisa, recebeu-me em sua casa para contar como havia ocorrido o processo de desapropriação em suas terras.

³⁹Considera-se espólio o conjunto de bens, direitos e obrigações de pessoa falecida (Herança).

Seu Narciso conseguiu reestabelecer sua vida fora da comunidade, nosso personagem nos contou que o açude serviu para que sua família, com sua esposa e mais 4 filhos, seguissem novos caminhos inclusive os filhos, de quem fala com orgulho.

Na época eu tava doente, eu já vinha doente, aí foi, eu fiquei, foi obrigado eu me internar lá em Barbalha, no hospital do coração. Zé Leite quem tomava de conta dos pagamentos, disse: Aparecida, pode ir, pode ir que eu assino o cheque dele e deixo guardado aqui, quando ele chegar de Barbalha, ele recebe. Aí foi, Zé Leite fez isso, né? Assinou, o menino do sindicato também assinou, provando que eu tinha, Zé Leite tinha recebido por mim. Aí foi, quando Zé Leite chegou, parece que foi dez mil e quinhentos (10.500) o meu dinheiro, né? Aí foi, eu peguei e comprei essa casa aqui.

E continuando sua narrativa, nosso entrevistado conclui:

E assim eu estou satisfeito, vim com meus filhos tudo pequeno pra cá, mas tudim aprenderam profissões boas, o Daniel trabalha na padaria, o Diogo, encostado a Daniel, aprendeu a profissão de oficina aqui e foi pra São Paulo, lá tá empregado na Wolks, tem dois empregos, tem uma oficina dele e trabalha um rapaz com ele, então tá bem, tem carro, tem tudo mais. O Denis também trabalha num mercantil com a mulher que ele tá junto e Diogo tava sem mulher, arrumou uma mulher agora, arrumou uma mulher e tá dando certo... Aqui na rua eu to achando bom, quando eu quero comer um pedaço de carne de gado, eu compro, quando eu quero comer um pedaço de carne de porco, eu compro, quando eu quiser comer uma canjica, na época do milho, eu como.

A praticidade e a mobilidade da cidade despertaram em alguns atingidos, como o Seu Narciso, a esperança de uma nova vida e, embora o município de Aurora seja pequeno em aspecto urbano, fez com que esses moradores se estabelecessem na sede, se inserindo nos caminhos do progresso urbano, uma vez que “a industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais... a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento” (DURHAN, 1973 p.8). Seu Narciso era proprietário de um grande terreno no sítio Cachoeira, onde tinha uma casa grande de taipa e sem reboco no qual ele morava, e contava também com diversas fruteiras como 59 pés de ateiras⁴⁰, 07 mangueiras, 07 goiabeiras, 05 laranjeiras, 03 limoeiros, 02 limeiras, 07 cajueiros, 03 pés de graviolas, 01 coqueiro, 05 pés de ciriguelas e 15 bananeiras. Como o governo avaliou além do total de hectares da, as benfeitorias contidas, Seu Narciso disponha de grande quantidade de fruteiras, isso fez com que

⁴⁰Árvore anonácea cujo fruto é a ata ou fruta-do-conde.

recebesse uma indenização significativa para que pudesse se estabilizar na cidade de Aurora.

Mas nem todos os moradores atingidos tiveram o mesmo ânimo que o seu Narciso ao receber o valor referente à indenização das terras. Outros moradores mesmo tendo as propriedades equiparadas em tamanhos e benfeitorias e recebendo valores semelhantes ao de seu Narciso, nunca se conformaram com a saída do lugar. Entre os personagens que entrevistei, destaco o relato de Dona Eugênia, moradora da comunidade de Jatobá, também atingido pela construção:

Eu nunca pensei de atingir lá em nós não... de jeito nenhum. E a gente ainda recebeu a indenização das arvorias que a gente tinha, meu pai recebeu, só que já tinha falecido. A gente recebeu ainda 10 mil reais só, aí muita gente já me perguntou se nós num recebemos a indenização da casa e eu falo: não. Receberam da terra? não. Da terra que o governo ficou pra eles lá, né? Recebemos não. Recebemos a indenização das fruteirinhas que ele tinha, só que ele tinha muito pé de fruta, sabe? E só saiu aquele tempo, tá com 19 anos que ele faleceu, saiu só 10 mil reais. Era muita terra, muita lavoura, meu filho, a gente nunca comprou uma manga, nunca compramos uma goiaba, nunca compramos uma laranja, nada, nunca compramos uma cana, nada, nada. Depois desse açude, acabou tudo.

Através do depoimento de Dona Eugênia, podemos perceber que embora a indenização tenha saído no mesmo valor da indenização de Narciso, que ficou contente ao se estabilizar na cidade, ela não se conformou com a perda do lugar, com a riqueza das árvores frutíferas que cultivava em seu sítio, além de 0,3 hectares de cana-de-açúcar plantado, alguns pés de urucum. Dona Eugênia veio de uma família humilde, casou-se jovem com o seu Mané, teve dois filhos, no qual relembra das dificuldades que teve que enfrentar para cuidar das duas crianças. Ao se mudar para a cidade, Dona Eugênia já não estava mais com o esposo, que faleceu antes mesmo do início da construção do açude Cachoeira, com poucos meses depois de ir morar na cidade sua filha casou-se e foi morar em Minas Gerais, seu filho tentou trabalho em outros estados, no entanto, não se firmou e teve de regressar e morar com a mãe. Ao lembrar-se da sua comunidade, Dona Eugênia relembra também da sua vida sofrida, porém unida, lembra-se de todos os filhos dentro de casa, da companhia do esposo, isso faz com que a saudade se mantenha acesa e reprovação da nova vida, onde teve que se reestruturar sem a companhia da família.

Para essas pessoas, a saudade da comunidade e a indignação da perda de suas casas e suas plantações os abateram, mesmo tendo recebido quantia de indenização, pois o valor financeiro estabelecido pelo governo jamais trouxe a alegria da convivência que

havia nas comunidades atingidas. Podemos compreender que, além da saudade que ficou daquele lugar, cujas raízes foram fincadas e ali fazia emergir o sentimento de pertencimento, surgiu também o medo de não conseguir reestruturar-se fora da comunidade, pois naquele espaço nossos personagens eram os atores principais de suas cenas, na cidade, estes seriam meros coadjuvantes no mecanismo de uma nova forma de convivência, proporcionado pelo modo de vida urbano.

Mato Grosso, morador antigo do sítio Cachoeira, nunca concordou com a construção do açude. Embora a obra tenha trazido pontos positivos para o município de Aurora, como foi comum perceber nos relatos dos moradores, nunca foi de acordo com a construção. Proprietário de grande área de terra possuía duas casas em seu terreno, uma de alvenaria de tijolo, toda rebocada e com piso de cimento, e outra casa de taipa, sem reboco e piso batido, também tinha uma barragem de pedra, terreno todo cercado e suas fruteiras que, para ele, era a maior riqueza de suas terras, tendo 1.200 pés de bananeiras, 35 cajueiros, 30 carnaúbas, 03 coqueiros, 05 goiabeiras, 05 mangueiras, 06 pés de mamões, 0,3 hectares de mandiocas plantados, além de criar alguns animais (que não foram contabilizados na indenização por poder ser locomovido). Sua fazenda foi a primeira e foi atingida completamente, foi o primeiro morador a sair da comunidade, se mudando para a zona urbana de Aurora. Morreu em 22 de fevereiro e 2013, quando contava com a idade de 75 anos, mas nunca escondeu a mágoa que guardava por ser expulso de suas terras em favor da construção do açude Cachoeira.

Esses relatos são referentes aos proprietários, definição de moradores atingidos que possuíam propriedades na área. Sobre os moradores com ou sem benfeitorias, a forma de indenização foi diferente, estes receberam o valor indenizatório referente a plantações que possuíam nas terras desapropriadas e o reassentamento com direito a casa e 4 (quatro) hectares de terra destinadas ao plantio, batizado pela Secretaria de Recursos Hídricos de “Quintais verdes”. Embora o impacto causado na vida dessas pessoas pela construção seja difícil de descrever, o fato de os moradores não possuírem terras e também não terem moradias próprias fez com que a indenização do governo os consolasse, ao menos amenizando a dor de não ter onde morar. Seu Joca, que não possuía terras e utilizava as terras do pai para plantio, relata sua mudança e indenização.

Lá em nós mesmo tinha uma lagoa de arroz muito boa, nós plantava muito arroz, mas hoje tá tudo coberto de água, a gente recebeu a indenização também, né? Aí viemos pra essa Agrovila aqui. As casas... o governo fez essas casas e quem tinha suas casas lá recebeu outra aqui, em troca da de lá, e pra quem não tinha(casa), recebeu também. Pra quem não tinha casa até que foi

melhor, foi até uma coisa mais melhor pra quem não tinha, né? Porque já recebeu sua casa aqui e mais um lote de terra ali de quatro hectares.eu recebi um pouco de indenização, recebi essa casa aqui (casa da Agrovila), um lote de quatro hectares e, na época, recebi R\$ 2.500,00 ainda, por conta das fruteiras que a gente tinha lá.

Percebemos no relato do Seu Joca que, embora moradores como ele (sem casa e terreno próprio) recebessem uma casa e mais um pedaço de terra para plantar, sempre houve a tristeza da partida de suas terras, as lembranças das árvores frutíferas, das “terras boas para plantar”, Seu Joca tinha estruturado nas terras de seu pai 03 cajueiros, 02 dois pés de goiabas, 01 hectares de capim e 45 bananeiras. São momentos que jamais viverão novamente, uma vez que o valor indenizatório não consegue compensar o valor simbólico atribuído a esses objetos e lembranças protegidas pelos habitantes das comunidades atingidas. No entanto, as ações estabelecidas pelo governo promovem violência simbólica nas comunidades impactadas. “Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta... não tem outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada)” (BOURDIEU,1989).

2.3 A CONSTRUÇÃO DA AGROVILA: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Com a finalização da obra, as famílias foram reassentadas de maneiras diferentes, o fator econômico das famílias foi essencial no reassentamento. Dentre os donos de propriedades, cinco optaram por sair em definitivo da área e se deslocar para a área urbana do município de Aurora, as outras famílias organizaram seus deslocamentos para terrenos que tinham próximos ao açude, ou compraram terrenos de familiares, mas próximo à comunidade antiga. Entretanto, a maioria dos moradores que não tinham terrenos e em muitos casos também não tinham casas, se deslocaram para o grupo habitacional construído pela Secretaria de Recursos Hídricos, em apoio do Estado.

De acordo com o levantamento feito pela SRH-CE, 99 (noventa e nove) famílias foram atingidas pelo processo de desapropriação, 38 (trinta e oito) foram remanejadas para locais mais distantes da área, visto que suas casas não foram atingidas totalmente (não ficando cobertas), mas foi necessário manter, no mínimo, 100 metros de distância das áreas alagadas, por isso foram remanejadas. Do número inicial, 34 (trinta e quatro) famílias promoveram o seu auto reassentamento, ou seja, foram indenizados, mas

optaram por escolher suas próximas moradas; 05 (cinco) famílias se mudaram para a zona urbana de Aurora, dentre esses podemos destacar as famílias do Seu Narciso, que contribuiu para a nossa pesquisa, e a família de seu Mato Grosso”, primeira família a deixar o sítio Cachoeira. 22 (vinte e duas) famílias foram reassentadas na Agrovila criada pela SRH. Essas ações geraram o gasto no reassentamento total de R\$343.996,00 (Trezentos e quarenta e três mil e novecentos e noventa e seis reais) ao Governo do Estado do Ceará.

A agrovila foi concluída e inaugurada no ano de 2000, com o intuito de reassentar as famílias atingidas pela construção. Sendo um substantivo feminino, a palavra *Agrovila* serve para designar um “núcleo populacional instalado às margens de estradas de desbravamento”, no caso do nosso estudo, foram grupos atingidos não por estradas, mas por barragem. Como vimos, não foram todas as famílias que passaram a habitar a nova comunidade, foram construídas 22 duas casas em um terreno adquirido pelo governo, mais uma escola e um posto de saúde para atender as principais necessidades da população, a educação e a saúde, e cada morador recebeu também um lote de terra (quintal verde) para plantio com um total de 4 hectares.

Imagem 5 - Imagem aérea da Agrovila do Açude Cachoeira.



Fonte: Regimento Interno da Agrovila.

A imagem acima mostra a Agrovila do sítio Cachoeira, casas construídas com uma única rua em formato de “L” e uma estrada que dá acesso à cidade e outra aos caminhos do açude, fruto das reivindicações dos movimentos organizados pelos moradores. Dessa forma, estaria concluída completamente a obra do açude Cachoeira, no entanto, os embates entre o Governo do Estado e os moradores atingidos continuaram. O governo criou estratégias para manter a ordem e evitar conflitos com a comunidade. Para os habitantes da nova comunidade do sítio Cachoeira, foi estabelecido um documento no qual estaria exposto os direitos e deveres de cada morador e da comunidade em geral, sendo que a comunidade seria obrigada a cumprir as regras estabelecidas para “uma boa convivência” entre a SRH e os reassentados. Destacarei alguns pontos expostos no “Regimento Interno da Agrovila”, elaborado por Maria Valnê Alves, representante da SRH no decorrer da obra do açude Cachoeira.

3- Direitos e deveres: *Todos e todas têm seus direitos que devem ser respeitados. Todos e todas têm também os seus deveres. É comum se dizer: “o direito de cada um termina onde começa o direito do outro”. O cumprimento com seriedade dos deveres individuais e coletivos e o exercício pleno de seus direitos asseguram a conquista de espaços sociais e a elevação da melhoria das condições de vida da comunidade e dos indivíduos.*

Das agrovilas

9 – *O morador ou moradora residente poderá, em qualquer tempo, fazer benfeitorias em sua residência, desde que tais benfeitorias (ampliação/reforma) não ultrapassem a área que lhe foi atribuída e não impliquem na mudança da finalidade primeira que é a moradia da família reassentada.*

Da participação na ISCA

34- *Mesmo não fazendo parte do quadro de associados(as) da ISCA, os moradores e as moradoras da Agrovila têm obrigação de pagar a cota de participação no custeio da energia ou combustível que se gasta para o funcionamento do motor que bombeia água para a caixa, bem como de outros gastos com a manutenção e consertos de todo o sistema hidráulico. Cabe à ISCA administrar o motor e a água e cobrar as taxas destes serviços.*

Além disso, podemos destacar outros pontos no qual o governo se utilizou para manobrar as atividades desenvolvidas pelos reassentados:

Medidas de geração de renda para a POPULAÇÃO

As famílias relocadas pela construção do Açude Cachoeira, deverão exercer atividades distintas na exploração dos recursos disponíveis na nova realidade.

A exploração do lote com 3 ha deverá se processar da seguinte forma: 0,5 ha será ocupado com a casa e benfeitorias que permitam ainda a criação de pequenos animais para o abastecimento familiar. A área restante será explorada com agricultura de sequeiro com ênfase para o plantio de algodão herbáceo (1,5 ha), milho e feijão consorciados (1,0 ha).

Tabela 3 – Plano de plantações desenvolvidas pela SRH.

CULTURAS	VBP (R\$)	CT (R\$)	RENDA BRUTA (R\$)
ALGODÃO 1,5 há	1023,75	409,50	614,25
MILHO+FEIJÃO 1,0 há	605,40	272,00	333,40

VBP =(Valor Bruto por Produção) CT= (Custo Total)

As informações acima foram extraídas, respectivamente, do “*Regimento Interno da Agrovila*”, documento elaborado pela SRH previsto para manter uma convivência saudável entre os moradores da nova comunidade e o “*Plano de reassentamento da população e infra-estrutura atingida pela construção do Açude Cachoeira no município de Aurora-CE*”. Estas regras se apresentam como forma de dominação estabelecida pelo Governo do Ceará sobre os moradores da agrovila, ou seja, as estratégias apresentadas possibilitam o governo controlar as ações dos moradores da agrovila, a fim de evitar possíveis tumultos. De acordo com Marilda Aparecida de Menezes (2002) em artigo sobre as contribuições de James C. Scott no processo de resistência cotidiana, a dominação tende a ser efetivada em ações políticas a que chama de transcrição pública. Além disso, o autor cita como principais formas dessa transcrição as afirmações, os eufemismos e a unanimidade.

As afirmações ocorrem através de pequenas cerimônias, as quais Scott denomina de *etiqueta*, que constituem uma espécie de ‘gramática da interação social’. *Eufemismos*, por sua vez, têm como objetivo mascarar os fatos cruéis e violentos da dominação e dar-lhes um aspecto inofensivo ou simpático. Como exemplo, o autor cita o uso da palavra “*pacificação*”, equivalendo a ocupação e/ou ataque armado. *Unanimidade*, finalmente, são mecanismos utilizados pelos dominantes, não para ganhar a concordância dos subordinados,

mas para intimidá-los de modo a garantir um relacionamento durável de submissão. (2002, p. 34).

Na reunião de inauguração da Agrovila organizada com os moradores da nova habitação, e também contou com a presença de representantes do SRH, em 1º de setembro do ano 2000, para a formação da diretoria da nova associação fundada, que teria o nome de ISCA (Instituição Sócio-Comunitária da Agrovila), foi reforçada, além do “Regimento Interno da Agrovila”, a cobrança sobre os direitos e deveres dos moradores da comunidade, contando com a presença da representante da SRH-CE, sendo enfatizada a manutenção da ordem e preservação das áreas de cada morador e áreas destinadas ao governo. Na medida em que a SRH apresentava deveres a serem cumpridos, os moradores acenavam positivamente. No entanto, três meses depois de serem aprovadas pela comunidade as medidas que estabeleciam “uma boa convivência” na Agrovila, as regras foram violadas, encontramos documentos que continham relatos de constantes invasões aos terrenos reservados ao Estado, pouca frequência dos habitantes e também associados em reuniões convocadas para debater a manutenção dos equipamentos da comunidade. Em reuniões registradas em ata, o presidente pede aos moradores da comunidade que contribuam com as despesas do motor; em outro momento o monitor de campo pede aos moradores para que não invadam ou permitam que outras pessoas invadam a área do governo.

Podemos considerar como forma de resistência as ações que aparentemente soam como incomum. Mas para Scott, essas ações caracterizadas como involuntárias, sem organização coletiva, são consideradas formas de resistência cotidiana, tidas como armas sob os domínios dos dominados. O autor afirma que:

Tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses. (SCOTT, 2002, p. 12).

No exposto acima Scott (op. cit.) nos mostra que, dentre outros pontos, a falsa submissão, os saques e a dissimulação são considerados como formas de resistência

cotidianas estabelecidas pelos dominados, pelos não detentores do poder. Dessa forma, podemos destacar as ações desempenhadas pelos habitantes da agrovila, como não pagar os custos do motor não respeitar a área do Estado e também não participar das reuniões, como resistências cotidianas, de modo que não se evidencie de forma explícita como se opondo as imposições do Estado.

Podemos perceber que o deslocamento das famílias atingidas não apresentou o desfecho esperado pelo Governo estadual, pois a estratégia e propagandas divulgadas pelo governo acreditavam que a finalização da Agrovila alegraria os moradores atingidos, pelo “moderno” espaço de convivência que a construção de escola e do posto de saúde iria proporcionar. A mudança provocou marcas profundas nas vidas dessas pessoas percebidas puderam perceber a partir dos depoimentos, a indignação, a tristeza foram alguns dos sentimentos que expressaram no decorrer das entrevistas, pois, a construção do açude Cachoeira mudou completamente a rotina dos habitantes do sítio Cachoeira e comunidades vizinhas.

3. O REFLEXO DA OBRA DO AÇUDE CACHOEIRA NA VIDA DOS CACHOEIRENSES

*Quase acreditei na sua promessa
E o que vejo é fome e destruição
Perdi a minha sela e a minha espada
Perdi o meu castelo e minha princesa*

Renato Russo⁴¹

As construções desenvolvidas pelo governo de Tasso Jereissati, que ocorreram entre os anos de 1987 e 2000 (data em que foi inaugurado o açude Cachoeira), consolidaram um projeto político baseado na ideia de progresso, de desenvolvimento e evolução da máquina pública e que, na perspectiva dos representantes políticos, conseqüentemente, mudaria a vida dos habitantes do Estado do Ceará.

De acordo com Le Goff (1990), a ideia de progresso emergiu junto com o iluminismo, e desenvolveu-se ao longo dos séculos XIX e XX, levando em consideração os avanços científicos e tecnológicos daquele período. Com isso, surge a narrativa de que o progresso vem atrelado ao avanço, ao desenvolvimento, algo linear:

Ao longo de todo este período o que, com avanços e recuos, favorece o nascimento da idéia de progresso são em primeiro lugar as invenções, a começar pela imprensa, o nascimento da ciência moderna tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton. É também o crescimento da confiança na razão e a idéia de que o mundo físico, moral e social é governado por leis. (1990, p.246).

No entanto, pensar o progresso como algo que atinge a todos de forma igualitária, como benéfico para a humanidade, assim como no triunfo do termo progresso, no Iluminismo, como afirmou Le Goff, pode ser um equívoco. Na política, o discurso de progresso surge ligada a grupos dominantes que buscam hegemonizar suas visões de mundo e que tais visões de mundo nem sempre condizem com a realidade de forma unificada. Dessa forma, o autor analisa a ideia de progresso:

Niceforo tenta então medir a superioridade e o progresso de uma civilização apoiado em diversos sintomas: a criminalidade, a mortalidade, a difusão da

⁴¹ Nome artístico de Renato Manfredini Júnior, cantor, compositor, produtor brasileiro, conhecido por ter sido o vocalista e fundador da banda de rock Legião Urbana.

cultura, o nível de vida intelectual, o grau de altruísmo. Supondo que se possa chegar a resultados satisfatórios, o que não é o caso, faltava um último critério muito importante, o sentimento de felicidade da sociedade. Ora, "quaisquer que sejam os inegáveis melhoramentos de que goza uma sociedade, os indivíduos não vêm nem se apercebem de forma alguma que tais melhoramentos sejam um motivo para se sentirem mais felizes" [ibid., p. 205]. A conclusão de Niceforo não é "muito otimista" resigna-se "a declarar insolúvel uma grande parte dos problemas que examinamos, ou a tentar simplificá-los... é necessário contentar-se em "medir" o progresso material e o progresso intelectual nas suas formas mais simples, lembrando ao mesmo tempo que há muitas vezes oposição entre a melhoria e a superioridade das atuais condições de vida dos indivíduos e o destino da sociedade futura"(LE GOFF, 1990, p. 267)

Pensar o “progresso” do projeto político desenvolvido pelo “grupo mudancista” no Ceará é compreender que o “progresso” desenvolvido por Tasso Jereissati não atingiu a todos os habitantes do município de Aurora, entre a zona urbana e rural (incluindo os moradores do sítio Cachoeira e comunidades vizinhas) de forma igualitária. Tal projeto político fora benéfico para alguns grupos, inclusive o próprio grupo político, que criou sua trajetória e marca política a partir do desenvolvimento de obras aos recursos hídricos, mas também destruíram a trajetória e cultura de outros grupos, a exemplo dos moradores do local atingido com a construção do açude.

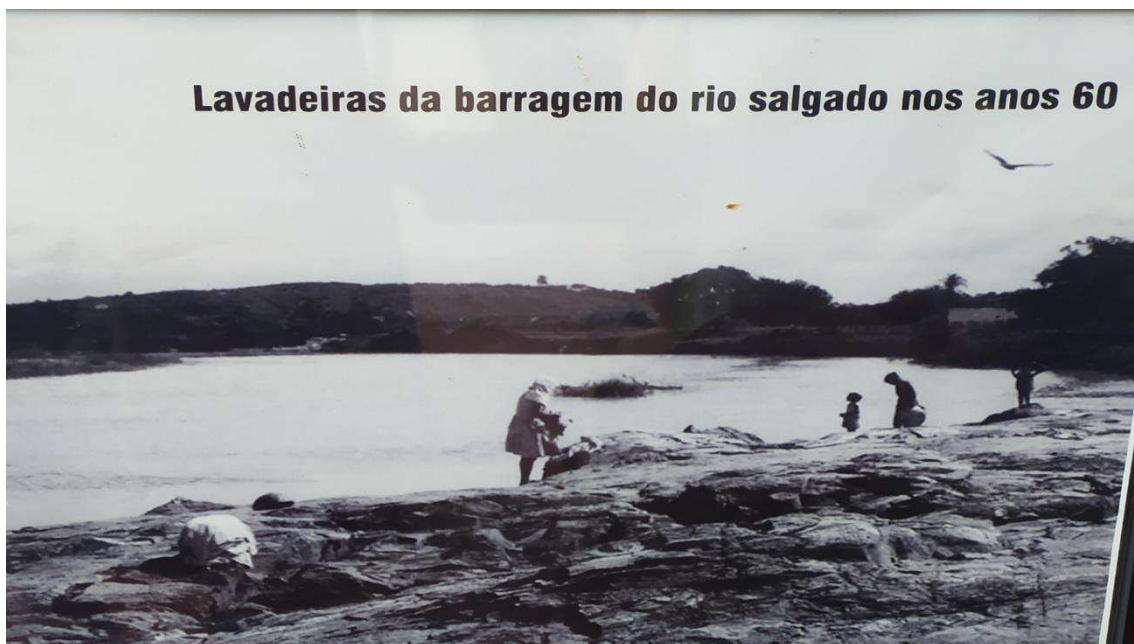
3.1. O AÇUDE CACHOEIRA SOB UMA ÓTICA EXTERNA: A CONSTRUÇÃO NA VISÃO DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE AURORA.

A construção do açude Cachoeira, no ano 2000, trouxe para os habitantes da zona urbana, bem como para dezenas de comunidades rurais do município de Aurora, o alívio de ter água potável em suas residências. Desde o surgimento do município, a falta de água foi um dos principais problemas para a população daquele lugar, uma parte dos habitantes consumia água de poços profundos, cacimbas, muitas vezes assentadas nas zonas rurais, isso dificultava o acesso, pois não havia transportes particulares com frequência, e a compra de cargas de água custava um valor elevado, 1 mil litros de água custava em torno de 30 reais e nem todos tinham as melhores condições para se abastecer. Com isso, a maior parte da população aurorense utilizava as águas do principal rio que corta a cidade, o Rio Salgado, para banho e consumos diários, além de chafarizes públicos, que nem sempre contavam com água suficiente para toda a população.

O Rio Salgado contribuiu para o surgimento e faz parte da história do município de Aurora. Com uma extensão territorial de 308 km, o rio tem sua nascente na Chapada do Araripe e percorre, além do município de Aurora, outros 22 municípios, com sua foz no Rio Jaguaribe, na cidade de Icó. Por se tratar de um ponto estratégico para a condução de gado entre as cidades de Icó e Crato, ambas no Ceará, tropeiros e vaqueiros se locomoviam e descansavam constantemente naquela região, contribuindo para o crescimento populacional de Aurora.

Com o crescimento da cidade, o rio Salgado ficou sendo a principal fonte de água para os aurorenses, tanto para o consumo necessários, como também muitos moradores tiravam seus sustentos nas plantações e cultivos na agricultura e realizavam a pesca como fonte de sustento.

Imagem 6 – Vista do Rio Salgado datada de 1960.



Fonte: Acervo Secretaria de Cultura do município de Aurora

A imagem acima está presente no acervo histórico da Secretaria de Cultura do município de Aurora, onde visitei em alguns momentos ao longo da pesquisa e escrita deste trabalho e local onde guarda diversos arquivos que retratam a história do município. Em diálogo com pessoas que estavam responsáveis pelo local, consegui a informação de que a fotografia acima fora captada nos fins dos anos de 1960. Na fotografia vemos logo no início uma mulher desfazendo sua trouxa para lavar suas roupas, enquanto no fundo outra mulher já está saindo com sua trouxa de roupas e entre elas está outra pessoa com um recipiente, acompanhada de uma criança, para transportar água. Até o início dos anos

2000 era frequente a utilização das águas do rio pelos moradores de Aurora, a imagem mostra o quão os moradores do município eram dependentes das águas do rio Salgado.

Embora fossem consumidas pela maioria dos habitantes do município, as águas do rio Salgado não eram apropriadas para o consumo humano, pois o rio vivia exposto às poluições dos municípios pelos quais percorria. Na cidade do Crato, primeiro município pelo qual o rio passava, havia um canal a céu aberto onde a população descartava os dejetos, lixos, imundices. Na cidade de Aurora as águas do rio chegavam trazendo as impurezas que desciam junto ao rio, adoecendo os habitantes que as consumiam. Em julho de 1999, no jornal *FOLHA DE LONDRINA* pode-se ler a seguinte matéria:

Fortaleza, 28 (AE) - O município de Aurora, a 470 quilômetros de Fortaleza, registrou seis casos de cólera nesta semana. Nos últimos dias, de acordo com médica e prefeita Maria de Fátima Macedo, cerca de 100 pessoas foram atendidas no hospital municipal com sintomas da doença. Até hoje à tarde os técnicos da Secretaria Estadual de Saúde que estão em Aurora não haviam identificado a origem dos casos. Nenhuma morte foi registrada até a tarde de hoje. Há duas hipóteses, segundo a médica da Secretaria de Saúde Socorro Martins: "pode ser que parte do Rio Salgado, que abastece a cidade, esteja contaminado com o vibrião colérico e, é possível, também, que tais casos tenham sido importados". Ela admitiu que "a situação, embora sob controle, é preocupante". A prefeita confirmou que as águas do Rio Salgado estão contaminadas. Até sexta-feira a Secretaria deverá divulgar o primeiro relatório sobre o caso. (FOLHA DE LONDRINA, 1999).

Além das doenças causadas pelas águas do rio, como mostra a matéria da época, com os constantes períodos de secas que ocorriam na região, surgiam também às invasões de propriedades, os saques, portanto, imaginar que no município de Aurora seria construído um reservatório hídrico de grande porte significou, para os moradores, um grande avanço para o município, que iria pôr fim à miséria e atraso em que a população se encontrava. “Promover o desenvolvimento e melhoria da população” e “acabar com a miséria” também era propaganda do governo com a obra do açude Cachoeira, como foi exposto na TRIBUNA DO CEARÁ, na inauguração do açude, em 1º de setembro de 2000, com a seguinte reportagem:

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Recursos Hídricos, inaugura a Barragem Cachoeira, no município de Aurora. A barragem possui capacidade de acumulação de 34 milhões e 300 m³ de água, suficiente para preencher o vazio hídrico existente na região e promover o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida da população local... Além disso, servirá como fonte de recursos hídricos para irrigação de grandes áreas, para a piscicultura

e também para lazer, proporcionando a criação de um pólo de desenvolvimento regional. (TRIBUNA DO CEARÁ, 2000).

A matéria divulgada pelo jornal *TRIBUNA DO CEARÁ* no ano de inauguração do açude Cachoeira anunciava aos habitantes daquele município os “novos tempos” que estavam por vir, a partir das ações desenvolvidas pelo chamado “governo das mudanças” com a construção do açude.

É importante destacar que alguns veículos de mídia, como o jornal acima citado, eram importantes nas divulgações das atividades desenvolvidas por Tasso Jereissati, o que fazia com o que o governo ganhasse mais notoriedade. Aliás, os veículos de comunicação eram uma das principais armas utilizadas pelo governo para propagar e afirmar como positiva suas ações. Sobre o assunto, Balandier (1980) argumenta que:

A multiplicação e a difusão dos meios de comunicação modernos modificaram profundamente o modo de produção das imagens políticas. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião de acontecimento ou de circunstâncias que não têm necessariamente um caráter excepcional. Elas adquirem, graças aos meios audiovisuais e à imprensa escrita, uma força de irradiação e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Elas se tornam quotidianas; isto quer dizer que elas se tornam banais e se desgastam, o que exige renovações freqüentes ou a criação de aparências de novidade... as técnicas audiovisuais de que dispõe o poder permitem uma dramatização permanente, ou quase e, assim, menos dependência do ciclo anual do cerimonial político. (BALANDIER, 1980, p. 62-63).

Na narrativa acima, Georges Balandier explica como os veículos audiovisuais foram fortemente utilizados pelos governos modernos na perspectiva de fabricar a imagem do político e, com isso, dominar os governados a partir da propaganda, da divulgação, sejam as obras excepcionais ou banais.

Em uma matéria publicada em 2017, pelo jornal eletrônico *FORBES*, podemos compreender como o político Jereissati utilizou-se dos veículos para enaltecer sua imagem.

Tasso governou o Ceará três vezes, entre 1987 e 2002. Foi o segundo político a governar o estado por três mandatos em quase 110 anos de história republicana. De seu período no cargo, costuma ser lembrado como o governador que rompeu com o clientelismo e adotou a austeridade e a transparência. Saneou as finanças, restaurou o crédito do estado e inaugurou a modernização administrativa. Melhorou os indicadores de saúde e de educação do Ceará, que acabou reconhecido pela ONU como o estado brasileiro que mais cresceu no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). “O aumento do IDH foi a maior de nossas conquistas”, afirma. (FORBES, 2017).

Não quero aqui argumentar se a obra do açude Cachoeira foi menos ou mais importante para o município, mas quero dizer que o governo do Tasso Jereissati utilizou-se da construção como propaganda de governo e, a partir dos veículos de comunicação, buscou construir sua imagem enquanto político, o que foi comum para o período, uma vez que Tasso Jereissati se inseriu na política logo depois do fim da ditadura militar e também e a revogação da lei nº 6339/76, conhecida como a Lei Falcão⁴², que proibia quaisquer tipos de propagandas em campanhas eleitorais, podendo somente a foto do candidato e seu nome. A partir de 1984, voltaram às propagandas eleitorais, como também o uso dos veículos de comunicação como meio de divulgação.

Tornou-se marcante a imagem de Tasso Jereissati ligada à construção do açude Cachoeira, tanto que nos dias atuais é comum ouvir de alguns habitantes do município de Aurora frases como: “devemos nosso voto ao Tasso, pois ele deu a maior riqueza para os aurorenses”, ou “esse ano vou votar em Tasso, pois o que ele fez por Aurora nenhum outro político faz”. Isso revela o quanto a construção da obra e o processo de modernização evidenciado pelo governo de Tasso Jereissati adentrou no imaginário da população do município de Aurora.

3.2. O AÇUDE CACHOEIRA

A construção de um reservatório hídrico que amenizasse a escassez de água era um projeto antigo para o município de Aurora, pois a cidade não contava com um espaço que abastecesse a população de água tratada e, com isso, os moradores consumiam água, muitas vezes poluídas. Além disso, em períodos de longas secas no Ceará, os habitantes do município sofriam com a falta de água, ocorrendo invasões e saques à armazéns, como ocorrido em 1998, quando pessoas famintas invadiram o armazém da secretaria de educação de Aurora e realizaram saques, também ocorria migrações, pois dezenas de pessoas saíam como retirantes em busca da capital do estado para escapar da fome.

⁴²A Lei Falcão (Lei nº 6339/76) foi criada em [1 de julho](#) de [1976](#) e recebeu o nome de seu criador, o então Ministro da Justiça, [Armando Falcão](#). Esta lei foi criada durante o [governo Geisel](#) (vigente de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) e visava implementar mudanças em relação às propagandas eleitorais transmitidas por [televisão](#) e [rádio](#) no território brasileiro. A partir da promulgação da lei, que propôs uma nova redação ao art. 250 do [Código Eleitoral](#), candidatos de quaisquer partidos estavam proibidos de anunciar, em suas propagandas, outras informações além de breves dados sobre sua trajetória de vida. Também era vetada a veiculação de músicas com letra - bem como discursos ou imagens. A única exceção era em relação à foto do candidato, que poderia ser exibida na televisão, juntamente com seu respectivo nome, partido e a leitura de seu currículo. Era permitido, ainda, a menção do horário e local dos comícios. Outra determinação da lei era em relação ao tempo de duração do mandato presidencial, que passava de cinco para seis anos.

No município de Aurora, o governo do estado do Ceará já havia desenvolvido outras obras de açudagens a fim de minorar os problemas da seca, dentre essas obras destaque os açudes Calumbí, açude da “Catingueira”, açude do “Martins” e açude do “Mocó”⁴³. Durante as pesquisas na página do “*Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará*”⁴⁴ estavam disponíveis os dados ano de construção e características, do açude do Mocó, com as seguintes características.

Tabela 4 – Característica açude do Mocó.

DETALHES DO AÇUDE MOCÓ	
(Concluído em 1989)	
Tipo	Terra homogênea
Capacidade (m³)	1.500.000
Bacia hidrográfica (Km²)	15,000
Bacia hidráulica (ha)	73,040
Altura máxima (m)	13,80

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados coletados na Secretaria de Recursos Hídricos.

Construído em 1989, no fim do primeiro mandato de Tasso Jereissati como governador do Ceará, o açude do Mocó fora situado na bacia do Salgado e contava como uma capacidade de armazenamento de 1.500.000 m³ de água, bacia hidrográfica (extensão de escoamento das águas das chuvas, de rios para o açude) de 15 km², bacia hidráulica (tamanho do reservatório) de 73,040 hectares e altura máxima de 13,80 metros. A partir das características citadas, compreendemos que o açude do Mocó era um açude de médio porte, no entanto, não foi suficiente para impedir que os períodos secos atingissem a população de forma severa.

Não conseguimos encontrar das demais obras mencionadas acima, dados concretos que comprovassem o ano de construção e características de tais investimentos. No entanto, ao buscar informações junto aos moradores do município, obtivemos relatos de que os demais açudes também foram construídos na gestão de governo de Tasso Jereissati e eram de pequeno porte, chamados de “açudes regionais” que foram construídos para a população das comunidades do Calumbí, Catingueira e Martins,

⁴³Calumbí, Catingueira, Martins e Mocó são localidades rurais que fazem parte do território do município de Aurora.

⁴⁴Disponível em:http://atlas.srh.ce.gov.br/infra-estrutura/acudes/detalhaCaracteristicasTecnicas.php?cd_acude=144&status=1.

localidades afastadas na zona urbana. Todos os quatro açudes foram desenvolvidos com recursos financeiros da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará com acompanhamento da Superintendência de Obras Hidráulicas.

Mesmo com o desenvolvimento dos açudes discutidos anteriormente, continuavam os problemas das secas e a falta de água no município de Aurora, os saques, a fome. Entre notícias que circulavam na década de 1990, podemos destacar o “*Correio Braziliense*” que noticiou uma das invasões que ocorreram no mês de março, na matéria jornalística, a prefeita do município sinaliza para a falta de água na região:

“Essa foi a terceira invasão que sofremos em menos de 15 dias”, afirmou a Prefeita Maria Leomar de Macêdo. Segundo ela, a situação é grave na zona rural onde não chove desde janeiro. Na semana passada, os flagelados invadiram e saquearam o comércio do município de Granjeiro, situado na mesma região. (CORREIO BRAZILIENSE, 1998).

Como destacou o jornal “*Correio Braziliense*”, mesmo com as obras feitas para impedir a escassez de água, os saques e invasões eram constantes em períodos de secos, assim como Aurora e o município de Granjeiro, outros municípios caririenses também sofriam pela falta de chuvas. Por isso é evidente a alegria da construção do açude Cachoeira para os moradores da zona urbana de Aurora.

Com uma área de construção muito maior que o açude do Mocó, o açude Cachoeira fora o símbolo do governo “mudancista” no município. Para podermos analisar a dimensão da obra, relacionando-se com os dados do açude do Mocó, destacarei abaixo as características do açude Cachoeira.

Tabela 5 – Características açude Cachoeira.

DETALHES DO AÇUDE CACHOEIRA (Concluído em 2000)	
Tipo	Terra homogênea
Capacidade (m³)	34.330.000
Bacia hidrográfica (Km²)	143,190
Bacia hidráulica (ha)	480,000
Altura máxima (m)	25,50

Fonte: A tabela foi elaborada pelo autor a partir de dados coletados na Secretaria de Recursos Hídricos.

A partir dos dados do açude Cachoeira acima mencionado, é possível compreender a dimensão territorial que a construção do açude inundou. Destacando as duas obras pelos dados obtidos na página eletrônica da Secretaria de Recursos Hídricos, percebemos que o território do açude Cachoeira é maior, em todos os aspectos. Com uma capacidade de água de 34.300.000 m³ o açude consegue reter água o suficiente para enfrentar longos períodos de secas, além de ter uma bacia hidrográfica de 143,190 km².

Dentre as diversas visitas que fizemos ao açude Cachoeira e localidades próximas durante o período de pesquisa, uma foi importante para a construção do nosso trabalho. Numa manhã de domingo, com o apoio de um morador da antiga comunidade do sítio Cachoeira, conhecido como João, fizemos o trajeto saindo da sede até o açude Cachoeira, o morador me recebeu em sua casa nas primeiras horas do dia e de lá fomos juntos para realizarmos o percurso, andamos pelas áreas nas proximidades que contornavam os reservatórios hídricos, e por lugares que atualmente se encontram desabitados, pelo difícil acesso que a construção causou. Entre um período seguido com um veículo automotor e uma longa caminhada, percorremos 18 km, o que nos fez a refletir sobre a dimensão geográfica do açude, de uma extensão territorial enorme, com grande capacidade de armazenamento de água.

Durante a caminhada, o senhor João relatou que há 4 anos o município não vem tendo bons invernos e, com isso, as águas do reservatório baixam a cada dia, embora consiga manter Aurora abastecida por uns 3 anos, de acordo com os relatos do nosso depoente. Seu João também não conseguiu suportar a saudade do lugar, quando chegamos à parede do açude, já com o nível da água abaixo do normal, seu João nos mostrou onde se situava a escola da comunidade, que ficava ao lado da casa de farinha, ambas se encontravam submersas nas águas.

O açude Cachoeira representou, nas propagandas desenvolvidas pela gestão do governo de Tasso Jereissati, a inserção da longínqua Aurora nas rotas do progresso proporcionado pelo então governador, a construção do reservatório daria um novo aspecto ao município, como o combate à seca, o desenvolvimento financeiro da região, com a piscicultura que seria administrada pelos agricultores em uma parte do açude, além do turismo e atração para banhos em locais próprios para tais práticas.

Se nas palavras do governo, o município de Aurora estava, a partir da construção, inserido nas redes do progresso, é certa que o progresso não atingiu os habitantes da zona urbana e rural de Aurora de forma universal, a imagem abaixo mostra o que o “progresso”

da construção do açude Cachoeira representou para os habitantes da comunidade de mesmo nome.

Imagem 7 – Local de distribuição de água para a Agrovila, próximo a parede do açude Cachoeira, município de Aurora.



Fonte: A imagem foi registrada por Joalysson Severo, em 19 de janeiro de 2019.

A imagem acima foi registrada durante as visitas em que fiz a localidade da Agrovila e do sítio Cachoeira e representa o impacto que a modernidade do açude causou na rotina dos cachoeirenses. Ao fundo a imagem mostra a parede do açude, com alguns letreiros que, embora não sejam legíveis na fotografia, estão expostos os seguintes letreiros: SOHIDRA – SRH – COGERH, representando, respectivamente, a Superintendência de Obras Hidráulicas, Secretaria de Recursos Hídricos e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, principais responsáveis pela obra. Abaixo, não visível, há um canal por onde passam às águas que são destinadas a zona urbana de Aurora; ao centro um de nossos personagens, um homem comum, consumindo as águas do açude Cachoeira. Enquanto maior parte da água passa pelo canal e escorre até o município, este ambiente com poucas saídas foi o único espaço de água tratada disponível para os moradores da Agrovila e comunidades vizinhas.

Antes da obra, os moradores das comunidades atingidas tinham água o suficiente para o consumo próximo de suas casas, com a construção do açude, cerca de 20 barragens

foram inundadas, o que levou os habitantes das comunidades a ficarem sem água, dependendo do açude Cachoeira, embora isso tenha sido um problema para os cachoeirenses, dispondo de um espaço pequeno e distante para conseguir água.

3.3. O AÇUDE CACHOEIRA SOB UMA ÓTICA INTERNA: A CONSTRUÇÃO NA VISÃO DOS MORADORES ATINGIDOS

Como discutimos anteriormente, a conclusão e inauguração do açude Cachoeira aguçou a ideia de modernização do Estado do Ceará, a partir do projeto político destinado aos recursos hídricos desenvolvido pelo governador Tasso Jereissati. Durante as décadas de 1990 e 2000, comentou-se com ênfase sobre modernização política, não somente no Ceará, mas no cenário político nacional. Em 1990, o então presidente da República Fernando Collor de Melo, lançou o plano de diretrizes “*O Congresso e o Projeto de Modernização*”, composto por diversos discursos no qual falava sobre a modernização do país. Segundo Norbert

No umbral do século XXI, a América Latina enfrenta o dilema de optar pela modernização, aceitando a exclusão de amplos setores da população, ou privilegiar a integração social mesmo com o risco de permanecer à margem do desenvolvimento econômico mundial... A modernização não é uma opção que possamos escolher ou recusar; ela representa o marco econômico e cultural de nossa época, estabelecendo o referencial obrigatório para qualquer política. (LECHNER, 1990, p. 73).

A partir do trecho acima percebemos que no início do século XXI o discurso de modernização se tornou “obrigatório” na política e, em certa medida, partia do discurso das elites políticas que buscavam hegemonizar suas visões de mundo, propagando a modernidade como sendo algo de mais novo a ser inserido, de mais benéfico para todos.

De acordo Lechner, o processo de modernização é perpassado como um bem comum que visa adequar-se às grandes culturas e por isso necessita tornar-se universal. Para o autor, esse processo de modernização age de forma ambígua, com dois impactos os mais diversos grupos de forma discrepante. Nas palavras do autor, a modernidade

Dá lugar, num mesmo processo, a duas tendências contraditórias: a integração e a marginalização. Mais precisamente: a modernização impulsiona uma integração transnacional que provoca a marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras... À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima, a marginalização decorrente aparece como mal menor, indesejado porém aceito. Ou seja, não se trata de repudiar a exclusão mas de atenuá-la. (LECHNER, 1990 p. 75)

Para Lechner, a modernização promove a integração, mas, ao mesmo tempo, promove também a marginalização. Podemos perceber certas semelhanças na narrativa ocorrida no interior do Ceará. Se por um lado a modernização instituída por Tasso Jereissati trouxe ao município de Aurora um novo aspecto referente à falta de água, integrando os habitantes daquele espaço ao “caminho das águas”, principal projeto político do governo, por outro lado tornou-se “marginalizadas” dezenas de pessoas que eram retirados de suas casas, suas terras, seus lugares de origem, onde construíram suas vidas e, de repente, se viam perdidos, atravessados pelo caminho da modernização, inundados pela “chuva” do progresso, progresso este que não lhe fizeram bem.

Na perspectiva dos cachoeirenses a obra do açude Cachoeira foi “o maior desastre que poderia ter acontecido” com a comunidade. Pude perceber, a partir dos relatos colhidos no decorrer da pesquisa, as angústias dos atingidos pelo fato de perder seus lugares que, segundo as entrevistas, era rico em água, em árvores frutíferas e depois da obra, tiveram que conviver com a dor, o sofrimento de não ter água o suficiente para o consumo. A narrativa nos faz pensar as ideias da historiadora Arlette Farge sobre a dor. Para Farge (2011)

a “dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é uma modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias e que, por essa razão, pode se exprimir ou, ao contrário, se recalcar, se expulsar ou se gritar, se negar ou arrastar outrem para ela”. (FARGE, 2011, p.19)

Um dos personagens que nos concedeu entrevista, o seu Arnesto, ao nos receber em sua casa, contou a contradição contida pela construção do açude Cachoeira, que os tornou marginalizados perante o processo de modernização. Entre o contexto para os habitantes de Aurora e os habitantes da comunidade do antigo sítio Cachoeira, seu Arnesto comentou a importância da obra para o município de Aurora:

Rapaz, para a cidade de Aurora esse açude foi muita coisa. Eu vejo assim: Aurora cresceu ao longo desses 20 anos e não progredia não, se não fosse aquele açude Aurora não teria se desenvolvido desse tanto não. No meu ponto de vista, eu acho que Aurora não tava onde ta não, alguém resolveu investir na Aurora, que na verdade a cidade não tinha água, você mesmo sabe disso, a água era ruim, uma água de todo jeito aí. Eu acho que pra Aurora (o açude) representa muito.

Mas quando questionado sobre as consequências da obra na vida em comunidade e em sua vida particular, seu Arnesto nos confidenciou:

Agora pra mim, eu não sei o que os outros lhe disseram, mas para mim não foi muita coisa não, de jeito nenhum, eu continuo dizendo e vou dizer até o fim, para mim aquele (açude) não representa muita coisa não. Pra nós é outra realidade, você ver agora mesmo, metade da população que saiu, metade não, uns 75 por cento da população que saiu (das antigas terras) estão sem água. Tem que comprar um carrinho d'água, 20 conto. Olhando para a água, mas não pode utilizar. Quando o açude tava cheio tinha uma bomba que mandava água pra região da agrovila e boa parte da região, mas aí o açude secou, o açude que tinha 100 por cento agora tá com 13 por cento (de volume de água), não têm condições.

Olha, eu fiquei 35 anos ali, meu pai ficou 77 anos e eu nunca ouvi meu pai dizer que um animal morreu de sede. A água foi feita para o bem da população, principalmente a população da cidade, que não tinha água, né? Mas eu nunca ouvi meu pai dizer que uma vaca ficou com sede, que alguém dormiu sujo ou que alguém ficou com sede porque não tinha água, mas hoje tudo isso acontece.

Os relatos do seu Arnesto são impactantes e nos fazem refletir sobre o quanto a integração dos auroenses no “caminho das águas”, a partir da construção do açude, proporcionou melhores condições de vida para “toda a região”, assim como o governo anunciava. Os moradores da antiga comunidade do sítio Cachoeira, que antes tinham a sua disposição as águas de rios, pequenos açudes, terras férteis, após a obra encontraram-se “jogados”, à espera de melhores condições de vida.

No projeto de construção da Agrovila, para onde os moradores seriam realocados, contava com água tratada do açude e encanada, que levava diretamente às casas, terras férteis, uma ótima organização que atrairia novos moradores com o “progresso” da comunidade. Anunciado na *TRIBUNA DO CEARÁ*, em setembro do ano 2000, dois meses depois da inauguração da obra, o governo afirmou que:

Os moradores dispõem de água encanada e de uma horta comunitária, atualmente funcionando com 17 canteiros diversos – cebola, tomate, pimentão... O solo em que está localizada a agrovila é de boa qualidade. A água é bombardeada da barragem para a caixa d'água principal através de uma adutora a óleo diesel enquanto a energia não chega... A organização da Agrovila já atrai outras pessoas que moram na região. Até o momento seis famílias construíram suas casas nas proximidades da Agrovila, inserindo-se na estrutura social com direito a escola e água encanada. (TRIBUNA DO CEARÁ, 2000).

A matéria de jornal acima mencionado buscava enfatizar as obras governamentais, dando ênfase ao que o que governo havia pregado durante suas campanhas. No entanto, quando comecei a visitar a comunidade da Agrovila, local que a matéria de jornal mostrou como uma nova estrutura social inovada, com energia elétrica prestes a chegar, que atrairia pessoas de outros lugares, percebe que aquele lugar não é o mesmo apresentado na matéria.

O desfecho da obra também impactou o espaço de convivência dos atingidos, pois o deslocamento fez com que os laços afetivos de familiares se desfizessem com a distância. Quando o projeto da Agrovila foi elaborado, Arnesto recebeu uma casa na comunidade, mas a distância de seus familiares o fez abandonar e buscar outro ambiente.

Eu ia morar perto de umas pessoas que eu não era o povo que eu tinha me criado, aí eu tinha uns primos que já moravam onde eu moro hoje, eu comprei um pedacinho de terra e vim morar perto deles, são umas casas bem pertinho uma da outra. Se eu tivesse no meu terreno, podia ter umas criações a mais, hoje moro numa área bem pequenininha, de uns 25 metros por 50. Mas eu estou ali só porque é perto deles, porque eu nasci e me criei perto deles, né?

Para Arnesto sair de sua casa, representou muito mais que a perda do espaço geográfico, representou a perda dos laços familiares, a distância de alguns parentes. Nesse processo de desterritorialização, prevaleceu para o nosso personagem a busca pela proximidade da família, ao invés de morar no “novo espaço social” da Agrovila. De acordo com Haesbaert (2003),

os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina os poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias identitárias. (HAESBAERT, 2003, p. 18)

Embora naquele período, para alguns, a novidade fosse algo bom, quase duas décadas após a construção do açude e a comunidade da Agrovila ainda se encontra sem água encanada, de acordo com os moradores não se têm terras boas para plantar e boa parte dos habitantes já migraram para outras localidades que tivesse água, para a zona urbana ou para outros municípios. Para os moradores atingidos, seus espaços foram tomados pelas águas para um progresso que não os incluía, o governo esqueceu-se de ampará-los, deixando-os à margem do desenvolvimento hídrico, atingindo-os, gerando sentimento de abandono e dor política⁴⁵.

Outros moradores da comunidade também relataram o descaso que a construção do açude ocasionou em suas vidas. Dentre esses, destaco Seu Mané e Dona Inês, um casal humilde que moravam no sítio Jatobá, local que também fora inundado pelas águas do açude, e que depois da obra passaram a morar na Agrovila. Para Dona Inês, o açude

⁴⁵Conceito expresso no livro “Lugares para a História”, escrito por Arlette Farge, “Dor política – desprezo pelo rei, indignação diante da injustiça, revolta diante das recusas de sacramentos”. Para a autora, a dor política tem suas palavras e formas de se exibir que conduzem a novos acontecimentos.

Cachoeira mudou completamente a vida de sua família, uma vida que tinha suas dificuldades, mas que a união e o amor prevaleciam.

Ao ser recebido por Dona Inês, que estava debulhando feijão na calçada de sua casa, pedimos para ouvir seus relatos sobre o açude Cachoeira. De início, nossa depoente se recusou a comentar sobre a construção do açude, rememorar a cena de sua casa sendo demolida pelos trabalhadores da construtora foi bastante doloroso. Mas, depois de alguns minutos em que ficamos entre o silêncio de sua voz e o barulho de seus netos que ajudavam a debulhar os feijões, Dona Inês resolveu abrir seus pensamentos e nos contou:

Esse açude distorceu muitas coisas. A coisa que eu acho mais esquisito aqui é que a gente saiu de lá para fazer o açude e hoje a gente não tem água. Tem água pra comprar, né? A gente compra uma 'carrada' d'água, isso é bem... eu mesmo acho isso esquisito demais. Todo mundo aqui toma água daquelas biqueiras, quando pai do céu manda chuva. Eu acho esquisito demais, comprar uma carrada d'água por 20 'real'. E já faz tempo que a gente compra água, já faz tempo. Eu não sei por que aqui a terra é mais enxuta, mas lá eu tinha tanto pé de laranja, e aqui já morreram bem uns 8 pés, pois a gente não consegue comprar água para aguar, né?

No relato de Dona Inês, percebemos a tristeza da perda de seu lugar, a mudança de território e o abandono por parte do Estado. Seu esposo, Seu Mané, dialogou com a gente, mas, ao invés de tristeza, seu Mané demonstrou o sentimento de revolta pelo o que aconteceu com os moradores das comunidades atingidas. O desespero causado com o início da obra intensificou ainda mais após o término. Sem água os moradores ficaram desnorteados, como afirmou seu Mané.

Foi o lugar mais perdido que eu já morei foi esse daqui. Porque distante daqui, nós estamos vendo a água bem aí, ó. E hoje nós estamos comprando uma carga de água por 20 "real". Agora os mais distantes daqui de nós tem água, né? E nesse toradinho, já faz 19 anos, 19, nós estamos com 19 anos sem água aqui, só gambiarra. Lá nós 'tinha' bananeira, mangueira, nós 'tinha' cana, nós 'tinha' canteiro, né? Nós não comprava arroz, nós plantava. Nós 'tinha' de tudo lá. Aí vem pra um lugar desse, um lugar totalmente seco pra nós. Tomaram nosso lugar de plantar tudo e botaram nós em cima de um cascalho desses. É péssimo, aqui tudo é péssimo. Sem água aqui é péssimo.

No período em que estivemos com Seu Mané, era nítido perceber o sentimento de revolta que o mesmo esboçava pelo de fato de eles terem de sair para a construção do açude e, em contrapartida, terem que ficar sem água, o que antes não faltava.

No ano de 2000, a reportagem elaborada pelo jornal *TRIBUNA DO CEARÁ* mostrou que a localidade da Agrovila estava se transformando em centro social

organizado e que estava atraindo novos moradores para àquele espaço. Em 2019, os poucos moradores que ainda habitam a Agrovila relataram que a falta de água e as terras inférteis fizeram com que boa parte dos moradores da localidade abandonasse suas casas.

Seu Mané ainda mora na Agrovila, a falta de lugar para onde ir, faz com que o mesmo permaneça na localidade, um dos poucos moradores que ainda habita a comunidade construída pelo governo. Em diálogo, Seu Mané pronunciou um dos relatos mais fortes sobre a construção do açude e o abandono do governo com os moradores da Agrovila.

Num tem quando você faz um chiqueiro de porco, aí depois joga aqueles porcos lá dentro e pensa assim: esse daqui eu vou comer amanhã, esse daqui eu vou comer depois. Pois foi isso daí. Nós estamos vivendo como bichos brutos, jogados aqui. Aqui nós estamos abandonados. Tem dias que Inês me pergunta: Mané, como é que a gente vai tomar banho? Aí eu começo a chorar. Talvez minhas lágrimas encham um balde e dê pra gente tomar banho.

A comparação que Seu Mané esboçou em seu relato para retratar a falta de apoio do governo em assistência com os moradores foi impactante. Compara-se aos porcos que, por vezes, atolados em seus próprios dejetos à espera que seus donos limpem seu espaço. De acordo com seu Mané, essa foi a situação em que se encontraram os moradores reassentados 19 anos depois da construção do açude Cachoeira.

No período em que estive na pesquisa de campo, conversando com os moradores reassentados e migrantes para outros lugares, resolvi registrar algumas imagens para demonstrar a rotina da comunidade da Agrovila. Mesmo nos períodos mais chuvosos, entre os meses de maio e julho, os moradores sofrem com a falta de água. A imagem abaixo foi registrada durante as visitas à comunidade, em julho de 2019.

Imagem 8 – Morador da Agrovila carregando água.



Fonte: A imagem foi registrada por Joalysson Severo, em 16 de julho de 2019

O morador da Agrovila, na imagem, se aventura em seu transporte para levar água para casa. Para os habitantes atingidos, a modernização não chegou como era anunciado, os transportes mudaram, suas rotinas passaram por metamorfoses, o cotidiano gira em torno de pela manhã ocupar-se com algum trabalho (quando aparece) e no fim da tarde buscar água para casa.

A imagem acima apresentada, os relatos de Arnesto, Dona Inês e seu esposo, Seu Mané, retrataram o sofrimento vivido pelos habitantes atingidos pela barragem. As dores sentidas por nossos personagens foram expressas das mais diversas formas, desde a tristeza, ao sentimento de saudades, assim como o sentimento de revolta, como nos fortes relatos de seu Mané.

De acordo Farge (2011), o sofrimento pode se expressar de diversas formas, diferentes sentimentos, assim como geram consequências opostas na visão social, pode ser repugnada ou seduzida, gerar sentimentos de compaixão. No entanto, é importante analisar o contexto social do período para que não se crie uma visão estereotipada, pois a narração, muitas vezes, tende a naturalizar a pobreza, inferiorizar os personagens. Mas o que pretendo mostrar com as narrativas fazem parte de um processo de resistência dos atingidos, uma busca pela significação do espaço perdido, pois, “a terra do sofrimento dos pobres não é uma terra exótica ou selvagem a visitar; é a matriz de uma comunidade social, por vezes mesmo sua terra de origem”. (FARGE, p. 21)

3.4. UMA SAUDADE CHAMADA SÍTIO CACHOEIRA

Para os moradores atingidos com a construção do reservatório hídrico, restou a saudade de um lugar que agora permanece imerso nas águas. Os habitantes que nasceram nas localidades atingidas e que viveram, durante décadas, contando histórias sobre surgimento da comunidade, recriando novas brincadeiras, conhecendo seus amores, após o início dos anos 2000, passaram a guardar os seus melhores, e também os piores momentos, na memória. Memórias que perpassam entre a saudade da infância, os momentos tristes e alegres da adolescência e parte da vida adulta e momentos dolorosos da saída da comunidade.

Lembrar de momentos na comunidade do sítio Cachoeira implicou, para os nossos personagens atingidos, recordar momentos bons e ruins, misturando a saudade de um lugar distante da cidade, mas que tinham muitas alegrias. Para seu Arnesto, contar as histórias do sítio em que morava foi tocar em uma ferida ainda não cicatrizada, a lembrança da mudança do lugar ainda dói. Quando conversamos com seu Arnesto sobre sua antiga moradia, ele olhou para um lugar distante no horizonte, em direção ao açude, como se estivesse olhando sua antiga na casa naquele momento para nos dizer que:

Na minha mudança, eu arrumei um caminhão, lembro como se fosse hoje, no dia 20 de dezembro de 2000. Falei com um amigo que tinha um caminhão, mas foi muito ruim ter que fechar minha casinha e mudar pra outra casa. Eu mudei pra outra casa bem melhor, bem melhor mesmo, mas foi uma coisa tão estranha. Foi no dia 20 de dezembro de 2000, numa sexta feira que nós mudamos pra essa outra casa. Ainda hoje eu tenho aquilo na lembrança, nunca esqueço daquilo, não, pra mim isso é um sonho e eu vou voltar pra aquele lugar. Mas faz parte da vida, né? Eu já era casado e tinha um filho com dois anos. Eu fiquei mais de anos sem conseguir ir lá naquele lugar.

Para seu Arnesto, a dor de recordar sua mudança, de fechar a casa e sair para não mais voltar, ainda o assusta. Para o nosso personagem, foram lembranças ruins difíceis de esquecer, um sofrimento há tempos reprimido, mas que agora expostos nas narrativas do sítio Cachoeira, pois, para que uma pessoa possa contar seus sofrimentos, suas dores, antes de mais nada, precisa encontrar alguém que possa lhe ouvir⁴⁶.

Quando estive visitando o açude Cachoeira, no início do ano de 2019, na companhia de um dos moradores atingidos, o reservatório contava com pouca água, tornando visíveis algumas áreas que haviam sido cobertas pelas águas. Naquela ocasião,

⁴⁶Pollak, Michael.

quando o senhor João, que me acompanhava no momento, nos apontou o local onde se situava a casa de farinha, para seu João, chegar àquele lugar e o ver coberto pelas águas foi um sentimento difícil de lidar. Seu João recordou, principalmente do esforço de seus pais para cuidar de cada filho, também comentou sobre capela de Santa Rita, principal local de oração da comunidade, mas que também era utilizada como escola, era o refúgio para a comunidade.

O sítio cachoeira lembra muito a batalha dos meus pais, um pai de família sozinho, trabalhando na roça pra criar dez filhos. Me lembro também das festinhas, bons momentos, onde o padre França, botava o pessoal pra trabalhar, uns pediam ajuda pra reformar a capela, o pessoal fazia tijolo, pegava areia pra reformar a capela. Quando coloco na parede do açude, vêm as recordações da morada que eu tinha, da capela, da engenhoca que tinha pra fazer rapadura, puxada a animal que ficava perto da capela, só precisava atravessar o riacho e já estava lá, lembro da casa de farinha, me lembro bem como era a casa de farinha, uma casa grande, sem paredes por dentro, as máquinas feitas de madeira, no cantinho eu via a mesa onde botava a mandioca, o forno. Hoje eu chego nesse açude e vejo o mar de água, fico imaginando todo o lugar, mesmo vendo essa imensidão de água, consi.go imaginar onde ficavam os lugares, quando eu era pequeno os lugares que eu passava, onde eu trabalhava.

A casa de farinha esteve presente nos muitos relatos que tivemos acesso durante as entrevistas. Um ponto de encontro para as comunidades, lembrar da casa de farinha foi lembrar diversos momentos individuais e coletivos, para nossos personagens. De acordo com Michael Pollak, a memória coletiva são acontecimentos ao que o autor chamou de “vividos por tabela”, onde os acontecimentos foram vividos pelo grupo, ou coletivo, ao qual a pessoa pertence.

Seu Joca também nos contou dos momentos vividos na casa de farinha, lugar repleto de diversões, onde conheceu sua esposa. Num diálogo que envolveu a entrada de novos mecanismos na sociedade, substituição da máquina manual pela máquina elétrica, embora tais objetivos não tenham chegado quando a comunidade existia, Seu Joca comentou que:

Naquela época a casa de farinha era puxado à braço, num era negócio a motor não. Era uma animação naquela época na casa de farinha a noite, porque eles trabalhavam até a noite. A gente ia pra lá de noite, faziam beiju e a gente comia. Tudo, jovens, rapazes e moças, tudo ia pra lá, porque naquele tempo os jovens brincava, não era como hoje, hoje eles só vivem no celular direto. A gente ia pra uma diversão e ia era brincar, conversar e hoje você ver 10 jovens aqui e cada um com o celular, num conversa com niguém. A gente ia conversar, contava história, brincar, tinha a história de brincar da brincadeira de Caiu no poço com os rapazes e as moças, era animado, todo ano tinha

Assim como ficou explícito nos relatos de Seu João e Arnesto, a casa de farinha esteve presente em outras entrevistas que foram realizadas. Muito mais que um ponto de

encontros sociais para os habitantes das comunidades submersas, a casa de farinha tornou-se um fato marcante na história da comunidade. Falar sobre a casa de farinha foi uma identidade para o grupo social.

O período de uma infância sem tantas agitações tecnológicas, como nos relatos de seu Joca, continha fortes laços familiares e simbólicos, representado nas “farinhadas”, nas novenas feitas na capela de Santa Rita, foram recordações que marcaram suas trajetórias de vida até os últimos momentos antes da chegada do açude. Embora inúmeras histórias tenham acontecido durante décadas na comunidade, para os personagens as histórias acima marcaram suas vidas.

Para Dona Eugênia, uma de nossa personagem, falar sobre a comunidade em que vivia é remeter a sua juventude, período em que se era difícil sair de casa, pela rigidez de seus pais em cultivar as jovens meninas para que não se “perdessem” no mundo, e que embora fosse difícil, para Dona Eugênia era bom.

Por umas coisas era difícil, mas era bom. A gente pra ir à uma festa no São Miguel, uma era a festa e no outro dia era a missa, e pai só deixava se fosse mais uma mulher casada, mas hoje a companhia 'é' os namorados. De primeiro pai num deixava não, meu fi, pai era 'brabo'. E pai ainda era... Deus bote ele em um bom lugar, eu numto falando dele não... pai ainda era mais mansinho um pouquinho do que minha mãe, mãe era 'braba', quando ela começava a brigar aí pai começava também. Por pai não, ele ficava caladim, se tinha raiva, se reclamava, mas era só uma vezinha só, mas mãe, mãe era 'braba'.

De acordo com Dona Eugênia, a rigidez contida nas broncas de seus pais já não existe com seus filhos, para nossa personagem a mudança para a cidade rompeu com o sistema familiar que ela havia conhecido. Eugênia também nos recordou outra fase importante em sua vida, a fase em que casou e tornou-se mãe, construindo uma família com seu esposo e dois filhos, dos trabalhos que realizada e dá doença que levou o seu esposo a morte.

Trabalhei num grupo lá, de merendeira, trabalhei 6 anos e 4 meses. Meus meninos tudo pequeno, meu marido doente, mas eu trabalhei, trabalhei 6 ano e 4 mês. Ele (o marido) era o vigia, seu finado Luiz do padre botou eu pra ser merendeira e ele o vigia. Mas como ele adoeceu, eu trabalhava nos dois serviços, no meu e no dele. Assim, quando era pra varrer os terreiros, ele mandava um sobrinho nosso pra 'retear' o colégio de lá, o ... tirar os 'nim' dos 'passarim', colocar lenha, porque a gente não tinha fogão a gás, o fogão era no chão, que a gente fazia merenda, aí depois nós fizemos um fogãozinho a lenha, desses que a gente faz na parede, mas antes o fogãozinho era no chão, botava umas pedas e botava o panelão de merenda pra eles (alunos). Aí ele adoeceu (o marido) e eu fiquei com os dois serviços, mas o serviço mais pesado ele pagava, sabe? Ele pagava pra o sobrinho dele fazer. Eu me lembro de muita coisa de lá, muita mesmo

Os relatos da saudade de casa, do esposo falecido e dos filhos que tomaram rumos diferentes, nos fazem refletir sobre o impacto que a construção do açude Cachoeira causou nos moradores das comunidades atingidas, a perda do lugar de origem, dos laços familiares que formavam uma comunidade foram desfeitas com o “progresso” do reservatório hídrico. Foram histórias que por décadas ficaram silenciadas, como memórias subterrâneas, “parte integrantes das culturas minoritárias e dominadas (que) se opõem à ‘memória nacional’”. (POLLAK, 1989)

Para Michael Pollak essas memórias são

lembranças (que) durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK, 1989, p. 5)

A partir do estudo que desenvolvemos sobre os atingidos pela barragem do açude Cachoeira, podemos perceber que por mais que a construção tenha afetado seus terrenos, suas casas, seus lugares de encontro e refúgio, e compreendemos isso com seu Joca nos contou que *“pra gente não tem volta não, é olhar o açude e sentir a saudade. Nosso negócio é só sentir a saudade, porque não tem como voltar não”*. Por mais que o açude tenha inundado suas comunidades, a maior resistência que se pode perceber contida nesses personagens é a memória, é deixar que a história das comunidades do sítio Poço do Couro, sítio Jatobá, sítio Cachoeira e mais outras que foram atingidas, permaneçam vivas nas memórias, presentes em seus relatos. Esteja contida na saudade de suas infâncias e juventudes, na tristeza pela perda de seus lugares ou na revolta pelo abandono do Estado. Mesmo com esse vendaval de “progresso” que passou pelas comunidades atingidas, a vontade é a de voltar para o lugar onde se era mais feliz, mesmo com a simplicidade do lugar em que morava, como afirmou seu Arnesto quando desabafou que *“se fosse pra eu voltar lá para minha casinha, e não tinha energia não, se fosse pra eu morar lá na minha casinha, sem energia, do jeito que ta lá, eu voltava com maior prazer.*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade se apresenta, muitas vezes, como positiva para a humanidade, a construção da modernidade implica em modelar um ambiente estagnado a partir de inovações e isso implica na maneira de viver, nos costumes e na cultura. O período, a qual fizemos referência ao desenvolvermos nossa pesquisa, entre meados da década de 1980 e início dos anos 2000, fora um momento histórico movido pelo discurso do progresso, o fim da ditadura militar, a abertura de novos partidos políticos, com o fim do bipartidarismo, deu espaço para que diversos políticos se lançassem com o discurso de “o novo”, de modernidade que se espalhou pelo país.

No município de Aurora, no interior do Ceará, a modernidade se apresentou a partir da construção do açude Cachoeira. No entanto, se a obra representava o desenvolvimento do progresso para muitos habitantes da zona urbana de Aurora, para os habitantes da comunidade do sítio Cachoeira, a obra se apresentou mais como uma tragédia, pois a construção implicou no processo de deslocamento compulsório, o desenvolvimento da obra provocou o desenraizamento dos habitantes das comunidades atingidas pelo desenvolvimento do projeto político desenvolvido pelo “Governo Mudancista”.

No decorrer de nossa pesquisa, foi possível analisar a disputa pelo poder existente no cenário político cearense pautado entre o “saudosismo” dos coronéis e a “modernidade” do grupo dos empresários. Importante compreendermos como o discurso da seca esteve presente na disputa política do Ceará, fator que foi importante para analisarmos como se desenvolveu o projeto político dos Recursos Hídricos de Jereissati que chegou até a comunidade do sítio Cachoeira. A narrativa de combate ao coronelismo e combate à miséria e à fome, fatores que foram atrelados aos períodos de seca, fizeram com que político Tasso Jereissati ascendesse ao poder e efetivasse sua hegemonia política que durara por décadas, fazendo sucessores no jogo político.

Quando buscamos conhecer sobre o açude Cachoeira, muito se fala da modernidade e do governo de Tasso Jereissati, e quase não se fala dos moradores atingidas. Nosso trabalho buscou fazer história vista de baixo, buscamos vivenciar o drama da classe subalterna que sofreram com a chamada modernização desenvolvida pelo Estado. A partir de documentos oficiais, narrativas orais, imagens, discutimos os conflitos que ocorreram entre os representantes do Estado e os moradores atingidos, que lutaram pela manutenção de seus lugares que estavam prestes a desaparecer. Nesse contexto,

apresentamos os mecanismos utilizados pelo governo como forma de dominação do público, assim como as formas de resistência organizada e/ou cotidiana dos moradores atingidos, numa luta permanente pela manutenção de um espaço geográfico que estava para além do espaço físico, mas um espaço envolto de culturas e identidade social.

Ao desenvolver a narrativa sobre a memória da comunidade atingida, conhecemos personagens envolvidos na trama repleta de histórias que foram silenciadas, por décadas, distorcidas com fatos apresentados pela história “oficial” dos veículos de mídia. Conhecemos histórias que jamais imaginaríamos que tivesse acontecido por traz da imensidão da obra que foi o açude Cachoeira.

Pesquisar sobre a memória da comunidade do sítio Cachoeira foi compreender que a construção da modernidade do açude de mesmo nome, não atingiu somente o espaço da comunidade do sítio Cachoeira, mas outras também comunidades próximas que ficaram impossibilitadas de terem acesso após a inundação, e que por isso, nosso objeto de pesquisa se estendeu às comunidades do Poço do Couro, Jatobá e Currais Velhos, pois todas as comunidades acima citadas foram “tragadas” pelas águas do reservatório hídrico. O processo de modernização da obra, embora tenha buscado integrar o município de Aurora a uma rede de infraestrutura do Estado, colocou os habitantes das comunidades atingidas às margens desse processo. Para que fosse levado água para Aurora, a abundância de água do sítio Cachoeira deu lugar a uma escassez profunda.

A partir das narrativas de nossos personagens, pude conhecer comunidades desconhecidas por boa parte do município de Aurora. Pela falta de fotografias antigas que mostrassem os lugares atingidos, apegamos como fonte principal os relatos contidos nas memórias dos moradores atingidos e, a partir das entrevistas, revivermos os trajetos, as histórias, os espaços que hoje se encontram submersos pelas águas.

Visitamos personagens relegados pela história de um progresso que não hesitou em excluí-los em um processo que tinha como lema a inclusão. Personagens que foram excluídos da história “oficial”, mas que precisavam ser ouvidos para contar suas versões sobre a trama. Como na produção cinematográfica “Narradores de Javé”, produzida pela cineasta brasileira Eliane Caffé. Nossos personagens também foram atingidos pelas águas do “progresso” e que lutaram para salvar suas terras, embora como em Javé, tenha sido inevitável, mesmo com os esforços empreendidos, sejam pelos habitantes do sítio Cachoeira, ou pelo “povo” de Javé, em ambas as histórias a força dos dominantes venceu.

Essa dissertação relatou não somente um fato isolado que ocorreu no município de Aurora, mas que foi frequente em inúmeros territórios do país. Nossa história não se

confunde somente com a ficção retratada em “Narradores de Javé”, a narrativa se cruza com de inúmeras comunidades que foram atingidas por barragens, por construções de rodovias, por hidrelétricas, por ações do governo e que não tiveram, assim como em Javé, ao menos um Antônio de Biá, para ouvir suas histórias, suas tramas, suas angústias e saudades. Atores como Seu Joca, Dona Eugênia, Seu Narciso, Dona Inês, passaram por um processo doloroso com a construção do açude, processo que para muitos foi considerado como modernização, mas para eles foram uma tragédia.

Como foi desenvolvido em nosso trabalho, a construção do reservatório hídrico causou graves impactos na vida dos atingidos. No aspecto econômico, atingiu as terras, de onde boa parte dos moradores das comunidades tiravam seus sustentos com plantações, criações e colheitas de frutos, como relataram nas entrevistas. No aspecto social, os estragos foram evidentes: a destruição do espaço de convivência há muito estabelecido entre os moradores dos sítios atingidos, a migração forçada e, em alguns casos o acometimento de doenças como depressão ou até a morte de moradores. A construção também adentrou no campo cultural das comunidades atingidas, como a inundação da capela de Santa Rita e a destruição da casa de farinha foram alguns dos fatos que impactaram a identidade do lugar, repleto de histórias contadas pelos nossos personagens. No entanto, mesmo reprimidos pela tragédia da obra em suas vidas, nossos atores mantêm acesa a memória das comunidades.

Foi importante destacar que depois de quase duas décadas de inauguração da Agrovila, onde grupos de famílias foram reassentados, a comunidade se encontra sem água para consumo, o que é um fato contraditório, pois os habitantes foram retirados para a construção do açude de grande porte, mas a água que antes era fartura para eles, hoje já não se tem mais. O descaso, o abandono do poder público para com os moradores atingidos foi motivo de revolta para nossos personagens.

Com a conclusão de nossa pesquisa, reitero a resistência de nossos personagens que diante de tantas batalhas, permaneceram firmes nas lutas pela manutenção de suas memórias, mesmo que expressa de diferentes formas, seja como saudade, como tristeza, alegria, ou como sentimento de revolta. A humildade de nossos atores, que mesmo sendo vítimas das injustiças do Estado, permaneceu viva na esperança de boas vidas, com relatos singelos, a qual nos permitiu relacioná-los aos personagens contidas nas poesias do saudoso Adoniran Barbosa que, com poemas simples, retratou a história de pessoas humildes injustiçadas, menosprezadas e excluídas da sociedade, que também atingidas

por obras, seja por viadutos, edifícios, tinham que abandonar seus lugares e sair em busca de novos caminhos, mantendo acesa a esperança e a saudade viva em suas memórias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V; FERNANDES, T. M; FERREIRA, M. M. orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. AvailablefromSciElo Books <http://books.scielo.org>.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARBALHO, Alexandre. Modernos e distintos: política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v.4, n. 10, p. 111-123, jul. 2007.

BARBALHO, Alexandre. Os modernos e os tradicionais: cultura política no Ceará contemporâneo. **Estudo da Sociologia**. Araraquara, v.12, p. 27-42, 2007.

BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. **Ver. Inst. Est. Bras**. São Paulo, v. 40, p. 31-49, 1996.

BARREIRA, César. Velhas e novas práticas do mandonismo local: um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Revista de Ciências Sociais**. n.1/2, Belo Horizonte, v.30, p. 37-42, 1999.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Autêntica, 2013.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Editora PERSPECTIVA S.A, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOM DIA CE. Fortaleza: Organizações Globo, 2017. – Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/bom-dia-ce/videos/v/confira-o-discurso-da-posse-de-tasso-jereissati-eleito-governador-do-ce-em-1987/3871567/>> Acesso em. 10 de jun. 2018.

CARIRI REVISTA. Crato: Editora 309, 12 de jul. 2017 – Disponível em: <<http://Caririrevista.com.br/como-falar-de-uma-flor/>> Acesso em. 20 de jul. 2018.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **R. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 85-92, jul/set. 1971.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política do nordeste?. **Cad. Est. Soc.** Recife, v.3, p. 193-206, jul/dez., 1987.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Rio de Janeiro : Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2012.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1973.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOLHA DE LONDRINA. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/aurora-no-ceara-registra-seis-casos-de-colera-181761.html>. Acessado em 07 de dezembro de 2019

FORBES. Disponível em <https://forbes.com.br/negocios/2017/03/um-gestor-no-governo-conheca-a-experiencia-vitoriosa-de-tasso-jereissati/>. Acessado em 07 de dezembro de 2019

GONDIM, Linda. O modelo de gestão dos “governos das mudanças” no estado do Ceará: um populismo weberiano? XIX encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu-MG, Outubro de 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29 p. 11-24, 2003.

JÚNIOR, João Tavares Calixto. **Venda Grande d’Aurora.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o Regime representativo no Brasil.** 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? : O desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova.** São Paulo, v. n. 21, p. 73-86, Set., 1990.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- MARQUES, J.; MENEZES, L.; WAGNER, A. orgs. **Barrando as barragens: o início do fim das hidroelétricas**. Manaus: UEA Edições, 2018.
- MELO, Manuel Rodrigues de. **Patriarcas e carneiros**. Rio de Janeiro: Editora Pongentti, 1954.
- MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v.21, n. 1, p. 132-44, 2002.
- MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. 257f. Tese em História social. Universidade Federal do Ceará. 1980.
- MONTE, Francisca Sylvania de Sousa. Os paradigmas da modernização do estado do ceará e o processo de construção da barragem do castanhão. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, p. 87-104, maio, 2008.
- MORAES, Ulisses. Pierre Bourdieu: Campo, habitus e capital simbólico. Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971 – 1983). **Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Curitiba**, v. 2007, 2006.
- MOTA, A. **História política do Ceará: 1987-1991**. Fortaleza: Multigraf, 1992.
- MUNIZ, Altamar da Costa. **Trajetórias de vida, espaço de sociabilidades, e projeto político da burguesia “Mudancista” cearense (1978-1986)**. 308f. Tese em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.
- NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Brasil: Bananeira Filmes, 2004. You tube (1h 40min), son, color.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes históricas**. 3ª Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 81ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª Ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCOTT, James C. Formas cotidianas a resistência camponesa. **Revista Raízes**, v. 21, n. 2, p. 10-31, 2002.

SOUSA, Fernando José Pires de. Transformações Políticas e Institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, Out-Dez, 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II – A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

VIANNA, Aurélio; Laís Menezes. **O polo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica**. Rio de Janeiro, RJ: CEDI/Koinonia, 1994. v.1, p. 48.

WALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2003.

XAVIER, Antônio Roberto. A segurança pública no Ceará no “Governo das mudanças”: agenda política, fatos, feitos e promessas. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília, v. 18, Nov. 2016.